HELIODORO SALGADO

A INSURREIÇÃO DE JANEIRO

HISTORIA, FILIAÇÃO, CAUSAS
E JUSTIFICAÇÃO
DO MOVIMENTO REVOLUCIONARIO DO PORTO

«Le bagne, enfer stupide, admet dans son tombeau
depuis l'homme poignard jusqu'à l'homme flambeau.»

VICTOR HUGO.— *Les Quatre Vents de l'Esprit.*

PORTO
TYP. DA EMPREZA LITTERARIA E TYPOGRAPHICA
178 — RUA DE D. PEDRO — 184

1894

A INSURREIÇÃO DE JANEIRO

HELIODORO SALGADO

A INSURREIÇÃO DE JANEIRO

HISTORIA, FILIAÇÃO, CAUSAS
E JUSTIFICAÇÃO
DO MOVIMENTO REVOLUCIONARIO DO PORTO

«Le bagne, enfer stupide, admet dans son tombeau
depuis l'homme poignard jusqu'à l'homme flambeau.»

VICTOR HUGO — *Les Quatre Vents de l'Esprit.*

PORTO
TYP. DA EMPREZA LITTERARIA E TYPOGRAPHICA
178 — RUA DE D. PEDRO — 184

1894

Ao dr. Alves da Veiga e ao capitão Leitão, os dois illustres chefes do glorioso movimento insurreccional de 31 de janeiro de 1891

off.

O auctor.

Á SAGRADA MEMORIA

DE

José Maria Latino Coelho

E DE

José Elias Garcia

INTRODUCÇÃO

I

« Sem medo a nada, caminhae! »

VICTOR HUGO — *Ruy Blas.*

Ninguem pensa já hoje em contestar a lei da evolução natural. Applicada ás sociedades humanas, essa lei chama-se *progresso*, e este consta da somma interminavel de todas as parcellas de aperfeiçoamento successivo que nas sociedades humanas se vae realizando, nas ideias, nos factos, nas instituições. A immortalidade da especie affirma-se praticamente pelo afan que cada um revela em trazer ao patrimonio commum uma folha de serviços com que nada lucra o egoismo individual, e que apenas poderão ser uteis aos vindouros.

É que o homem não se isola. E, no transitorio da sua vida, reconhece-se apenas um elo da cadeia que se chama « Historia ». Solidario com os mortos, parece-lhe sentir em si toda a humanidade passada;

solidario com o futuro, parece que traz dentro de si todo o curso indefinido das vindouras gerações. Sentimo-nos parte integrante d'um grande todo divino. E, como o Deus dos theologos não póde nem por um momento deixar de amar-se, nós não podemos deixar de nos servirmos.

É d'esta benefica actividade que se produz a evolução historica do povo, evolução que rapidamente vamos esboçar.

*

* *

Não remontaremos aos primordios da Historia. Para quê?... Escusamos mesmo de sahir da nossa velha Europa christã...

E n'ella encontraremos já, ao findar do seculo VII, na posse do poder, na Neustria e na Borgundia, o partido popular, dos trabalhadores e dos pequenos proprietarios. E Ebroim, apesar de ter sido um tyranno, cumpriu então, porventura inconscientemente, a missão de abater os soberbos e os poderosos, os nobres e os bispos, para que o povo não tivesse de lhes soffrer as exacções. E pouco póde importar que Pepino roube á assembleia geral annual dos francos o seu caracter democratico, dando aos grandes todo o poder sobre os pequenos que d'elles tinham de acceitar a lei. A bruma se dissipará. O sol raiará de novo, com mais fulgor. E nós veremos, em principios do seculo XI; os habitantes da Normandia iniciarem heroicamente a lucta contra o feudalismo. Descendentes dos velhos gaulezes que os normandos

haviam obrigado a tributo, elles reagiram contra a servidão que subrepticiamente lhes ia sendo imposta, e, reconhecendo-se homens como os senhores eram homens, eil-os, appellando para a sua coragem, a iniciar a obra santa da redempção que em breve lavrará na Europa como um grande incendio purificador.

*
* *

O poder dos reis é de direito divino hereditario. Esta origem do poder real, mantida, em these, através de todas as vicissitudes historicas, a despeito mesmo da simulação da soberania nacional das cartas, indica-nos bem claramente que os reis não renegam o passado, e o acceitam como fonte legitima da sua soberania individual e sagrada. Solidarios na obra dos seus maiores, herdeiros do seu nome, da sua dignidade, e das suas usurpações, os reis são naturalmente solidarios n'aquella tremenda responsabilidade. Uma corôa régia traz comsigo o peso enorme de todos os crimes d'uma raça, accumulados através dos seculos. Por isso é que, desde que cinge a fronte com o seu diadema hereditario, o rei é um criminoso. A corôa torna-se o stygma do seu peccado original.

Os reis e os povos!... teem-se muitas vezes encontrado frente a frente os dois colossos e esse encontro tem sido sempre funesto para qualquer dos dois.

Vivia o escravo no ergastulo e o senhor folgava contente e feliz. O terreno trabalhado pelo desgraçado pária era fecundado por todo um orvalho de sangue e lagrimas, e muitas vezes as canções de in-

consolavel desespero, cantadas pelo desgraçado, eram cortadas abruptamente pelo estalido secco do chicote que lhe deixava no dorso curvado um sulco roxo de sangue.

O bispo abençoava o nobre que lhe pagava generosamente a bençam, e o padre murmurava aos ouvidos do escravo soffredor as fementidas promessas do evangelho da mentira. Em logar de o aconselharem á revolta, impunham-lhe, em nome do ceu, uma resignação cobarde; convenciam-no de que, quanto mais atroz fosse neste mundo o soffrer, maior gloria gosaria num outro mundo que fica para além da campa. Padres e nobres iam-se locupletando á custa do suor dos miseraveis.

A terra, esse grande elemento natural de producção, estava enfeudada a uma classe privilegiada de gente feliz e ociosa. Os bispos mesmo — os pobres servos do Senhor! — tinham na partilha sacrilega do patrimonio commum, um não pequeno quinhão. E que representava a monarchia, no meio deste chaos da anarchia feudal? — Segundo a feliz expressão dum dos nossos reis da primeira raça, a realeza governava nas ruas e nas estradas. Tudo o mais era dos barões e da Egreja.

Os servos eram vendidos no mercado, como se foram animaes de carga; e, na primeira noite de nupcias, se acaso os desgraçados se lembravam de cazar, a pobre noiva era forçada a dormir com o seu senhor devasso e libertino. E este indigno direito *de pernada* era consagrado pela santa gente de sotaina.

A final a reacção dos servos gaulezes da Normandia rebentou causando geral assombro. Breve passou porém o pasmo, e a revolta communicou-se de servo a servo, de feudo a feudo, de provincia a provincia, de paiz a paiz. E, na historia da edade média, assignala-se o movimento das communas.

Os camponezes normandos juraram todos prestar-se reciproco auxilio em 997. Gorou-se o movimento? os chefes dos camponezes puderam ser havidos ás mãos pelo inimigo? fel-os estorcer em prolongada agonia a mais incomportavel tortura? o seu sangue correu á mão dos carrascos?...

Corre, corre, sangue generoso! pois é com sangue que sóe ser adubado o terreno no qual medra a arvore da Liberdade.

Passam-se 27 annos, e eis que se levantam já na Bretanha os camponezes. Flammeja por entre as trevas da noite o archote incendiario da Vingança, e os castellos lambidos pelas chammas tornam-se montões de ruinas. A lucta torna-se feroz. Mais uma vez o povo succumbe. Mas a resistencia heroica de Cambrai, que já em 957 se insurgira contra a tyrannia do seu bispo, e que foi então o ultimo reducto da insurreição, ha-de servir de exemplo e de estimulo.

Venha o imperador da Allemanha, á frente dos seus exercitos, reduzir á obediencia os famintos. Elles hão-de submetter-se, esmagados pelo numero, esmagados pela força, elles, quasi inermes em frente de esquadrões forte e luzidamente armados. Mas o Direito renasce dos escombros, e em frente da tyrannia o Direito é a revolução.

Deixemos passar um seculo. Lyão e as cidades da Provença firmam a sua liberdade civil, deixam de pagar tributo aos senhores, quebram por uma vez as gargalheiras do feudalismo.

As cidades do norte de França aprendem neste exemplo. Umas ás outras protestam fidelidade e união preparando-se para a resistencia. Velhas tradições eram recordadas ao norte e ao sul, conforme as influencias mais directamente sentidas. Olhar para traz não impede de andar para deante. A Historia é por vezes um gladio abrindo caminho para o futuro. As confrarias dos normandos, as ghildas, apresentavam-se aos homens do norte como modelos para as suas associações de resistencia. Os municipios romanos e as velhas tradições republicanas do mundo greco-latino serviam de norma aos homens do sul.

Formadas a principio contra os bandidos que então tudo enchiam de terror, em breve as ligas urbanas se transformaram em verdadeiros nucleos revolucionarios contra os senhores — bandidos não menos pavorosos do que os outros.

O exemplo das cidades havia de contagiar as aldeias. E, com effeito, poucos annos depois, já nós vemos os villões tratando de reduzir o numero das suas obrigações para com os senhores, e formar assembleias deliberativas nas aldeias, á similhança das cidades. Por sua parte, os servos aspiravam a passar ao degrau immediato — o dos villões.

Inconscientemente libertador, o movimento das cruzadas auxilia esta tendencia. Os proprios senhores, na occasião de partirem para a cidade santa,

emancipam grande numero dos seus servos a fim de bem merecerem de Christo. Eis que os servos evolucionam para villões; já são homens. Já teem o seu trato de terra a arrotear, muito embora obrigados a uma tal ou qual indemnisação aos senhores. Em algumas aldeias chegaram mesmo os villões a poder nomear livremente os seus administradores, em detrimento do intendente ou do parocho. Outras aldeias conquistaram carta de communa, como foram as aldeias confederadas de Laon, Anizi e Mons-en-Laonnais, que, em 1174, por morte do bispo da diocese, compraram ao rei Luiz o Moço a sua carta de alforria.

E tanto a Liberdade foi conquistando terreno, que nós vemos no tempo de S. Luiz, este monarcha francez consultar ácerca das suas ordenações os magistrados das principaes cidades, conscio como estava já de que aos cidadãos assiste o direito de serem consultados sobre os negocios que lhes dizem respeito. Eram as primeiras oscilações do direito real em frente do direito popular. O proprio conde de Tolosa, o carrasco dos albigenses, ao dar a liberdade aos servos dos seus dominios, não vacillou em traçar estas memoraveis palavras: *os homens são todos naturalmente livres.*

Verdade sublime que, apesar de tão intuitiva como é, só tinha de ser posta em pratica, mercê da Revolução Franceza!

Mas que importa?... Toda a ideia é uma semente. Lançada á terra, ella creará raizes, rebentará, tornar-se-á arvore colossal. É por vezes um tra-

balho de seculos. Mas o que valem os seculos na vida da Humanidade?...

Estevam Marcel irá mais longe. Elle quererá fundar (meiados do seculo XIV) o governo da nação pela nação; uma republica de facto, com um rei-espantalho no throno. O ferro dos assassinos assalariados cortou porém o fio áquella preciosa existencia. O principio comtudo fôra posto e isso bastava para que elle houvesse de resurgir. Foi o que se viu em principios do seculo XV, quando Carlos VI, o Demente, num momento de benefica lucidez, acceitou o alvitre da Universidade de Paris: escolher os mais dignos e os mais illustrados para a administração das coisas publicas, despresando o nascimento que a ninguem dá habilitações.

O rei foi enganado na sua escolha. Mas pouco importa que o conselho se mantivesse tal qual de antes. O que é certo é que, embora sem nisso pensar, o rei Carlos VI, reconhecendo e confessando similhante doutrina, lavrava a condemnação da realeza.

O movimento das communas, fonte de todas as liberdades modernas, ia alastrando, alastrando...

*

* *

Como habeis artistas, os reis, calculando desde logo qual poderia ser o resultado daquella terrivel, daquella implacavel reacção, vendo os dois inimigos em campo, tratam de auxiliar o mais forte. Depois,

este facilmente seria dominado. A realeza estende a mão aos proletarios revoltados, reconhece a independencia das communas, faz entrar a nobreza feudal num periodo de decadencia e decomposição.

Teria soado a hora do resgate?

Não. O proletario deixara de ser *escravo* para passar a ser *servo*; de ser *servo* para passar a ser *villão*; de ser *villão* para passar a ser *vassallo* dos nobres; agora deixava de ser *vassallo* dos nobres para passar a ser *subdito* dos reis. Designações progressivamente mais suaves da mesma ideia de sujeição.

O novo poder elevou-se pois sobre os escombros do feudalismo, cimentando os seus alicerces com o sangue das massas rebelladas. A realeza tornou-se então a grande proprietaria das nações, senhora absoluta nos seus dominios. Herdeira do espolio feudal, herdou tambem dos senhores o orgulho, a ambição, a devassidão e a crueldade.

E o proletario dos campos, esquecido pelos libertos das cidades, continuava a curtir as suas maguas, triste e silencioso, na inconsciencia da sua força, na insuspeição do seu direito. Quando um raio de luz nova penetrou naquelles cerebros foi para produzir esse odio fatal dos *proletarios*, servos da nova edade, aos *burguezes*, os servos dos tempos de então, que os esqueceram no meio das alegrias do triumpho.

Os reis foram sagrados pela Egreja, recebendo assim da mão do padre a investidura do direito soberano. Egreja e monarchia, deram-se as mãos para a exploração dos povos. Foi desta intima alliança que brotaram as guerras religiosas, as perseguições

religiosas, todas as infamias e todas as monstruosidades que a religião acobertou com o seu estandarte.

O pacto dos bandidos fôra lavrado, Que remedio senão dar-lhe cumprimento?

A Egreja, ensinando aos povos que *por ella reinavam os reis,* verdade é que prestava ao novo poder o valioso serviço de, por meio do imperio da religião, forçar os povos á sujeição plena ao sceptro dos monarchas; mas, por outro lado, collocava os reis na dependencia absoluta da tiara pontifical. Pois, se os reis reinavam por ella, não seria consequente que ella tivesse o poder da deposição, assim como tinha o direito de investidura?

Bastava pois que um rei sahisse fóra das vistas do pontifice: trovejava de Roma a excommunhão; choviam os raios do interdicto; os povos eram desligados da obediencia devida ao rei; e este era deposto. Foi valendo-se deste poderoso ascendente que a Egreja reclamou para si a partilha do leão: o saque das cidades infestadas de heresia, os bens das pessoas hereticas confiscados pelo tribunal da Fé, e os extensos dominios ecclesiasticos, com todas as suas immunidades.

O absolutismo dos reis foi assim confundido com o regimen theocratico. O altar e o throno fraternisavam. A cruz e a espada juravam pacto de alliança.

Carlos IX e Henrique III em França; D. Manoel e João III em Portugal; Carlos V e Filippe II em Hespanha são os braços vingadores do pontificado. Crime de heresia implica delicto de lesa-magestade.

Rei catholico exige subditos catholicos. Quem ousará acoimar de mentirosa a crença do soberano?... Os que tal ousaram pereceram nos tormentos...

*
* *

Mas nem todos os elementos do progresso humano o são conscientemente. E quando os reis tiveram ciumes do poderio da Egreja e quizeram annullar os restos da edade feudal, quando João II e o marquez de Pombal, quando Aranda, quando José segundo, quando o grande Frederico, quando Richelieu entraram a derrubar tudo quanto se erguia acima dos thronos dos reis, estabelecendo a egualdade... para baixo do ultimo degrau do solio, esses homens foram, sem o pensar, os instrumentos da Revolução.

Mataram o feudalismo. E no logar dos senhores feudaes, cheios de poderio, o que collocaram? — Cortezãos abjectos que mal dariam um capacho para a sublime magestade — Luiz XIV! A' anarchia feudal succedeu a anarchia das côrtes. Esta anarchia tornou necessaria a philosophia, a Encyclopedia. Foi então que appareceu Voltaire, o demolidor dos altares; foi então que appareceu Diderot, o demolidor dos thronos; foi então que Rousseau teve a sublime visão do Socialismo.

Abalada a Egreja nos seus fundamentos pelo gargalhar ingente da Encyclopedia, o absolutismo ficou ferido de morte. E a realeza, contemplando pavida de terror o vulcão enorme da Revolução Franceza,

vendo cahir no cesto da guilhotina a cabeça do *ultimo Capeto*, maravilhada de ver que se repetissem as scenas medievaes, acceitou o laço bicolor da liberdade e escreveu atrapalhadamente uma carta de alforria que seguidamente *impoz* á nação.

Vendo porém n'essa imposição ainda um acto de despotismo, hoje é a burguezia intelligente que se põe á frente do movimento popular, e que lhe aponta os paços regios como o alcaçar d'esse despotismo. D'este movimento vivificador ha-de sahir a Republica. E a evolução da humanidade terá uma ampla estrada a percorrer, mortas assim para sempre a theocracia e a monarchia.

*
* *

Temos assistido a luctas e a transformações assombrosas: temos visto a humanidade na sua marcha gloriosa, de conquista para conquista, em guerra aberta com o que ha de fatal e de profundamente immoral nas leis da natureza, adquirindo e aperfeiçoando, de seculo para seculo, as noções do justo e do bello. A Humanidade sahiu do seu estado selvagem, entrando pela guerra, pela conquista, pela escravidão, pelo feudalismo, e pela creação dos sacerdocios embusteiros e ambiciosos, no estado de barbarie, do qual ainda — ai! — não póde de todo libertar-se. Houve tempo em que, escrava dos reis e dos padres, ella se arrastava embrutecida ao sopé dos altares, sobre os quaes se ostentava Molloch, devorando crean-

ças vivas, e sepultando-as no seu ventre — uma vasta fornalha ardente; e arrastando-se abjecta aos pés do throno de Nero, que do alto encara sorrindo sinistramente o pavoroso incendio de Roma.

Um dia quiz a Philosophia, filha dilecta da Grecia, libertar o espirito humano. O Christianismo porém, parto da immisção das ideias e sentimentos semiticos e hellenicos (S. Paulo), com as ideias dos assyrios, persas, babylonios e chaldeus, veiu barrar o caminho á consciencia, e, subjugando a razão á vara de ferro da disciplina, com o seu dogma, com os seus mysterios, com a sua moral da mais degradante passividade, suspender o progresso humano, oppondo contra elle a espada dos tyrannos e as fogueiras da inquisição.

E, quando, no seculo XV, Guttenberg inventou a imprensa, e que Colombo encontrou a America perdida no labirinto dos mares, e que a invasão dos turcos em Constantinopla, n'aquelle imperio hellenico, herdeiro de todas as tradições do velho mundo civilisado, veio arremessar para o occidente da Europa os restos esparsos da philosophia grega e alexandrina, dando-nos a conhecer ao mesmo tempo a bella litteratura latina que se julgava naufragada e perdida nas invasões do seculo V, vimos como a Reforma de Luthero veio apertar o travão ao movimento emancipador das consciencias, chamando de novo a Razão ás bastilhas da Fé de que se evadira. E, quando o seculo XVIII cahia na arena interminavel da Historia, entre os risos sardonicos de Voltaire e os melancolicos gemidos de Volney, vimos como a Revolução

Franceza, proclamando pela bocca do abbade Sieyés os direitos do homem e do cidadão, fazia entrar em scena, vencedora, a burguezia, que seculos antes viramos trabalhar, acorrentada, nos feudos nobiliarchicos e ecclesiasticos.

Que immenso estadio percorrido!...

E todavia ha ainda muito que caminhar. A humanidade realisa, na sua marcha ascensional pela estrada indefinida do progresso, a lenda do Ashavero. Nós continuaremos avançando, sempre, sem descanço, até que cheguemos pela morte á quietação suprema.

Veja-se o que não tem feito, só á sua parte, o seculo XIX.

Foi este grande seculo que, proseguindo com um ardor imprevisto a obra dos nossos predecessores na via dolorosa da existencia, estudou a natureza do sol; tentando completar os anteriores estudos astronomicos com a descoberta de novos astros, levou o telescopio ás mais distantes regiões do ceu, e, creando uma prodigiosa e ininterrupta maravilha nos limites do natural, desfez as lendas theologicas, e inventou o telegrapho e as multiplices applicações do vapor á mecanica.

E' ainda este prodigioso seculo que, pela gloriosa revolução franceza de 1848, denunciou ao mundo espantado a existencia d'uma classe de descontentes, de explorados, de famintos, que se revoltam contra a tyrannia da usura:—o *proletariado*. Foi elle que, proclamando e realizando a queda dos thronos, soube fazer acceitar as instituições democraticas, levando as

ideias republicanas em procissão triumphal pelo mundo fóra, e fazendo entrar o Socialismo na cathegoria das sciencias economicas, como consequencia fatal dos estudos biologicos, anthropologicos, historicos, politicos e economicos.

Depois de Montesquieu, de Jean Jacques, de Laplace, de Diderot, era natural o seculo de Victor Hugo, de Proudhon, de Karl Marx...

E quem sabe ainda que surprezas nos não revelará acaso este seculo já quasi no seu termo?...

A respeito do Socialismo escreveu um dia Camillo Castello Branco (*Cancioneiro Alegre,* pag. 339):

«*Socialista*, em 1862, no Porto, era synonimo de bandido, de ladrão e republicano. Vinte e cinco annos depois, hontem, um moço pallido, dyspeptico e scismador, diz ao Porto: «Se queres um deputado republicano, inimigo da monarchia, elege-me.» E o Porto elegeu-o com triumphal maioria.»

Embora disparatado, como não é de estranhar em homem cuja alta capacidade intellectual não fôra votada a derimir questões sociaes, esse trecho envolve a expressão sincera d'uma grande verdade: a evolução moral que torna no dia seguinte sympathicas as ideias abominadas na vespera. E' á custa da conversão dos elementos velhos aos ideaes novos proclamados pela mocidade, que todo esse progresso se faz, creando uma atmosphera de opinião, dentro da qual o ministro da revolução de setembro, Martos, póde dizer sem fazer empallidecer ninguem, em pleno congresso hespanhol, que *aquella revolução foi o advento do quarto estado*—muito embora depois applaudisse

as chacinas de Alcoy e de Carthagena, e viesse beijar as patas da monarchia restaurada.

Em França, esse advento realisara-se, como dissemos, em 1848, quando na tribuna parlamentar appareceu a blusa do operario Albert.

*
* *

Fomos nós, os povos ibericos, hespanhoes e portuguezes, quem, no seculo XV, iniciou o novo cyclo da historia humana, abrindo o caminho ao predominio do trabalho e da sciencia sobre a força bruta, com as nossas descobertas, premio condigno dos nossos generosos emprehendimentos.

Se, mais tarde, o mysticismo peninsular produziu o genio sombrio de Loyola e as hallucinações dos *alumbrados* que a inquisição inconsequentemente perseguia — ella, que era tambem o fructo d'uma hallucinação da alma christã —; se, mais tarde, a Hespanha rojou no pó a fronte para beijar as patas ao sanguinario Filippe II, o detestado tyranno dos Paizes Baixos; e, se Portugal applaudiu os autos da fé inaugurados no funebre reinado de D. João III; não quer isto dizer que estivesse morta a energia e a generosa actividade do genio peninsular. N'esses mesmos horrorosos factos, provocados pelo atrazamento intellectual d'uma epoca de fanatismo, essa actividade inexgotavel a seu modo se manifesta.

Hoje porém que, graças aos esforços de Aranda na Hespanha e de Pombal em Portugal, o espirito

jesuitico recebeu os mais duros golpes ; e que, graças ás posteriores revoluções liberaes, o ensino jesuitico foi banido conjunctamente com as congregações religiosas, pelo menos á face da lei; hoje que os principios democraticos, proclamados pela grande Revolução Franceza, penetraram no sub-solo social, semeados pelos exercitos de Napoleão e ahi cresceram regados pelo sangue dos martyres e dos combatentes; justo é que tomemos direcção differente d'aquella que o espirito intolerante do catholicismo deu ás gerações que nos precederam, e trabalhemos e nos empenhemos em nos tornarmos dignos do nosso glorioso passado.

O genio peninsular parece ter entrado n'um periodo de fatal decadencia. Será esta inevitavel?

Meridionaes como somos, não predomina em nós a fria razão dos homens do norte. E' o sentimento que nos impulsiona; é a fé que nos anima. Faltos de fé religiosa na efficacia d'uma providencia contradictoria com a lei natural e com a nossa propria liberdade; havendo perdido o enthusiasmo mystico da crença, graças aos principios positivos, bebidos n'uma educação mais ou menos scientifica; não é já a cruz de Christo a nossa estrella orientadora: a outra luz votamos o nosso labor, o nosso enthusiasmo.

Poderá a fé na Liberdade servir a operar os prodigios realisados pela fé no Christo e na sua Egreja?... Poderá a nossa fé hodierna transportar tambem as montanhas?... Não teremos ao fim uma dolorosa desillusão que sirva a nos anniquillar totalmente?...

Seja como fôr: a audacia é a caracteristica da

nossa raça. Somos ainda descendentes dos marinheiros que acompanharam Colombo e do arrojado nauta, que, destruindo todos os instrumentos, a sonda, a bússola, tudo, se entregou confiadamente ás ondas, com os olhos fitos no ceu, a morada luminosa d'um Deus benigno.

E' assim, confiados, não em qualquer mytho tradiccional, mas na propria força das ideias libertadoras e na energia do nosso espirito, já provada em tantas emprezas que a historia glorifica, que nós appellamos para a alma popular, em defesa da Republica, que, symbolisando a soberania nacional, nos restitue a nossa dignidade de homens, o nosso direito de cidadãos.

E se, nos ultimos tempos, a monarchia nos tem infligido constantes vergonhas e humilhações, concorrendo de modo infame para a nossa decadencia, a Republica que nos faz soberanos e senhores de nós mesmos, nos dará por certo o brio, a coragem, a audacia que a monarchia nos fez perder, e nós então voltaremos a occupar na historia do mundo um proeminente logar.

II

«... sonhos bons de alegre liberdade, esvahidos, a quem desperta n'um carcere.»

C. C. Branco — *Serões de S. Miguel de Seide.*

Na evolução historica da Humanidade que se vem effectuando, parece que a fórma definitiva, pela qual tenham de reger-se as sociedades, é a Republica. E a essencia da Republica está, tal qual a entendem os homens de hoje, na abolição do principio hereditario, na egualdade civil, na collectividade da soberania, na nobilitação e independencia do trabalho. Republicas aristocraticas, theocraticas, militares, burguezas ou democraticas no mais estreito sentido da palavra, tudo isso é repellido por contrario á justiça, por contrario á liberdade, por contrario ao bem commum, e a Republica, que poderá ser, transitoriamente, qualquer d'essas coisas, tende não obstante a ser, e ha-de ser, uma verdadeira sociocracia.

Em todo o caso, o ideal sociocratico não está ainda bem definido na maioria dos cerebros, para os quaes a Republica constitue apenas uma aspiração

metaphysica, sentimental ou jacobina, doutrinaria nuns, noutros como simples desforra a tirar da monarchia que nos arruinou. Seja porém como fôr, é da somma de todas essas aspirações, theoricas ou historicas, metaphysicas ou positivas que ha de sahir a revolução que sirva de base a uma ordem nova de coisas. A Republica é para o espirito hodierno o que a constellação de Hercules é para o nosso systema planetario: um ponto por emquanto obscuro para o qual nos sentimos irresistivelmente attrahidos.

Marcar pois a marcha ascensional dessa intima transformação que se está operando na sociedade portugueza, é indicar a nossa evolução social debaixo dum dos seus mais interessantes aspectos.

E' o que vamos fazer, embora muito resumidamente, como fizemos no capitulo anterior, visto não ser este o assumpto capital deste livro, muito embora sirva a fazer comprehendel-o e justifical-o.

*
* *

A aspiração republicana é antiga no nosso paiz, podendo-se affoutadamente dizer que nasceu anteriormente ao estabelecimento da dynastia de Bragança no throno portuguez. O conde de Ericeira dil-o bem claramente: que, se D. João, duque de Bragança, tivesse persistido em recusar, por pusilanimidade de animo, a corôa da monarchia que aqui se pretendia restaurar contra a usurpação castelhana, os conjurados teriam resolvido proclamar uma republica simi-

lhante á da Suissa ou de Genova, e os portuguezes se governariam sem rei.

Ha, por conseguinte, 253 annos que em Portugal se pensou, pela primeira vez, em estabelecer o Estado sobre bases republicanas, como ainda bem o prova o assento lavrado em côrtes pelos tres estados do reino, clero, nobreza e povo, em 5 de março de 1641, consignando principios genuinamente republicanos. Se então a opinião republicana tivesse aqui triumphado, Portugal não teria ficado amarrado á opprobriosa alliança ingleza, o seu dominio colonial estaria intacto, o Brazil estaria porventura, independente embora, mas confederado comnosco, nós não teriamos entrado na conspiração europeia contra a França revolucionaria, que, talvez por esse facto tivesse tido bem differentes destinos, dos quaes beneficamente se resentiria toda a historia do mundo. Infelizmente porém, ao lado do duque de Bragança, covarde e duplex, appareceu uma mulher cheia de ambição e de energia que o decidiu a aceitar a corôa. Essa mulher, que foi a rainha, mudou completamente os destinos da nação.

Desde essa epoca, a aspiração republicana desapparece. Se existe é n'um estado latente, inconsciente talvez, até que a Encyclopedia, a Revolução e os exercitos napoleonicos fazem a sementeira das ideias novas na Europa dos primeiros annos do seculo XIX. Apesar das prohibições da policia e da espionagem da inquisição, Volney, Rousseau, Diderot são lidos. Os seus principios vão creando raizes nos espiritos e a aspiração republicana renasce no synhedrio de 1820 pelo espirito de Borges Carneiro. E nas côrtes

de 1821, na sessão de 29 de agosto, Miranda não hesita em lançar sobre D. Pedro IV as accusações de despota e de perjuro. A Historia brazileira mantem o primeiro epitheto; a historia portugueza, o segundo.

O acto revolucionario de 1820 foi trahido e annullado pela reacção de 1823. Essa reacção porém cortou a arvore; mas não pôde arrancar do sólo as raizes, e as ideias republicanas renasceram a breve praso, na abortada tentativa revolucionaria de 24 de julho de 1827, em que a Republica chegou a ser proclamada em Lisboa, sendo o movimento insurreccional secundado no Porto a 28 do mesmo mez. Então aconteceu o que mais tarde teria de se repetir a 31 de janeiro de 1891: foi a traição quem venceu. O venal, perfido e beato Saldanha deu as mãos a Villa-Flor para a repressão do movimento que, a ter triumphado, nos teria evitado toda a série de dispendiosas e sanguinolentas guerras civis que se seguiram até á Regeneração, e nos teria poupado toda a longa lista de infamias, de perjurios, de traições e de roubos em que tão fertil tem sido a monarchia constitucional.

O terror miguelino de 28-29 não conseguiu ainda dissipar essas aspirações, mas exerceu acção malefica obrigando os republicanos de então a, n'um intuito de commum defesa contra o bandido D. Miguel de Bragança *(de Brigand)*, alliarem-se com os elementos monarchicos partidarios do systema representativo. D'essa união nasceu, pelas dedicações creadas no exilio e no cerco do Porto, essa subserviencia, a bem dizer inconsciente, que jungiu espiritos verdadeiramente democraticos ao throno constitucional baseado

no grosseiro embuste das cartas outhorgadas. A essa funesta influencia escaparam porém alguns espiritos de eleição, e foram esses os que influiram na gloriosa revolução de setembro de 1836, revolução que arrastou Alexandre Herculano a escrever as heresias politicas da *Voz do Propheta,* imitação reaccionaria das *Paroles d'un croyant* de Lamennais. Gregorio XVI baptisara o opusculo do padre socialista francez com o nome de *Marselheza biblica;* o opusculo de Herculano será o hymno da carta em versiculos biblicos, entoados ao compasso dos cacetes dos partidarios da rainha. Como a paixão politica consegue obcecar ainda os maiores espiritos!

N'um momento de desprendimento, o inconsequente Manoel da Silva Passos, na sessão de 19 de outubro d'esse anno, ao defrontar-se com os lacaios do paço, não trepidou em appellar franca e abertamente para a Republica, com grande satisfação do paiz, que parecia despertar ao influxo d'aquella palavra magica. Para esse mesmo principio appella, em sessão do congresso constituinte de 25 de abril de 1837 o deputado açoriano Manoel Antonio de Vasconcellos, reivindicando a soberania da nação contra as pretensões absorventes da rainha D. Maria II. E o que vem a ser a Republica senão essa mesma soberania nacional posta em acção pela intervenção de todos os cidadãos no governo e na administração do Estado?

Um anno depois, em 10 de abril de 1838, apparecia á luz publica, sob o captivante rotulo *É tarde,* um opusculo violento na ideia se bem que esmera-

dissimo na fórma. Esse opusculo atacava vehementemente os actos da rainha cujo throno se dava como perdido em consequencia das anteriores traições, de nada lhe valendo a sua aparente reconciliação com os portadores do verbo revolucionario. A assignatura do opusculo — *Um Patuleia* — não logrou encobrir a potente personalidade do seu auctor — José Maria do Casal Ribeiro hoje addicto ao throno, por effeito d'uma lamentavel decomposição cerebral que o faz regressar á epoca da sua menoridade, quando o dominavam as influencias maternas. A doutrina do opusculo, essa ficou, apesar da miseravel deserção do seu auctor; e, por ella, o povo habituou-se a descobrir sempre a falta de sinceridade, a emboscada ulterior, em todas as transigencias da monarchia em frente da democracia, e por conseguinte a necessidade da destruição do primeiro d'esses principios.

No movimento patuleia, encarnado no mytho da Maria da Fonte, é ainda o sentimento republicano o que predomina, chegando a assustar a monarchia que, ameaçada d'uma total submersão, repete aqui o crime dos papas na Italia e de Luiz XVI em França, chamando ao paiz a invasão estrangeira: a esquadra ingleza e as tropas do general Concha, para suffocar o movimento insurreccional.

Salvou-se do naufragio o grande nome de José Felix Henriques Nogueira. Mas, quando a camarilha presentiu que a sua rigidez moral e alta capacidade intellectual poderiam, com o andar dos tempos, tornar-se funestas ao interesse egoista da monarchia,

os Braganças souberam mostrar que valiam tanto como os Medecis, os Valois ou os Borgias, e Henriques Nogueira foi eliminado. Os homens que rodeavam o venerando mestre não eram dignos de lhe receberem das mãos geladas a auriflamma da Republica. Todos elles, em frente d'aquelle cadaver que reclamava vingança, desertaram como traidores, indo levar a sua actividade aos arraiaes d'onde partira a perpetração do crime!

Não podia um ideal que dava pensadores e heroes, martyres e soldados, deixar de ter seduzido a alma dos poetas. Citamos o nome do maior de todos: Luiz Augusto Palmeirim, justamente cognominado *o Béranger portuguez,* que foi alferes da Junta Suprema, servindo assim a Liberdade simultaneamente com a espada e com a lyra. Em 47, quando o crime de D. Maria II se perpetrava contra a nação portugueza, Palmeirim apostraphava-a por esta fórma n'um dos theatros do Porto:

«Não ouves as turbas na praça apinhadas
por entre soluços bradar: Maldição!

«Não vês as espadas de trinta valentes
que o throno te déram, quebradas por ti?
Não ouves os brados de mil innocentes
sem rumo na terra chorando por si?

Não; no seu egoismo sordido de rainha aquella mulher nada ouvia, a não ser os secretos incitamentos da sua ambição e do seu orgulho.

Em todo o caso, o ideal republicano não mor-

reu; e não só não morreu como até começou a ter representação effectiva na imprensa do paiz, sahindo, a 16 de março de 1848, então que as monarchias europeias tremiam de pavor deante da restauração da Republica Franceza, o primeiro numero do semanario *O Regenerador*, rasgadamente republicano, tendo por divisa a da primeira Republica: *Liberdade, Egualdade, e Fraternidade*. Durou pouco tempo, é facto. O n.º 11, sahido a 6 de junho d'esse mesmo anno, foi o ultimo da série. Mas outros viriam tomar o seu logar, proseguindo o combate por elle encetado.

A 9 de abril, a academia de Coimbra dirige um eloquente manifesto de adhesão aos estudantes de Pariz, Italia, Berlim e Vienna, que então se batiam pela Republica com toda a generosa dedicação dos moços não alcançados ainda pela corrupção.

A 25 de abril sahia em Lisboa o primeiro numero d'um outro semanario, *A Republica*, com a divisa *Republica circumit orbem* (a Republica abraça o mundo), allusão sem duvida ao poder reflector que o movimento francez de 24 de fevereiro estava evidenciando nas principaes capitaes da Europa. Este jornal foi tambem de pouca dura, terminando a 20 de junho seguinte, no numero 8 da série.

A 22 de setembro, a junta revolucionaria composta de José Estevam, Rodrigues Sampaio e Oliveira Marreca, assigna um documento, auctorisando a commissão republicana de Coimbra a promover o triumpho dos principios republicanos. D'aquella celebre junta, os dois primeiros renegaram. O primeiro, José

Estevam, acceitou a monarchia, embora esforçando-se sempre por fortificar e ampliar n'um sentido democratico e progressivo as denominadas garantias constitucionaes. Rodrigues Sampaio foi um transfuga, que renegou todo o seu passado, descendo á infamia de condecorar o conde de Thomar, contra o qual promovera a mais denodada campanha no reinado de D. Maria II, e acceitando, elle, o redactor do *Espectro*, a cumplicidade com Lopo Vaz nas represșões á imprensa, no tempo que immediatamente se seguiu á votação do tratado de Lourenço Marques. Restou firme, no seu posto, honrando-se e honrando-nos, o venerando ancião Antonio de Oliveira Marreca.

Fallemos d'este querido morto.

*

* *

Oliveira Marreca nasceu em Santarem no dia 26 de março de 1805. No tempo do terror miguelino, sendo ainda estudante, foi preso como tendo imprudentemente manifestado opiniões liberaes, podendo emigrar pouco depois para Londres, quando se evadiu da prisão. Voltando a Portugal com a victoria da facção constitucional em 1834, o futuro redactor do nosso *Codigo Civil* não poderia satisfazer-se com esta systema de ficções e de farçadas, e por isso, em 1836, seguindo resolutamente Passos Manoel, adheriu á revolução de setembro, sendo delegado ao congresso constituinte de 1837 que fez reviver fugazmente os principios democraticos da revolução de 20.

A junta revolucionaria de Lisboa de 1846 foi constituida graças sobretudo aos seus perseverantes esforços. Do triumvirato acima referido, organisado em seguida á revolução de fevereiro e só dissolvido depois do golpe de estado napoleonico, foi elle egualmente a alma.

E' do theor seguinte o documento enviado pelo triumvirato á junta revolucionaria de Coimbra:

« A commissão central revolucionaria de Lisboa, a quem foram presentes as informações que lhe deu o cidadão Antonio Faustino dos Santos Crespo, commissionado para esse fim pela commissão revolucionaria de Coimbra, auctorisa esta a promover, quanto em si couber, o triumpho dos principios democraticos, empregando todos os meios conducentes para o mesmo fim.

« A commissão central revolucionaria de Lisboa confia no zelo da commissão revolucionaria de Coimbra, e espera do seu patriotismo que não poupará esforços para fazer triumphar a causa das liberdades publicas e da emancipação dos povos.

Lisboa, 22 de setembro de 1848.

José Estevam de Magalhães.
Antonio de Oliveira Marreca.
Antonio Rodrigues Sampaio.»

De José Estevam escreve Rebello da Silva, apesar do seu caracter palaciano, as seguintes memoraveis palavras: « A sua divisa, honrosa, fecunda e nunca

desmentida desde as primeiras aspirações da juventude, era que tudo se havia de fazer pela nação e para a nação.» Effectivamente José Estevam, mesmo depois de congraçado com a monarchia, teve sempre em vista a nação; mas só Oliveira Marreca ficou fiel ao seu ideal republicano. Pouco depois porém, com o triumpho da reacção monarchico-catholica que se operava, o triumvirato viu-se forçado a homisiar-se até á Regeneração. Mas já em 1864 vemos Marreca no Pateo do Salema, presidindo ao *club dos lunaticos*, tendo por companheiros José Elias Garcia, Bernardino Pinheiro e Saraiva de Carvalho, outro jacobino inconsequente, mais tarde ministro da corôa, em cujo palacio annunciara que se deviam pôr escriptos!

Revolucionario por temperamento, entrou tambem na *janeirinha*, presidindo então ao celebre comicio do Campo de Sant'Anna. Organisado, em consequencia, do movimento, o ministerio Loulé-Braamcamp, foi-lhe offerecida, como homenagem aos seus serviços e aos seus talentos de considerado economista, a pasta da fazenda, que elle recusou. Em 1869, como não estivesse organisado o partido republicano, Oliveira Marreca appoiou o ministerio liberal do marquez de Sá e do bispo de Vizeu.

Quando, em 1873, os nossos irmãos de Hespanha proclamavam a Republica em seguida á abdicação do intruso Amadeu de Saboya, julgou Oliveira Marreca chegada a occasião de impor mandado de despejo á monarchia extrangeira que domina em Portugal, e n'esse sentido tratou de conspirar activamente, dando-se a primeira reunião em casa de Manuel Thomaz

Lisboa. A vida ephemera d'aquella republica fez cahir tão bellas esperanças, que só começaram de renascer quando em 1876 os republicanos francezes, guiados pelo verbo ardente de Gambetta, derrotaram perante a urna a colligação reaccionaria da qual se fizera alma damnada o proprio presidente da Republica, o marechal de Mac-Mahon. Este acontecimento que mudou completamente a face da politica europeia, foi festejado com o banquete da rua do Alecrim, em casa do Monteiro dos Milhões, banquete presidido pelo venerando democrata, e do qual sahia o primeiro Centro Republicano Democratico, nucleo primario do actual partido republicano em Portugal. A 3 de abril d'esse mesmo anno, reuniram-se em casa do honrado medico dr. Izidoro Vianna, sub-delegado de saude da capital, os mesmos que haviam sido convivas n'aquelle inolvidavel banquete, e ali era eleito o primeiro directorio do partido, composto de trinta e tres membros, entre os quaes Oliveira Marreca, que tomou parte importante na redacção do programma do partido, assignado e publicado dois annos mais tarde.

Quando, em 1881, o rei Luiz quiz ceder á Inglaterra a bahia e o territorio de Lourenço Marques, Oliveira Marreca foi, com Bernardino Pinheiro e outros, um dos preparadores do movimento patriotico contra o tratado-traição.

Foi deputado em cinco legislaturas, sendo sempre a sua palavra escutada com o maximo respeito, sobre tudo nas questões financeiras e economicas, nas quaes seguramente não tinha rival. Saraiva de Carvalho, quando ministro, offereceu-lhe o pariato: o

santo velho recusou, não podendo resignar-se a ser *par do rei de Portugal.*

Este venerado chefe morreu no dia 20 de março de 1889, victima d'uma congestão cerebral, na edade de 84 annos.

*

* *

Em 17 de outubro de 1851, desembarca, de passagem, em Lisboa, o grande Kossuth, heroe da revolução hungara, sendo aqui recebido por José Felix Henriques Nogueira que com elle conferenciou largamente sobre a situação da Revolução na Europa. D'essa conferencia porém nada de util resultou, e o republicanismo portuguez continuou estacionario, como succedia em toda a Europa, graças ao crime do 2 de dezembro, que inventava guerras para desviar de cima de si os olhos da justiça.

Entretanto, a 28 de outubro de 1858, sahia em Lisboa outro jornal republicano, *O Futuro,* que nos parece ter sido redigido por José Elias Garcia. E, dois annos depois, em 1 de março de 1860, aparecia um novo campeão do direito democratico *A Discussão,* que a 2 de maio se fundia com o antecedente sob a designação generica de *Politica Liberal,* ficando então sob a direcção politica de Gilberto Rolla, Elias Garcia e Sousa Brandão, todos officiaes superiores do exercito.

E o Porto? o Porto que em 1820 fizera a primeira revolução democratica, e que tão promptamente adheriu ao movimento republicano de 1827, não se

resolveria a entrar tambem na liça, á similhança do que se vinha fazendo na capital?...

Effectivamente o Porto acordou tarde e a medo. A nossa burguezia é demasiadamente rotineira, ordeirona e catholica; o nosso operariado, inintelligente e illetrado, para se preoccupar com coisas que não sejam de immediato interesse. Affeito a ouvir-se chamar *muito nobre e sempre leal cidade*, o Porto habituara-se a considerar-se como que o baluarte inexpugnavel do bicolorismo constitucional, de modo que, difficil foi á primitiva minoria republicana abrir caminho contra os preconceitos tradicionaes. A 17 de março de 1867 fundava-se no Corpo da Guarda uma sociedade ligeiramente democratica, mascarada com o modesto titulo de *União Patriotica*, tendo por fim, assás modesto, devemos confessal-o, morigerar o acto electivo. Foi seu principal organisador o snr. Rodrigues de Freitas que, desde então até hoje, não pôde desfazer-se d'aquella utopia: moralisar o acto eleitoral dentro do regimen constitucional, e, por meio do suffragio, preparar o advento da Republica!...

Tres annos depois, a 7 de março de 1870, sahia no Porto o primeiro numero do bi-semanario *Gazeta Democratica*, fundada por Santos Cardoso, e redigida por Guilherme Braga, o fogoso poeta do *Bispo*, com a collaboração dos drs. Alexandre Braga, Vieira de Castro, Amorim Vianna, Vieira de Meyrelles, e outros. Foi o primeiro impulso, e cabe essa gloria a Santos Cardoso: ter sido o fundador do primeiro jornal francamente republicano da capital do norte, e ter sido um dos primeiros organisadores da primei-

ra revolução armada, de caracter genuinamente republicano, desde a Regeneração para cá.

A 11 de maio seguinte sahia em Lisboa o numero 1 do jornal *A Republica*, redigido por Anthero do Quental, Eça de Queiroz, Batalha Reis, Oliveira Martins e Antonio Ennes. O auctor do *Primo Bazilio* está feito consul; Oliveira Martins desceu de demolidor da casa de Bragança a estribeiro do rei de Portugal, a quem um rapazola atrevido diz com toda a sem-cerimonia, e sem que aquella alma de lama se revolte, um grotesco: *oh! Martins, põe o chapeu;* Antonio Ennes, depois de ter andado a fazer cumprimentos á Democracia, accolheu-se á cidadella monarchica, e de lá preparou, com todo o rancor d'um miseravel renegado, a repressão feroz da insurreição de janeiro. Anthero do Quental então, alma de spartano, enojado de tanta lama, procurou refugio na morte, librou-se ao seu Nirvana tão anciado. Sirva o suicidio d'este justo de remorso áquelles trampolineiros...

Fundar jornaes já não podia bastar. Tornava-se preciso aggremiar forças; pôr em contacto os elementos existentes. É então que Costa Goodolphim e José Maria Chaves fundam em Lisboa o *Centro Democratico*, a 21 de agosto de 1871. A 27 de maio do anno seguinte são inauguradas as conferencias do Casino, tão abrupta e brutalmente prohibidas pelo sacrista marquez d'Avila e Bolama, amarrado á troça eterna da Historia pela carta do conferente Anthero do Quental.

Em 1 de junho seguinte sae em Villa Real o primeiro numero d'um semanario republicano, *O Trans-*

montano, dirigido por Augusto Cezar. Esse semanario, que ainda hoje se publica, veiu mostrar como o credo republicano começava de alargar das duas primeiras cidades do paiz para a provincia. A 11 de outubro do mesmo anno, sahia em Lisboa o primeiro numero da *Democracia*, fundada por José Elias Garcia, José Guilherme dos Santos Lima, Gilberto Rolla, Bernardino Pinheiro, Osorio de Vasconcellos, Souza Brandão, Teixeira Simões e Latino Coelho, tendo sido este quem escreveu o magistral artigo de apresentação. A *Democracia* trazia, por baixo do titulo, em typo miudinho, uma summula do programma republicano sobre o qual foi elaborado mais tarde, em 1876, como já vimos, o programma definitivo.

Proclamada a Republica em Hespanha, julgaram muitos que fôra chegada a occasião de nos desfazermos da monarchia, e trabalhou-se ardentemente para isso, conforme já acima ficou dicto. Elementos radicaes que, apenas por mal entendida opportunidade, serviam a monarchia, estiveram quasi a debandar em massa para as nossas fileiras. Santos Silva chegou a propôr que o Centro Historico se transformasse em Centro Republicano; mas, faltos de ideal e quasi todos faltos de caracter e de patriotismo, os homens do partido historico não puderam resolver-se a abandonar este systema de burlas e ficções, que é no fim de contas o que lhes serve aos seus inconfessaveis interesses auferidos com a bambochata constitucional. Por isso, Santos Silva morreu (13 de abril de 1874) sem ter conseguido chamar aos verdadeiros interesses da patria os seus ex-correligionarios.

Em 1 de maio de 1873 sahia em Coimbra o primeiro numero do semanario republicano *A Republica Portugueza*, fundado por Alves da Veiga, e collaborado por Magalhães Lima.

A 18 de maio de 1874, Rodrigues de Freitas, então ligado ainda ao partido historico, com a nobre isenção do seu bellissimo caracter, não duvída, por amor á justiça, em pleno parlamento, fazer o parallello entre a republica e a monarchia, mostrando todas as vantagens d'aquella sobre esta. Isto causou quasi tamanho assombro como o que no mundo antigo produzira a primeira revolta dos escravos. Mas aos fetichistas do bezerro realengo outras surprezas estavam ainda reservadas—emquanto não vêem o resto, que ha de ser o mais bonito da funcção.

Não nos antecipemos porém.

A 28 de novembro de 1874, sae em Lisboa o primeiro numero do diario republicano-socialista *A Republica*, redigido por Carrilho Videira e Consiglieri Pedroso.

Em 1876, a opinião democratica é já tão forte, especialmente na capital, que, a 19 de março, no comicio do *Casino Lisbonense*, as opposições monarchicas se viam forçadas a reclamar o suffragio universal, uma lei de responsabilidade ministerial e o registro civil obrigatorio, sob a pressão dos elementos democraticos absolutamente senhores do campo!

No dia 25 effectuava-se o jantar de congratulação pela victoria eleitoral dos republicanos francezes, sob a presidencia de Oliveira Marreca, que tinha á sua direita o general Gilberto Rolla e á esquerda

Bernardino Pinheiro. N'uma outra meza presidia o coronel Elias Garcia, devendo sub-presidir o general Souza Brandão que chegou de Hespanha depois de começado o banquete. Durante este acto choveram os telegrammas de adhesão de todos os pontos do paiz, e a *Marselheza* fez ouvir constantemente as suas notas ardentemente enthusiasticas.

Logo a seguir, fundou-se, um centro do partido republicano, facto este que Ramalho Ortigão, nas *Farpas*, saudou como altamente promettedor, respondendo ás parvoices de certa imprensa que pretendia que aos funccionarios publicos não assiste direito de se manifestarem adversos ás instituições vigentes, parvoice que hoje ha muito quem repita, n'uma monotonia de realejo de cego.

A 16 de julho seguinte, Rodrigues de Freitas, n'uma reunião eleitoral effectuada no theatro Principe Real, do Porto, declara ao povo d'esta cidade que por fórma alguma lhe repugna a fórma republicana. E esta declaração, partindo d'um homem de tanta respeitabilidade, basta a desfazer toda a malevolencia burgueza contra as ideias novas, deixando campo aberto ás nossas futuras conquistas.

Em 1878, a 8 de fevereiro, sae em Coimbra o numero programma de *O Partido do Povo*, jornal republicano que mais tarde foi transferido para Lisboa, tendo como redactores Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, Bernardino Pinheiro, Eduardo Maia, Jacintho Nunes, Alves da Veiga, Victorino da Motta, Emygdio Garcia, Marques Lobo e Feio Terenas. Em 2 de abril seguinte, funda-se na Figueira da Foz a

Sociedade Democratica Republicana. Era o benefico contagio das ideias que ia lavrando terreno.

O partido republicano não póde porém limitar-se a viver nos seus clubs e nos seus jornaes. Precisa de vida exterior, do grande ruido para, fazendo-se notar, chamando sobre si a attenção, poder estender a sua propaganda a novos centros de lucta. N'esta convicção intima e a bem dizermos intuitiva, o partido republicano tem aproveitado todos os ensejos favoraveis á sua propaganda: já apoderando-se dos grandes homens do periodo constitucional para, vingando-os d'um injusto olvido, os transformar em outros tantos santos percursores da Democracia, já galgando a fronteira para tomar parte nas grandes manifestações da democracia europeia. Isso vimos em 1876, por occasião da derrota das reacções colligadas em França, e vimos quando, a 31 de maio de 1878, os republicanos federaes portuguezes celebram o centenario do grande Voltaire com um sarau litterario e conferencia publica, pelo dr. Theophilo Braga, na sala do Gremio Operario em Alfama.

Falamos em Theophilo Braga... Este nome illustre obriga-nos a uma pequena pausa.

*
* *

Falando d'este illustre trabalhador, o mais illustre dos batalhadores de penna em Portugal, escreveu o snr. Ramalho Ortigão, que é consolador poder contemplar-se em Theophilo Braga essa entidade rara que se chama *um homem.*

O erudito professor do Curso Superior de Lettras é effectivamente um homem com plena consciencia de si e do meio contra o qual tem a reagir.

E' na realidade consolador e animador tambem, quando os caracteres se aviltam e se degradam pondo em almoeda o talento, prostituindo a erudição ao serviço d'uma causa má, ver homens da craveira de Theophilo, com a serenidade do justo e a firme convicção do crente, que sabe esperar apesar de tudo, armado ora do camartello destruidor, empenhando-se na faina gloriosa de apressar a derrocada d'umas instituições condemnadas; ora da trolha edificadora, para que á febre momentanea da revolta, ao delirio passageiro do triumpho, se não siga apenas o espectaculo desolador das ruinas d'uma sociedade esboroada, mas possa a vista pousar-se, deliciando-se, sobre um edificio novo, solido, elegante, alvejando no alto da colina, tendo aos pés todas as verduras frescas do valle, e sobre a fronte todas as luzes do ceu.

E' um homem. Pela sua organisação animal e pela sua consciencia. E é por isso que, emquanto a villanagem escravisada ao jugo dos Braganças se curva miseravelmente lambendo a mão do seu senhor, confessando-se subdita de sua magestade, e offerecendo os conspurcados lombos para capachos das regias plantas da Ajuda, elle, desdenhosamente, levemente ironico, com a frieza do homem livre que vê agonisar umas instituições oppressoras, é hoje um dos primeiros homens do partido republicano portuguez, sustentando em frente de todos os odios mesquinhos dos intrigantes, de todas as invejas creadas á

volta do seu nome glorioso, de todas as coleras dos pygmeus, erguido, bem erguido, o pendão redemptor da Democracia, servindo-nos de mestre, de guia e de exemplo.

O direito da hereditariedade monarchica, que faz d'uma nação a propriedade d'um principe, vê-se hoje abalado, graças ao protesto formidavel de meia duzia de homens d'aquella craveira. Elle não é, não consente em ser, espolio herdado de ninguem.

Livre, só por isso que é homem, elle detesta do coração o principio monarchico, antithetico com toda a ideia de liberdade e de dignidade humana.

A consciencia e a sciencia dão-se as mãos em toda a obra de Theophilo Braga. Effectivamente, áquelle rebate dado pela consciencia indignada contra um principio absurdo, vem a sciencia do facto dar uma nova força. A vastissima erudição de Theophilo Braga que lhe faz perceber na origem dos cultos a inanidade das concepções theologicas, e na origem das instituições tradicionaes uma consequencia do estado preterito de selvagismo, é causa de elle medir os cultos mentirosos e os reis consciente ou inconscientemente exploradores e usurpadores dos direitos da nação n'uma mesma bitola, esforçando-se por fazer comprehender ao povo a simplicissima verdade enunciada pelo glorioso velhinho de Jersey: *uma genuflexão atrophia o musculo que dobra e a vontade que ordena,* quer seja feita deante d'um throno, quer o seja deante d'um altar.

Se o homem quer ser livre, proclame-se soberano. Soberania e liberdade são termos correlativos.

Não ha liberdade no escravo, nem no subdito, nem no explorado. De ahi a queda dos dogmas abstrusos perante a independencia da razão, e a queda dos thronos perante a theoria revolucionaria da soberania nacional. É a formula de Blanqui dada por thema á futura historia humana.

Fazer comprehender esta simplissima verdade, simples apesar da sua sublimidade, tal tem sido o trabalho de Theophilo Braga.

Erudito, intelligente, honrado como Pi y Margall, elle é, como o illustre escriptor do paiz visinho, a personificação mais real da Democracia subordinada a um criterio positivo, despida das illusões millenarias, e como tal indefinidamente progressiva.

Elle tem contemplado indifferente as deserções dos vendidos, dos temidos jacobinos transformados em lacaios abjectos. Elle porém prosegue sereno e tranquillo, coherente comsigo desde os seus primeiros dias de lucta, diffundindo principios, vulgarisando ideias, sem *pose*, sem pretensões, modesto, grave, mas inflexivel, ora no livro, ora na conferencia, prendendo a todos apesar da monotonia do seu verbo e da aridez do seu estylo deselegante.

Não ha em Portugal quem tanto tenha trabalhado. Não ha reducto no vasto campo da litteratura, em que elle não tenha penetrado ousadamente, levando por alvo a regeneração da nossa nacionalidade depauperada pelo parasitismo official e minada surdamente pelo jesuitismo, tendo por luz o dictame fulgente da sua consciencia.

Aquella figura que parece pertencer a uma nul-

lidade como qualquer outra, que parece viver na inconsciencia do proprio valor, e que, como tal, vive no retiro, no isolamento, com os seus livros, com os seus pensamentos e as suas aspirações, está destinada a occupar, no futuro, um dos primeiros logares no pantheon nacional, quando a patria esteja em estado de reconhecer de quanta luz beneficente lhe é devedora.

*

* *

A 14 de julho de 1878, realisa-se um comicio eleitoral no Porto. É ahi que Rodrigues de Freitas declara pela primeira vez aos eleitores d'esta cidade que a sua candidatura significa mais alguma cousa do que um protesto contra a ruinosa politica do sr. Fontes, porque significa um protesto contra as proprias instituições monarchicas, das quaes se declara, desde então, irreconciliavel adversario. Os eleitores não se arreceiaram da palavra Republica, e Rodrigues de Freitas foi eleito por grande maioria. Dias depois, a 4 de agosto seguinte, é Coimbra que concede aos candidatos republicanos o bello numero de 515 votos, na disputa da eleição camararia.

Cahido o ministerio regenerador, e convocados os collegios eleitoraes para outubro, apparece no Porto uma circular firmada pelos nomes respeitabilissimos de Alexandre Braga, Alves da Veiga, Faustino de Mattos, Antonio Machado da Silva, Eduardo Augusto Falcão, Francisco de Sousa Oliveira, Jeronymo Pinto de Almeida Brandão, João Alves da Fonseca, José

Antonio Lopes da Silva, J. C. O'Neil de Medeiros, José Pereira de Sampaio, Manoel José Teixeira, Pedro Rocha, e Tito Jorge de Carvalho Malta, recommendando novamente a candidatura de Rodrigues de Freitas. Esta circular, inutil se se attender ao valor do candidato, superior a todas as recommendações, impondo-se de per si, pelo seu saber como pela sua honestidade que o fazem um verdadeiro idolo para a população do Porto, teve todavia uma grande vantagem: mostrar que, na proclamação dos principios republicanos, Rodrigues de Freitas não estava só, antes o rodeava toda uma legião de homens de boa vontade, espirito culto e rectas intenções, garantia segura de futuro triumpho. Rodrigues de Freitas foi eleito pelo circulo central d'esta cidade, obtendo 2.024 votos contra 1.089 que obteve o abbade Moreira Freire, candidato do partido regenerador. Em Lisboa, Theophilo Braga obtinha no mesmo dia (13 de outubro) 434 votos e o dr. Manoel de Arriaga, 465. Em Coimbra, o venerando ancião Abilio Roque de Sá Barreto obtinha 622 votos. Rodrigues de Freitas fôra o unico republicano eleito.

Dão-se a 3 de novembro as eleições de desempate em Lisboa; e, no circulo 95, Elias Garcia perde apenas por uma differença de 18 votos. Evidentemente a causa republicana avançava a passos de gigante.

Em 1 de dezembro seguinte, appareceu a circular do *Centro Republicano Democratico do Porto*, que, fundado em 1876, então se annuncia como definitivamente constituido. A circular traz as assignaturas de Manoel Francisco Pereira de Sousa, José Joaquim

Rodrigues de Freitas, Eduardo Augusto Falcão, José Jeronymo de Faria, Augusto Manoel Alves da Veiga, Augusto Luso da Silva, Tito Jorge de Carvalho Malta. N'esse documento se compromettiam os signatarios a trabalhar, tanto quanto pudessem, pelos progressos do partido republicano em todo o norte de Portugal.

Passado um mez, a 4 de janeiro de 1879, na sala da associação dos melhoramentos das classes laboriosas, em Lisboa, reune-se grande numero de cidadãos, a convite de Oliveira Marreca, Latino Coelho e Bernardino Pinheiro, a fim de ali ficar constituido o *Centro Republicano de Lisboa*. Presidiu Oliveira Marreca secretariado por Horacio Ferrari e Custodio Martins Pereira. No relatorio, devido á penna do dr. Bernardino Pinheiro, affirma-se que o fim da nova aggremiação é estabelecer e manter a Republica n'este paiz. Fizeram uso da palavra Latino Coelho, Eduardo Maia, Sousa Amado e Castello Branco, sendo largamente discutida a concessão d'uma parte de Moçambique a Paiva de Andrade, concessão contra a qual a assembleia se manifestou, resolvendo-se que fôsse Latino Coelho o encarregado de escrever o protesto contra tão immoral acto governativo. O partido republicano assumiu n'essa occasião uma feição que tem honradamente mantido: a de vigiar cuidadosamente pela integridade da patria contra todas as traições da monarchia e dos seus governos.

A moção de Latino Coelho foi lida e approvada em sessão de 11 do mesmo mez, á qual presidiu o general Sousa Brandão. Foi largamente distribuida

pelos estabelecimentos commerciaes, camaras e logares publicos, sendo ainda publicada nos jornaes do partido ao tempo existentes.

A 29 do mesmo mez, outra questão patriotica é levantada, d'esta vez no parlamento, pelo deputado republicano do Porto. O sr. Rodrigues de Freitas sóbe á tribuna e repete ali as declarações feitas no anno anterior no comicio eleitoral do Porto. A camara é tomada de assombro. A palavra *Republica* soara ali como um sacrilegio. Parecia voltar-se ao tempo dos Passos, e os serventuarios da Realesa estavam aterrados.

Mas não fôra para uma banal profissão de fé que o deputado republicano pedira a palavra: fôra sobre um caso occorrido em Lourenço Marques, do qual havia de sahir toda a malfadada questão que determinou a reacção patriotica de 1881. O ministro das obras publicas responde. Rodrigues de Freitas pretende replicar, allegando tratar-se d'um negocio urgente. O presidente da camara estava porém tão desorientado, que, depois de cumprida a formalidade por parte do deputado de lhe dizer ao ouvido qual o assumpto de que pretendia occupar-se, se sahiu com esta calinada que provocou hilaridade geral: « Os srs. deputados que são de opinião que é urgente um segredo que o sr. Rodrigues de Freitas me disse e que eu não revelo, tenham a bondade de levantar-se.»

Quando elles por tão pouco perdem a cabeça, o que fará quando o povo penetrar naquelle recinto armado de carabinas, para os pôr a todos na rua, legislando então por conta propria!

A 3 de fevereiro seguinte reúne o Centro Republicano de Lisboa, para tratar duma mensagem de felicitação á Republica Franceza, pela eleição de Jules Grévy á presidencia. Nessa reunião foi eleito um directorio e uma commissão eleitoral. O centro federal adheriu mandando delegados. O Centro Republicano Democratico de Coimbra enviou tambem a sua adhesão firmada por Emygdio Garcia e Feio Terenas.

O directorio ficou assim composto: presidentes, Antonio de Oliveira Marreca e Latino Coelho; vice-presidente, Sousa Brandão e Bernardino Pinheiro; secretarios, Eduardo Maia e dr. Antonio Emilio Guerreiro da Ascensão; vogaes, o capitão João Antonio Bentes e Ramos Eça. Commissão de propaganda: José Jacintho Nunes, Antonio Rodrigues Tocha, Antonio Maria Lopes Castello Branco, Januario do Nascimento Sequeira e Antonio da Ascensão. Commissão da administração: Moutinho Pinto Leão, João Gonçalves e Custodio Martins Pereira. Commissão eleitoral: Dr. Joaquim Pedro de Sá Oliveira, dr. Antonio Luiz Lopes Monteiro, dr. José Maria da Costa Alvares, Augusto Cesar Falcão, Luiz de Souza Amado, Antonio da Costa Terenas, Augusto Carlos Villas e Manoel Marianno de Carvalho.

Vemos ahi uma commissão de administração que de pouco poderia servir, visto como os corpos dirigentes do partido, desde a sua constituição até hoje, tem sempre despresado uma coisa essencialissima: a fundação duma caixa para todas as despezas de pro-

paganda, de lucta eleitoral, e de organisação revolucionaria, bem como para auxilio a todos os que, em virtude de serviços prestados á causa, inopinadamente se vejam a braços com difficuldades monetarias. Não tem sido esta das mais pequenas difficuldades que o partido tenha tido a soffrer desde 1890 para cá.

Todavia essa caixa podia ter sido sustentada mediante uma quotisação regular de todos os portuguezes filiados no partido, e ainda por subscripção permanente aberta nos jornaes republicanos de Lisboa e Porto que os respectivos directorios resolvessem escolher para o effeito, e que naturalmente seriam, hoje, *O Seculo* em Lisboa e *A Voz Publica* no Porto. Ainda hoje porém, apesar da evidente necessidade de tal expediente, nada se fará sob o pretexto de que é já tarde para se emprehender tal coisa. Ser tarde é uma desculpa quando não ha outra. E por ser tarde, continuar-se-á sem se fazer nada, nem tarde nem cedo.

Emfim, estas lamentações não são para aqui. Continuemos com este resumo da historia do partido.

*

* *

A 25 de abril seguinte, propõe o deputado Rodrigues de Freitas a reducção da lista civil. A proposta foi rejeitada, tendo tido apenas a apoial-a o voto de Saraiva de Carvalho, Francisco de Albuquerque, Thomaz Lobo, Adriano Machado e Marian-

no de Carvalho, que tinham sido os mais tenazes adversarios do devorismo regenerador e palaciano. Vai em dois annos que o sr. Marianno de Carvalho, convertido ás boas graças do paço, não teve pejo de sustentar no seu jornal que a lista civil era diminuta, quasi chegando a pedir que se désse mais alguma coisa ao *pobresinho* da Ajuda. Ha consciencias que, se tomassem fórma de mulher, certamente que toda a gente as veria, debruçadas na sacada, fumando e chamando os freguesinhos, incitando-os a subir. A do snr. Marianno de Carvalho seria desse numero...

Em 5 de julho, installou-se o Centro Republicano Radical do Porto com perto de 100 associados. Esta scisão que, quasi simultaneamente se deu em Lisboa tambem, que se mantem, e que não póde deixar de manter-se hoje, e sobretudo depois de proclamada a Republica, não enfraquece o partido. Radicaes e moderados, todos os republicanos desejam o estabelecimento da Republica pelo processo que a opportunidade do momento venha a determinar. Os moderados porém contentar-se-ão com uma mudança de pessoal administrativo, elegibilidade do chefe do Estado, instrucção para todos, alargamento de suffragio, e pouco mais. Isto não póde satisfazer os republicanos doutrinarios que não comprehendem a Republica sem uma ampla descentralisação que vá até á autonomia municipal, universalidade do suffragio, soberania directa, nação armada, abolição do exercito, constituição federal do senado, separação da egreja e do Estado, abolição do orçamento dos cultos, etc., etc., coisas todas estas que assustam os timoratos,

os que, educados no ambiente monarchico, comprehendem talvez bem a liberdade, mas comprehendem mal a egualdade, e a fraternidade ainda peor.

Dias depois, a 12 do mesmo mez, era publicado o manifesto do mesmo partido trazendo as assignaturas de M. de Souza Ribeiro, Guilherme Pereira, Xavier de Carvalho, C. de Brito e Cunha, Antonio Ribeiro, Miguel Maria da Felicidade, João de Castro, e Francisco Vieira Correia e Cunha.

Como dissemos, esta divisão é natural; tentar eliminal-a estabelecendo uma unidade artificial será completamente improficuo, quando não contraproducente. O que ha a fazer é retomar o trabalho que a 4 de agosto de 1879 emprehendeu o Centro Republicano de Lisboa, tratando da colligação de todos os grupos do partido mediante umas bases communs, salvaguardados devidamente a cada grupo os seus principios especiaes.

A 16 de setembro chega a Coimbra o ministro das obras publicas Saraiva de Carvalho, que, recebido por uma commissão progressista que, acompanhada d'uma philarmonica, lhe preparava uma grande manifestação de sympathia, aparece á janella do hotel dos Caminhos de Ferro para agradecer. N'esta occasião porém aparece a uma janella fronteira o dr. Augusto Rocha pronunciando um discurso contra a realeza e contra o ministro, que, vendo o enthusiasmo com que são applaudidas as palavras do tribuno republicano, retira precipitadamente, não aparecendo mais. Esta manifestação, muito embora originada n'uma questão de campanario, basta a mostrar o

quanto as instituições monarchicas e os homens que as servem, se tornaram odiosos ao paiz.

A 30 de setembro, organisa-se em Lisboa, no largo do Contador, 20, 1.º, o Comité Central do Partido Republicano Federal, que depois tomou o titulo de Centro Republicano Federal. No dia 12 de dezembro, na sala do Centro Republicano de Lisboa, pronuncia Alfredo Ansur o seu notavel discurso contra a corôa — formidavel catilinaria, incisiva, n'um estylo victor-hugano, em que a realeza é posta pelas ruas da amargura.

A educação republicana do povo portuguez vae-se fazendo; de sorte que, a 16 de março de 1880, nós vemos o partido republicano federal de Ponta Delgada enviar o seu mandato imperativo ao doutor Theophilo Braga. Esse mandato, que Theophilo Braga assignou a 26, como candidato a deputado por aquelle circulo, faz honra ao partido republicano. Em verdade, desde que os deputados são apenas os representantes dos seus eleitores, a primeira coisa que elles tem a fazer antes de sollicitarem a estes o seu voto, é ver se realmente as suas aspirações são harmonicas. Isso realisa-o o mandato imperativo. No dia 18, o dr. Theophilo Braga inaugura na sala das sessões do Centro Republicano Federal de Lisboa, no Poço do Borratem a série das conferencias destinadas a educar o povo n'um sentido federalista. N'esse mesmo dia, sae na Regua o primeiro numero do semanario republicano *O Grito do Douro*, redigido pelo sr. Ricardo Moreno.

Este constante aparecer de novos combatentes na

vasta arena da imprensa, desfraldando todos o pendão vermelho da pura democracia, não é dos mais insignificantes symptomas da rapida evolução republicana effectuada no paiz.

No dia 29, constitue-se na cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, o Centro Republicano Federal. No mesmo dia, o Centro Republicano Federal de Lisboa resolve officiar á camara municipal de Thomar, com o fim de lhe comprar uma porção de terreno no cemiterio d'aquella cidade para n'elle se erigir um monumento á memoria de Carlos Campeão, redactor que fôra do jornal republicano *A Emancipação*.

No dia 10 de junho celebrou-se em todo o paiz, graças sobretudo aos esforços do partido republicano, o centenario de Camões, cujo nome é invocado como uma esperança e um estimulo de regeneração nacional. O ministerio progressista recusa-se a concorrer para a celebração dos festejos; o rei Luiz, no Terreiro do Paço, volta as costas ao desfilar do cortejo civico. Por esta fórma, o governo e a monarchia exprimiam inequivocamente o seu alheiamento da causa nacional. Funesta confissão esta que o povo não esquecerá mais! Desde este dia, a corôa viu-se separada do paiz. Não é o povo que a ampara: é ella que pésa sobre o povo. De ahi por deante, a monarchia, perdido todo o prestigio, quebrado o encanto que, perante ella, offuscava os olhos das massas, cahiu no dominio da caricatura. Bordallo Pinheiro, o prodigioso artista, appareceu a tempo, lançando á publicidade, no dia 12, o primeiro numero do *Antonio*

Maria, semanario de caricaturas que foi, incontestavelmente, a mais formidavel das catapultas apontadas ao velho pardieiro das instituições

No dia 4 de julho, sae no Porto *O Estado do Norte*, jornal federalista redigido por Xavier de Carvalho e Xavier Pinheiro, com collaboração de Queiroz Vellozo, Rodrigues de Freitas e outros. Abilio Maia, hoje vendido aos regeneradores de Paredes, ali collaborou tambem.

N'esse mesmo dia, o dr. Manuel de Arriaga preside em Lisboa, no bairro Camões, a um banquete offerecido á camara municipal d'aquella cidade e á commissão executiva das festas camoneanas.

No dia 2 de agosto seguinte, aparece no Porto o primeiro numero da *Justiça Portugueza*, dirigida por Santos Cardoso, e mais tarde collaborada por o fallecido Ernesto Pires e pelo auctor d'este livro. *A Justiça Portugueza*, pela audacia com que vergastava os criminosos que a fortuna ou a politica mantinha impunes, ganhou em breve as sympathias populares, vindo a exercer uma influencia decisiva para o facto revolucionario de 31 de janeiro.

A onda republicana subia; e tão rapidamente que, nas eleições supplementares para deputados realisadas a 5 de setembro, obtiveram os candidatos republicanos por Lisboa a somma de 2.857 votos, apesar de todas as torpezas de que lançou mão o partido progressista, commandado n'essa batalha pelo galopim-mór Marianno de Carvalho e pelo prior da Lapa.

A 15 de dezembro publica-se em Lisboa o numero programma do *Seculo*, jornal republicano diri-

gido por Magalhães Lima. Este jornal conseguiu em pouco tempo tornar-se um dos mais lidos no paiz, vindo mesmo a supplantar o velho *Diario de Noticias*. A principio, graças á collaboração de Theophilo Braga, Augusto Rocha, Alexandre da Conceição, Emygdio de Oliveira, Trigueiros de Martel, Barbosa de Magalhães e Bruno, o *Seculo* teve uma orientação radical, revolucionaria, sendo o principal combatente nas grandes campanhas contra o tratado de Lourenço Marques, contra a salamancada, contra as tramoias do sr. Emygdio Navarro na questão das obras do porto de Lisboa, etc. Ainda quando surgiu a questão ingleza, o *Seculo* concorreu grandemente, graças sobretudo aos artigos d'aquelle que isto escreve, para inflammar a paixão patriotica do povo e do exercito. A dictadura de Lopo Vaz encheu porém de terror aquelles espiritos pouco temperados para a resistencia, e hoje o *Seculo* é, dentro do partido, mais um estorvo do que um auxiliar, apesar de contar com a collaboração superior de Teixeira Bastos, e com os enthusiasmos ingenuos de Gomes Leal. O partido republicano porém que está já bastante forte para poder dispensar os que se não sentem com coragem para proseguir caminho, perdoará talvez esta fraqueza manifestada pelo athleta d'outros tempos, e perdoar-lhe-á sobretudo pela recordação dos serviços que d'elle recebeu.

Na educação republicana do sul do paiz, o *Seculo* foi o mais efficaz dos cooperadores. Que isto seja sempre lembrado em desconto dos seus peccados.

O numero 1 do *Seculo* sahiu a 4 de janeiro de

1881. A sociedade que o fundou era composta de: Magalhães Lima, Trigueiros de Martel, Leão de Oliveira, Anselmo Xavier e João de Almeida Pinto, pae da notavel actriz de opera-comica Angela Pinto.

Um outro facto, não menos importante para a vida do partido, do que a fundação do *Seculo*, foi a fundação do *Club Henriques Nogueira*, a 23 de janeiro d'esse mesmo anno. O club foi inaugurado n'uma sessão solemne na qual tomaram parte o dr. Manoel de Arriaga, Magalhães Lima, Silva Lisboa, e Elias Garcia que fôra companheiro do glorioso extincto.

No dia 30 effectuou-se no Porto um grande comicio contra o imposto de rendimento em especial, e em geral contra os actos do governo progressista. N'esse comicio é profusamente espalhado um energico manifesto, no qual, como remedio unico para o estado cahotico da nação se appellava para a Republica.

Entretanto que a propaganda republicana por esta fórma se ia fazendo e accentuando, surge a questão de Lourenço Marques. No dia 3 de março o partido resolve iniciar uma série de comicios populares contra a ignobil traição delineada pelos regeneradores e levada a cabo pelos progressistas muito a contento do rei Luiz, seu amo e senhor.

No dia 6 realisou-se em Coimbra um grande comicio promovido pela Associação Liberal, comicio presidido pelo dr. Emygdio Garcia, tendo por secretarios Abilio Roque de Sá Barreto e Marques Lobo. A assistencia foi enorme, falando contra o tratado-

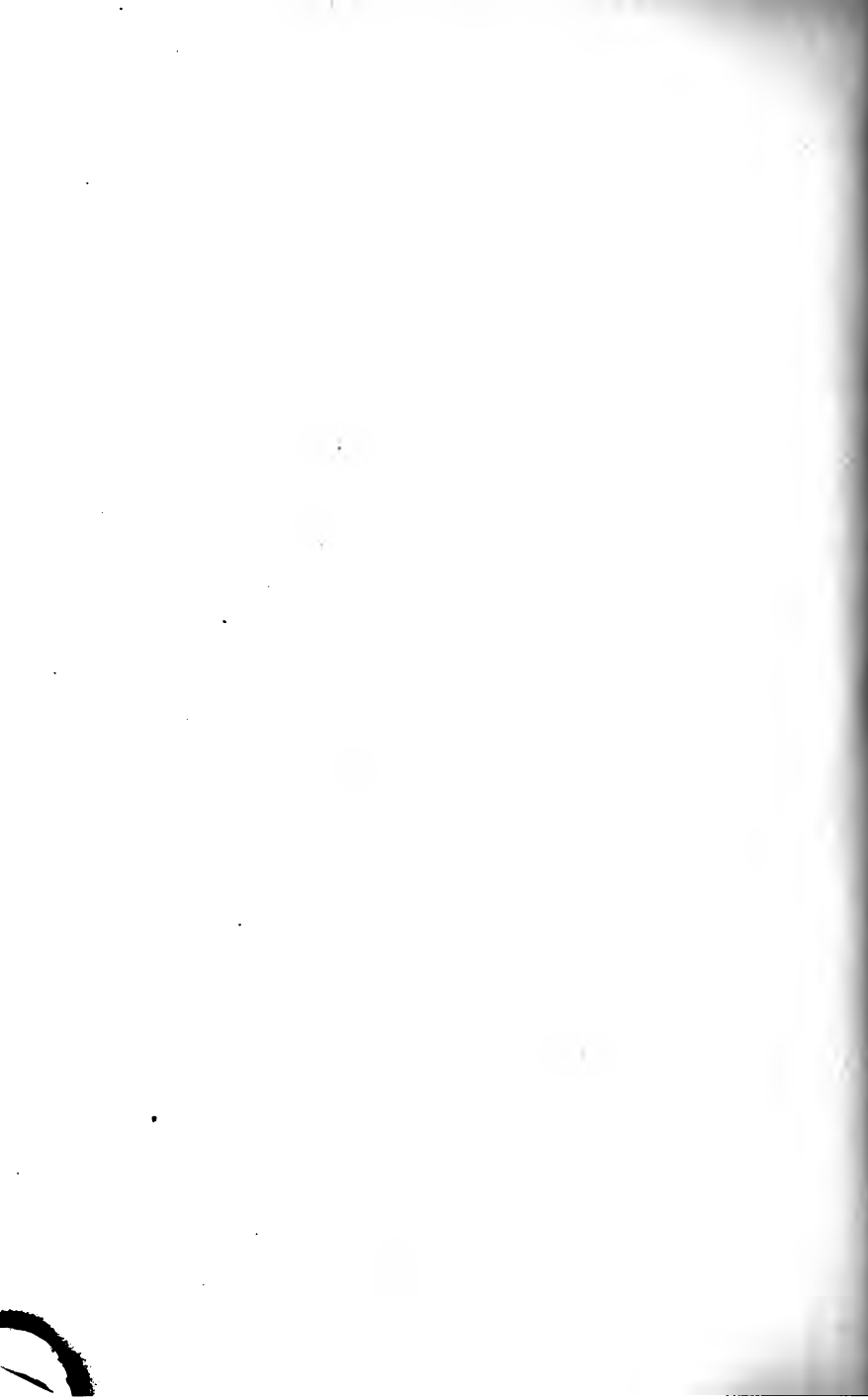
traição o presidente Emygdio Garcia, o dr. Augusto Rocha e Antonio Jardim. N'esse mesmo dia sahiu em Lisboa o primeiro numero do semanario *O Futuro de Portugal*, appellando para a Republica em nome da salvação publica, e o *Seculo* annunciava um comicio no theatro de D. Fernando, á rua do Olival, a fim de se protestar contra a cedencia de Lourenço Marques aos inglezes. A este comicio presidiu o venerando general Sousa Brandão, secretariado por Anselmo Xavier, gerente do *Seculo*, e por Silva Lisboa, presidente do Club Henriques Nogueira. Da meza, todos fizeram uso da palavra; fallando ainda o dr. Theophilo Braga, Manoel de Arriaga, Magalhães Lima, Elias Garcia, Augusto de Figueiredo, Gomes Leal, Martins Contreiras e o socialista Agostinho da Silva. Dentro do theatro não cabia mais gente; a affluencia fôra como nunca se suppuzera; de fórma que remedio não houve senão organisar um como que comicio supplementar no atrio do theatro, comicio ao qual presidiu o dr. Leonardo Torres, fazendo uso da palavra o dr. Eduardo Maia, Reis Damaso e outros. Foi approvada uma representação contra o tratado, sendo incumbido de a apresentar em côrtes o deputado republicano Rodrigues de Freitas.

Alea jacta erat!

O partido republicano que, a bem dizermos, firmara os primeiros passos com o grandioso facto da commemoração camoneana, commemoração que foi como o resurgir da velha alma portugueza, constitúiu-se agora, pelo seu protesto contra a traição dos

sinistros alliados da monarchia ingleza, o fiscal cuidadoso da integridade da patria.

Desde então, patria e Republica confundem-se como synonymos. E' pela Republica quem fôr patriota; é pelo rei quem fôr inglez.

A situação é clara.

« E, como o troglodyta, famulento,
espera a caça em vão,
e enche a caverna de feroz lamento,
assim gemeu tambem meu coração! »

ANT. D'AZEV. CASTELLO BRANCO — *Lyra meridional.*

A INSURREIÇÃO DE JANEIRO

I

A QUESTÃO INGLEZA

«Temos aqui os exemplares mais importantes, e os maiores patifes da Europa.»

Seroens de S. Miguel de Seide.

Muitos são os aggravos que Portugal tem da Inglaterra. Em dois seculos e meio de alliança que mais se dissera um odioso protectorado, a Inglaterra, já pelas suas extorsões, já pela sua intervenção nos nossos negocios internos, se bem tem merecido da dynastia de Bragança, que conta com ella como sendo a sua melhor alliada, tem, em compensação, concitado contra si a malquerença de todos os patriotas portuguezes. Não obstante, essa malquerença não brotou repentinamente, antes tem sido obra morosa d'uma lenta accumulação, podendo notar-se, através da sua evolução, que ella é progressivamente maior, á medida que a democracia ganha terreno.

Mal esboçada ainda em 1817, a reacção patriotica torna-se tão forte em 1890-91 que, n'um dado momento, ameaça subverter o throno brigantino, espalhando ao vento as tiras d'essa alliança desfeita.

*

Póde hoje a monarchia, fiel ao seu tradicional e sórdido egoismo, manter esse odioso pacto. Mas hoje já lhe não são permittidas illusões: o povo nada quer de alliança ingleza. E, se uma instituição que o livro da Historia condemnou já a desaparecer pudesse ainda salvar-se, o meio unico de se salvar a monarchia portugueza seria porventura esse: dar uma satisfação á opinião publica, quebrando uma alliança que a susceptibilisa.

*

* *

A 31 de maio de 1817, a Regencia a quem fôra confiado o governo da nação na ausencia de D. João VI, Regencia absolutamente dominada pelos inglezes, sabendo que alguns patriotas procuravam estabelecer um governo nacional por meio d'uma revolução que puzesse termo á iniqua dominação estrangeira, publica uma portaria ordenando a captura dos indigitados conspiradores. 11 d'esses individuos eram, a 18 de outubro do mesmo anno, enforcados no Campo de Sant'Anna, em Lisboa. Gomes Freire de Andrade, o heroico official da legião portugueza nas guerras napoleonicas, esse foi igualmente enforcado no alto de Alquizer, proximo a S. Julião da Barra, não lhe valendo coisa alguma o allegar a sua qualidade de militar. Beresford, o auctor da sentença, não quiz que as balas prostrassem aquelle que tanta vez as tinha affrontado, e fêl-o enforcar como se elle fôra um salteador de estrada.

Gomes Freire, cujo peito estava coberto de condecorações adquiridas pelo seu valor, não teve a honra da morte que compete a um militar e teve de arrancar do peito todas aquellas distincções honorificas, excepção feita da da Russia, que se negou a entregar. E bom foi, para que ellas não subissem comsigo ao cadafalso.

Entretanto, medite bem n'isto o exercito portuguez: na figura tão altamente sympathica de Gomes Freire não foi apenas affrontado um homem: foi affrontada uma instituição. Quem subiu áquella forca foi todo o exercito portuguez. E umas instituições que, depois de tão brutal attentado, se conservam tão estreitamente unidas aos seus auctores, como faz a monarchia de Bragança, taes instituições por fórma alguma mereceråo o appoio do exercito. E, se Gomes Freire pudesse erguer-se ahi, regressando das regiões serenas da morte, elle diria ao exercito portuguez que ha casos em que uma covarde inactividade equivale a uma cumplicidade; e que, consentir por mais tempo no throno os alliados dos carrascos de 1817 é sanccionar aquelle negregado assassinato.

Em 31 de janeiro de 1891 houve uma fracção do exercito que quebrou essa odienta solidariedade com Braganças e inglezes. Mal succedidos porém, os revolucionarios de janeiro ainda até hoje não tiveram quem ousasse secundar a sua patriotica iniciativa.

Pouco importa que, tres annos depois do assassinato juridico d'aquelles patriotas, tenha havido em Portugal uma revolução que poz côbro ao dominio

de Beresford. A monarchia de Bragança ficou. E ficou, para quê?... Para trahir a revolução, para rasgar a constituição jurada, para manter a alliança ingleza, para mostrar bem ao mundo que se collocava arrogantemente ao lado dos assassinos de 1817.

*

* *

Envolvido Portugal na guerra com a França pela estupidez do rei D. João VI, não teve este poltrão a coragem sufficiente para arrostar com a consequencia dos seus erros, e, a par e passo que os exercitos napoleonicos invadiam a fronteira, fugia D. João VI para o Brazil, levando todas as joias da corôa, deixando o povo abandonado aos azares da guerra, importando-se muito pouco com que Napoleão nos adjudicasse ao seu imperio, porque lhe restaria a elle, ao Bragança idiota, o imperio do Brazil, essa phantasia do seu antecessor João IV e do padre Antonio Vieira.

Se em Portugal houvesse, ao tempo, um povo brioso e digno, a dynastia brigantina teria sido desde então abatida.

Expulso afinal o exercito francez, estabelecia-se aqui a Regencia, sob o protectorado inglez, mil vezes mais vexatorio do que o teria sido a conquista por Napoleão.

A Inglaterra impunha-nos a sustentação d'um effectivo de 60:000 homens; os postos superiores eram monopolisados affrontosamente pelos inglezes, por

grande que fôsse o valor de que os portuguezes tivessem dado provas. Entretanto a côrte do Rio de Janeiro continuava pedindo-nos os 261 contos da sua lista civil, e 80 contos para as suas cavallariças.

Foi n'estas circumstancias que se pensou em libertar a nação, e que um grupo de liberaes do Porto, retomando o pensamento dos martyres de 1817, machinando um pronunciamento militar, felizmente victorioso, proclamou a constituição hespanhola de 1812, emquanto não reunia o congresso que havia de formular as bases da constituição portugueza.

O rei voltara ao reino no meio da indifferença geral, jurando acceitar a nova ordem de coisas, talvez sinceramente resolvido a *outhorgar* aos portuguezes uma carta similhante á de Luiz XVIII em França, o que evitaria o reconhecimento da soberania nacional e a legitimação do acto revolucionario de 24 de agosto.

Enganava-se porém. Cheios de theorias abstractas e de principios absolutos bebidos nos escriptores da Encyclopedia, antecipando-se ao nivel moral exigido para reformas tão radicaes, os homens de 1820 eram já republicanos, embora forçados a transigir com a fórma monarchica, mas resolvidos á manutenção dos principios essenciaes.

A realeza tornara-se um manequim sem funcção social.

Elles aboliram as jurisdições senhoriaes e ecclesiasticas; crearam o jury para as causas civeis e crimes: substituiram as camaras municipaes por conselhos electivos; nacionalisaram os dominios das

prelaturas, canonicatos e beneficios ecclesiasticos; tributaram as rendas das corporações religiosas; prohibiram que se pronunciassem mais votos; nacionalisaram os bens da corôa e ordens; aboliram para sempre a inquisição nos dominios portuguezes; tiraram ao rei o poder do *veto;* n'uma palavra: fizeram de 1820 o nosso glorioso 1789.

Mas, como dissemos, o paiz não estava preparado para isto. Embrutecido pelos frades e explorado pelos Braganças, elle nada comprehendia de todos estes direitos que lhe vinham conferir, sem que elle os pedisse nem sequer os entendesse. De ahi a indifferença do começo, e a subsequente reacção, até que, pelo golpe de estado de D. Miguel, a constituição foi rasgada e o absolutismo restaurado.

É sempre o destino de todos os reformadores anteciparem-se ao seu tempo. Assim se explica o insuccesso das suas tentativas, o martyrio que muitas vezes tem a soffrer, o aparente regresso ao passado e o tanto que tarda em seguida a realisação dos seus ideaes audaciosos.

As liberdades codificadas na Constituição de 22 foram destruidas pela reacção palaciana de 1823. E se o governo da revolução, em 1820, solemnisou o anniversario do assassinato de Gomes Freire, intimando a Beresford que acabava de chegar do Brazil com plenos poderes conferidos por D. João VI, uma ordem de se pôr fóra do paiz no curto praso de 24 horas, parecendo assim operar-se um rompimento entre o governo portuguez e o gabinete de Londres, isso não obstou — ai de nós! — a que o

constitucionalismo, mais tarde, tratasse de reatar esses quebrados laços, amarrando-nos novamente ao poste ignominioso d'uma alliança funesta.

Mas o constitucionalismo não só não completou, como falseou a obra da revolução de 1820. Ao partido republicano, já agora, caberá de futuro dar-lhe realisação.

Mas nós, liberaes de hoje, que vivemos n'um meio desbravado pelo esforço de tantos heroes e de tantos martyres, não poderiamos, sem commetter a mais negra das ingratidões, olvidar o trabalho dos que nos precederam.

Saudemos pois em Fernandes Thomaz, cujo espirito representa a synthese perfeita d'aquelle generoso movimento, o glorioso iniciador d'uma nova época de elaboração lenta por emquanto, que ha-de abrir as portas a um futuro mais digno de nós como povo civilisado e como povo livre.

*

* *

O *ultimatum* de 1890, origem remota da insurreição de janeiro, fez com que rememorassemos todas as affrontas todas as depradações que da parte da Inglaterra temos soffrido.

Assim, a 18 de julho de 1831 o governo inglez de Palmerston, ao pedir-lhe o ministro portuguez auxilio contra o governo de Luiz Filippe, cuja esquadra, por causa de Bonhomme e Souvinet, bloqueava já a barra de Lisboa para roubar a nossa

esquadra, aconselha o governo portuguez a que acceite as condições francezas, declarando ainda aquelle protector da causa constitucional contra D. Miguel que o aprisionamento da nossa esquadra junto á indemnisação que a França nos exigia, seria uma bôa presa.

Realmente, 160 contos de indemnisação e uma esquadra formada de 11 vasos de guerra com 330 peças foi uma pirataria digna de ser perpetrada pelo corsario John Bull. Nem parece obra da França!

Nem por isso porém os constitucionaes deixaram de mendigar vergonhosamente o auxilio d'este *nosso amigo*. E o constitucionalismo, por tal fórma reatou os vinculos da velha alliança anglo-brigantina, que, na sessão de 6 de fevereiro de 1846 pôde José Estevam, n'um violento discurso, provar á evidencia que Portugal não passa d'um feudo da Inglaterra. O discurso do notavel parlamentar causou tão profunda impressão nas camarilhas, que a rainha D. Maria II dissolveu o parlamento. Não era porém o parlamento que a rainha devia ter dissolvido: era a allinça ingleza.

Verdade seja que, se a rainha tivesse então acabado com ella, não teria podido depois, a 3 de junho de 1847, apresentar as forças navaes inglezas em frente a S. João da Foz, ao mesmo tempo que pela fronteira se internava a divisão hespanhola commandada pelo general Concha, para com essas forças combinadas exercer um efficaz terror sobre as forças revolucionarias, obrigando-as a uma prompta rendição.

A monarchia absoluta deixou-nos roubar a esquadra, muito a contento da Inglaterra do lord Palmerston que assim via reduzido á infima especie o nosso poderio maritimo, condição indispensavel da integridade do nosso territorio colonial. A monarchia parda vale-se d'essa Inglaterra para suffocar as aspirações liberaes da nação em proveito d'uma côrte prepotente e d'uma camarilha ignobil.

*

* *

N'outro ponto ficou indicada a campanha contra o tratado de Lourenço Marques, na qual o partido republicano portuguez desempenhou tão patriotico papel.

A 7 de março de 1881, a Sociedade de Geographia de Lisboa, apesar de dominada pelos elementos conservadores, sente-se por tal fórma influenciada pelo espirito publico creado pelo partido republicano, que votou uma representação á camara dos deputados pedindo o addiamento da discussão d'aquelle tratado.

Graças á agitação republicana, e á attitude patriotica da Sociedade de Geographia, o tratado foi posto de parte.

Foi então que, despeitados com a nossa resistencia ás vontades do gabinete de Londres, os jornaes inglezes desandaram em nos insultar, chegando o *Daily News* a affirmar, escumando de raiva, que Portugal é uma nação de idiotas.

Elles teem talvez razão, de resto. Nós somos tão idiotas que, teimando a monarchia em ser a fiel alliada da Inglaterra, continuamos a tolerar a monarchia!

Mas parece que a Inglaterra se empenha extraordinariamente em nos desprestigiar perante o mundo civilisado. É assim que, quando nos não ridicularisa, calumnia-nos. Haja vista as aleivosias proferidas em pleno parlamento britannico contra o nome portuguez pelo ébrio Jacob Bright, aleivosias ás quaes o portuguez major Luiz de Quilinan julgou dever responder com a sua celebre carta no *Morning Post* de 6 de abril de 1883.

Pois não obstante, um anno apenas decorrido sobre os grosseiros insultos d'aquelle alcoolico irresponsavel, já o governo portuguez assignava o torpissimo tratado do Zaire, contra o qual se levantou a protestar o partido republicano e algumas corporações scientificas, como a Sociedade União Medica do Porto (21 de abril de 1884); a Associação Vimaranense (2 de maio); etc. Em Lisboa, contra similhante tratado, effectuou-se no dia 11 de maio o comicio do Chalet do Rato, extraordinariamente concorrido.

E a todas estas subserviencias do governo portuguez, como respondem os inglezes?...

—Chamando-nos negreiros! apontando-nos á indignação da Europa como fautores do crime de trafico!

Negreiros nos chamou um jornal inglez em dezembro de 1888.

Ora a Portugal cabe a gloria de ter sido uma das primeiras nações que aboliram a pena de morte, e que aboliram a servidão. Pouco importa porém: de longe a longe, ou do parlamento britannico (caso Bright) ou da imprensa britannica, jorra sobre nós, na santa indignação dos truões embriagados, a calumnia torpe. Os negreiros somos nós; os philantropos são elles.

Exactamente n'esse mez de dezembro de 1888, assistia a Europa espantada á nojenta comedia do bloqueio de Zanzibar.

Duas nações prepotentes — ferro por fóra e cerveja por dentro — enfiam o capuz do mais refalsado humanitarismo, e propoem-se bater a escravatura a todo o transe.

Ideia santa, ideia nobre, ideia generosa, se não fôsse maculada pelo interesse egoista e pela ostentação balofa. A proposito, vão-nos chamando negreiros, apesar de nós, na nossa boa fé, estarmos cooperando com elles.

São muito generosos aquelles inglezes, que ha uma porção de seculos pousam a monstruosa pata ferrada sobre o peito eburneo da desventurada Irlanda, e esmagam o povo irlandez com o crime infame das evicções, que a Historia ha de julgar e punir. É muito generosa a Allemanha, que está envolvendo nas suas malhas de aço aquellas duas provincias francezas, roubadas no meio da desolação que se seguiu á guerra de 1870.

Quereis a liberdade humana garantida? — Dae a autonomia á Irlanda, oh! bretões embriagados com

o nosso vinho! Dae á França esses dous pedaços da sua alma, oh! allemães, que em homenagem a Bismarck haveis renegado Kant!

Com que então, negreiros nós, hein?...

Ora vamos lá a discutir, provas á vista, por causa das duvidas.

A Allemanha queria um pretexto para estabelecer colonias na Africa; a Inglaterra queria lançar as garras ao Sudão. Eis as bases do serodio humanitarismo das duas nações prepotentes, que, nas occasiões precisas, nunca duvidaram estender a mão aos traficantes de carne humana.

Todos nós sabemos que em Constantinopla se exerce e trafico em larga escala. Familias inteiras, especialmente polacas, fugidas á miseria e ao despotismo russo, sãs illudidas pelos *contratadores*, que as levam até á capital do imperio turco—o grande mercado. E a inglaterra e a Allemanha, moita! não tem interesses que as impulsionem para ali.

Oh! a santa generosidade dos cafres! Em Smyrna, em Alexandria, no Cairo, o mercado está estabelecido—apesar do protectorado britannico. E rende. Rende muito ouro aquelle sangue nosso irmão. Mas os oppressores da Irlanda, mas os homens que vexam o povo allemão com toda a casta de leis repressivas e offensivas das mais fundamentaes noções da justiça, nem vèm o crime monstruoso, nem escutam o soluçar das victimas.

Não ha muitos annos ainda que um alto funccionario do governo britannico, na presidencia de Madrasta, tinha comprado uma joven indiana de 14

annos de idade, pagando por ella aos pais a quantia de 100 rupias. Os pais receberam o dinheiro, mas recusaram-se a entregar a rapariga. O beberrão de cerveja tentou então leval-a á força.

Chamado aos tribunaes como raptor d'uma menor, o juiz inglez John Gorot decidiu que, conforme as leis indianas, a *mercadoria* comprada deveria ser entregue ao seu *legitimo dono!*

Os humanitarios negrophilos!...

Perguntamos agora á Inglaterra, que no templo das suas leis nos insulta, e pela sua imprensa pretende rebaixar-nos: quem são os negreiros, nós ou vós?...

Continuai, tartufos, de parceria com aquella generosa Allemanha, que forja leis de excepção contra os socialistas; continuai colorindo a vossa insaciavel ambição com as mais bellas côres do mais puro humanitarismo. Quando vós passaes prégando a liberdade, os povos vêm com espanto na vossa blusa a nodoa vermelha do sangue da desditosa Irlanda, e bem ouvem ranger nos vossos caixotes de viagem os ferros que levaes para a forja das alegmas.

Insultae-nos agora se tanto vos approuver, que o mundo vos contempla, em grandes casquinadas de riso, perante a vossa indignação de opera buffa.

*

* *

Mas ridicularisar, ultrajar e calumniar não é coisa proveitosa. Por isso os inglezes não se contentam

com isso, e, sempre que se lhes offereça occasião, buscam roubar-nos, ou por ardil ou por força, sabendo, como sabem, que a monarchia portugueza, sua alliada, é incapaz de lhes resistir.

Assistimos já ao conflicto entre o poder e a nação a proposito do tratado de Lourenço Marques. Graças á reacção nacional despertada pelo partido republicano, o tratado foi posto de parte em 1881. Mas, como a Inglaterra cubiça ardentemente a posse d'aquella magnifica bahia, não só como meio de mais facilmente dominar os boërs, mas, e sobretudo, para alli estabelecer mais um emporio para o seu commercio, os inglezes não desistiram do seu intento, e puzeram-se na espectativa, com aquella impassibilidade que os caracterisa e os faz insensiveis aos revezes.

O governo portuguez porém, que, quando não é composto de traidores, é composto de imbecis, não quiz attender á delegação que os boërs nos enviaram peticionando a concessão do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira e fez essa concessão a uma companhia que se destinava a explorar os boërs, como os inglezes costumam explorar-nos a nós. Elles porém, descendentes dos colonos hollandezes que se nos apossaram do Cabo, não cahiram no logro, e foram buscar á Allemanha uma alliança que o governo portuguez tão desastradamente lhes recusava. Assim perdemos nós, por subserviencia da monarchia á Inglaterra, o mais natural e proveitoso alliado que poderiamos ter na Africa contra as traficancias dos inglezes.

Ao mesmo tempo, ou pouco depois, com a volta dos progressistas ao poder, surgia, por imprudente iniciativa do snr. Barros Gomes, a época da politica allemã, com sacrificio da tradicional subserviencia á Inglaterra. O rei Luiz ia de visita á capital do Imperio, levando como presente para o imperador Guilherme o melhor de cem mil kilometros quadrados de territorios nossos das margens do rio Cunene, ao sul de Mossamedes. Angra Pequena foi a chave do interior do continente negro que o rei de Portugal levou gratuitamente, com todos aquelles magnificos territorios, ao seu collega de Berlim.

Como era de prever, os inglezes não gostaram d'esta liberalidade do nosso governo, e sentiram-se como que assaltados de ciumes, ao verem que nós concediamos a outros aquillo de cujo exclusivo elles estavam de longa data habituados a gosar; tanto mais que o aparecimento dos allemães na Africa do sul e em tão vantajosas condições, constituia para elles um perigo no futuro.

Assim foi que se apoderaram de Betchuanalandia, entre a colonia do Cabo e o Zambéze, evitando assim a ligação dos boërs com os allemães estabelecidos já em Angra Pequena. Seguidamente, com aquella fé punica que constitue hoje apanagio da Inglaterra, apesar de esta se ter compromettido a manter a independencia dos zulus, vemos o governador do Natal apoderar-se da Zululandia, encravando assim a confederação do Transwaal n'um beco sem sahida, fechando-lhe a communicação com o mar que banha a costa oriental.

Resta-lhes ainda uma porta: Lourenço Marques. Por emquanto somos ainda ahi senhores ao menos de nome. Mas John Bull não dorme. É fiel amigo e alliado do rei de Portugal. Está certo de que tudo aquillo lhe ha de pertencer...

Já a 7 de junho de 1889, o deputado republicano Consiglieri Pedroso apresentou na camara dos deputados uma moção, formulando o voto de que o governo mantivesse com firmeza os direitos de Portugal na Africa Oriental e Central. Esta moção, que a camara approvou por acclamação unanime, significava todavia um recrudescer do perigo, perigo que o africanista M. R. Pereira punha a toda a evidencia dias depois (27 de junho), mostrando, n'uma conferencia realisada em Thomar, as funestas consequencias do predominio inglez em Lourenço Marques.

O perigo que impendia sobre Lourenço Marques preoccupava tanto mais a consciencia nacional, quanto era certo que, proseguindo na desforra que pretendiam tirar da germanismo-mania do desastrado gabinete progressista, os inglezes acabavam de lançar aos ares uma nova questão, para nós gravissima, e que, para qualquer outro paiz mais digno e mais consciente de si teria sido decisiva: ou para a transfiguração no Thabor revolucionario, ou para a morte gloriosa no campo da batalha, tendo a cobril-o depois as piedosas lamentações de todas as almas justas, como Christo e como Thammuz tiveram a choral-os no sepulcro o pranto piedoso das santas mulheres.

Essa foi a celebre *questão ingleza,* causa geradora de toda essa fermentação patriotica que, começando pelas manifestações tumultuarias da capital, anarchica e espontaneamente formadas, terminou pela revolução de janeiro, especie de ataque epileptico com que fechou tão longa sobreexcitação do cerebro nacional.

Resumindo, digamos o que isso foi.

*

* *

Pela primavera de 1889, principiaram a correr boatos assustadores relativos á expedição de Augusto Cardoso ao Nyassa, affirmando-se, embora sem fundamento conhecido, que o intrepido explorador andava perdido pelo sertão. Mais se dizia que elle se collocara sob a égide protectora d'um regulo qualquer, que todavia não duvidaria entregal-o ao primeiro cervejeiro de Londres que lhe puzesse a cabeça ao preço d'um barril de cerveja ou d'um garrafão de agua-ardente.

Serpa Pinto, graças a anteriores travessias e aventuras nos sertões africanos, era já conhecido pela sua temeridade—nome que os excessivamente prudentes dão a todas as audacias de que se não sentem capazes. O seu nome foi invocado como o d'um messias no qual se depositassem todas as esperanças. N'uma sessão parlamentar similhante á que proclamou Thiers libertador do territorio francez, a representação nacional consagrou o valor

d'aquelle destemido soldado. Serpa Pinto acceitou o papel que lhe entregavam O governo organisou a expedição e confiou-a do valoroso major, que partiu para a Africa a bordo do *Moor*.

*

* *

Quando, chegado já ao seu destino, o major Serpa Pinto se dirigia para o largo Nyassa, levando comsigo as forças de Ferrão, Mopeia, Goenguo e Massingire, eis que lhe sae ao caminho o regulo Chiputura, propositadamente para o effeito ensaiado pelos inglezes, e que pretendia zombar inpunemente do nome portuguez, pondo-se sob a protecção da bandeira ingleza.

Dos inglezes tinha esse regulo recebido garrafões cheios de polvora para que os seus vassallos mais á vontade nos pudessem guerrear, mas tendo o cuidado de fazer com que taes garrafões passassem como indo cheios de agua ardente de commercio. O major Serpa Pinto pôde ainda apprehender alguns d'esses garrafões, que exuberantemente provam a boa-fé, a lealdade dos nossos *fieis alliados*.

E não foi esta a unicà apprehensão realisada pelo major Serpa Pinto: n'um collegio de missões inglezas apprehendeu elle uns compendios de Geographia e Historia, nos quaes se ensina que os portuguezes são uns barbaros, selvagens, anthropophagos, e que Portugal apenas é um *protectorado inglez*.

Assim tentam elles, a um tempo, tornar o nosso

nome odioso e furtar-lhe o prestigio que elle conserva ainda no continente negro.

*
* *

Não nos surprehendeu porém nada d'isto.

E a brutalidade de lord Salisbury contra Portugal foi apenas o producto da irritabilidade do bandoleiro, ao ver contrariada uma das suas criminosas tentativas.

Como ficou já indicado, ha muito que a Inglaterra mira a apossar-se de toda a Africa sud-oriental. Ha oito annos que se constituiu em Londres uma commissão, com o fim de pedir ao governo britannico a annexação da Zululandia á Inglaterra. E este pedido, expressão real da opinião, foi mais tarde reforçado pela campanha dos jornaes, das aggremiações commerciaes e dos oradores parlamentares, sobretudo quando essa ambição foi atiçada por um novo engodo: o territorio dos Sevazies, onde foram descobertas minas de ouro, desde logo exploradas por uma das fortes companhias inglezas.

Mas qual seria o motivo por que os inglezes tanto desejavam a Zululandia?—já o dissemos: os boërs são inimigos implacaveis dos inglezes; era pois preciso, senão destruir, pelo menos repulsar os boërs. Foi assim que a Zululandia foi afinal annexada á Inglaterra em março de 1887.

E a historia da alliança ingleza com a rainha Zambia, de Maputo?

Segundo a arbitragem de Mac-Mahon em 1875, ficara uma grande parte do Maputo sob o protectorado portuguez. A Inglaterra, que acceitara essa arbitragem, não poderia, sem grande escandalo, transgredir as resoluções do arbitro francez; e todavia a Inglaterra precisava de Maputo para os seus arranjos coloniaes, e mau foi que a Inglaterra o pensasse. Para aquelles piratas conceber e executar o roubo são acções tão rapidamente successivas que até parecem simultaneas.

A primeira coisa que foi resolvida pelos inglezes foi uma especie de missão de calumnia contra nós. Intrigantes alugados, ou pelo menos protegidos pelo governo da Gran-Bretanha, foram para o Maputo indispôr-nos com Zambia, fazendo-lhe crer que o governo portuguez pretendia desthronal-a violentamente, enviando-a a ella e a seu filho Guanazi, sob custodia, para uma fortaleza de Moçambique! E como, com a campanha de diffamação d'aquelles ignobeis intrujões coincidisse a resolução tomada pelo governo de Portugal de enviar para Lourenço Marques um corpo de policia, logo os jornaes inglezes se fizeram ecco da infamia, barafustando contra as tentativas de *criminosa usurpação* de Portugal, e annunciando ao mundo que nós iamos enviar para o Maputo grossas forças de cavallaria e de infanteria, quiçá tambem de artilheria!...

Foi assustada com estes boatos aterradores em verdade, que a rainha Zambia se accolheu sob a protecção do governo inglez, que tratou logo de urdir, bem silenciosamente, para que nos pudesse pi-

lhar de surpreza, um tratado de amizade que a rainha Zambia assignou de cruz, em 29 de novembro de 1887.

N'esse tratado de *amizade* estipula-se que Zambia não poderá entrar em correspondencia ou fazer tratados com qualquer potencia relativamente á venda, alienação ou cedencia de qualquer parte do territorio Tunga; e que sobre nenhum assumpto tomará deliberação sem a prévia sancção do commissário da rainha Victoria na Africa do sul! Elles chamam a este tratado de escravidão *um tratado de amisade!*

Mas os subditos da râinha Zambia que não tinham participado dos terrores da sua soberana, e que não tinham sido consultados, não obstante os preceitos da politica tradicional do Maputo, protestaram desde logo contra o acto de 29 de novembro de 1887, e persistiram em dizer que desejavam ser vassallos dos portuguezes; que o regulo Missango déra todas as suas terras a Portugal, e que elles estavam satisfeitos com a obra do Missango; que, por conseguinte, nada queriam da Inglaterra.

Em vista d'isto, as auctoridades portuguezas acceitaram o principio de que todo o territorio do Maputo ficaria pentencendo a Portugal. A propria rainha Zambia e a sua côrte, renegando o anterior tratado que lhes fôra extorquido pela forma fraudulenta que já conhecemos, acceitou as resoluções das nossas auctoridades, confiando em que o governo portuguez a protegeria sempre.

O governo da metropole rejeitou porém o trabalho dos seus delegados do ultramar e, para dar sa-

tisfação ao alliado da monarchia dos Braganças, declarou reconhecer como annexado á Inglaterra todo o territorio de Maputo ao oeste do rio do mesmo nome e ao norte do parallelo 26° 30. E isto quando todo aquelle povo reclamava a sua unidade, sob a protecção da bandeira portugueza!

Mas o que significa para a Inglaterra a vontade dos povos?...

Foi ainda valendo-se da fraude que sir Johnson, o representante inglez, conseguiu, após promessas de amisade e de auxilio mutuo feitas aos portuguezes, introduzir no paiz dos makololos munições de guerra que lhes permittissem atacar as forças portuguezas; e, a vêr se nos amedrontava, ensinou áquelles negros que desfraldassem a bandeira ingleza, porque então as forças portuguezas se não atreveriam com elles.

Foi pois uma ignobil cilada preparada ás forças portuguezas, collocadas entre o burlesco de deixarem sem correctivo uma revolta de selvagens, e o perigo de provocarem as iras da Ingaterra, luctando contra os portadores da sua bandeira.

Serpa Pinto não se intimidou. Castigou os pretos rebeldes e tomou as bandeiras inglezas.

Foi por isto apenas que a Inglaterra reclamou, invocando o direito do mais forte, e apontando-nos as peças dos seus couraçados como razão suprema da sua pirataria...

*

* *

Ha salteadores que não se contentam em roubar o viandante; matam-no. A Inglaterra tambem se não contenta em roubar-nos; atira-nos insultos os mais grosseiros.

Foi assim que este acto de puro bandoleirismo foi acompanhado de violentas diatribes da sua imprensa, diatribes que eccoaram em Portugal, agitando a opinião semanas antes da chegada do *ultimatum*. A 22 de dezembro de 1889, já o Centro Fraternidade Republicana, de Lisboa, protestava calorosamente em sessão solemne, contra os insultos dirigidos pela imprensa ingleza a Portugal.

A 11 de janeiro seguinte rebentava o *ultimatum*, no qual a Inglaterra nos impunha a immediata submissão ás suas piratarias, e a desauctorisação, por parte do governo portuguez, de tudo quanto fôra realisado contrariamente aos interesses inglezes pelos delegados do governo portuguez, especialmente pelo major Serpa Pinto.

O ministro Barros Gomes só então pareceu acordar da sua chiméra germanophila, que lhe déra animo para traçar o chamado *mappa côr de rosa;* e acordou para se submetter covardemente á brutal imposição do gabinete de Londres.

A noticia do *ultimatum* correu rapida. Rapida correu tambem a noticia da submissão do gabinete portuguez. A opinião publica commoveu-se extraordinariamente.

El-rei, despreoccupado e alegre, veiu para a Avenida da Liberdade passear guiando o seu carro, em competencia com o Luiz Judicibus...

N'essa noite podia e devia ter-se feito a transformação do nosso estado politico pela proclamação da Republica. E o povo que, espontaneamente, se agglomerava em grandes massas protestando contra a brutalidade da affronta, o povo não reclamava outra coisa.

Deviam ser talvez oito horas da noite, estando na redacção do *Seculo* aquelle que isto escreve juntamente com o seu collega Augusto Peixoto, d'aquella redacção, a rua Formosa, onde se encontra estabelecido aquelle jornal, foi subitamente invadida por milhares de pessoas de todas as classes, conclamando unanimes morras á Inglaterra e ao governo, e dando vivas á Republica. Em frente á porta da redacção soltaram-se calorosos vivas ao dr. Magalhães Lima, cujo nome symbolisava o jornal com todos os seus serviços prestados á causa da patria e da Republica. Então aquelle que isto escreve veiu á varanda. Fez-se um profundo silencio. E, exposto em breves palavras o aggravo recebido, a pusilanimidade do governo portuguez, e a necessidade de assumir o povo a sua soberania effectiva para assim pôr cobro á longa série de dislates e de traições de que sômos devedores á dynastia de Bragança, alguem bradou no meio da multidão:

— Desçam e venham comnosco!

— Comvosco, para onde?... perguntou o que isto escreve.

E um grito unanime, atroador, enthusiastico, trovejante como a voz do Sinai, eccoou formidavel:

— A Belem! a Belem!

Augusto Peixoto, ingenuo como uma creança, dizia-nos que fôssemos a Belem; que seria a Republica inevitavel; que a tropa confraternisaria com o povo, porque a excitação patriotica era enorme nas classes militares.

É possivel que o meu collega tivesse razão. Mas se a não tivesse?... Se a tropa se lembrasse de metralhar aquella multidão inerme, tão cegamente confiada á nossa direcção?...

Hesitantes, descemos comtudo para a rua os dois redactores do *Seculo*. Não tomamos a direcção da onda; deixamo-nos arrastar por ella. No caminho encontramos João Chagas, ao tempo empregado na redacção do *Tempo*. Estava transfigurado, elle que eu conhecera sempre como um *blagueur*, um *farceur*. O choque eletrico do *ultimatum* fizera d'elle um outro homem. Aquillo foi para elle a visão de Damasco. Allucinado, segurou-me pelo braço, perguntando-me com a voz trémula e os olhos chammejantes:

— Então, deante d'isto, o que faz esse partido republicano?...

— O que quer v. que elle faça?...

— O que quero?... O mesmo que quer toda a gente que tem alma: a revolução!

Noutro logar diremos por que a revolução se não fez.

*

*   *

No dia 13, pela manhã, realisou-se uma grande reunião academica na Escola Polytechnica, a fim de se protestar contra o procedimento da Inglaterra. Fallaram Hygino de Souza, cujo talento tão brilhantemente teria de se affirmar na direcção do jornal republicano da academia lisbonense *A Patria,* Innocencio Camacho, Lopes de Figueiredo, o aspirante de marinha Leone, Anselmo Vieira, Paula Teixeira e Carlos de Mello. A reunião foi dissolvida, porque o director da Escola, Andrade Corvo, celebre por anteriores traições em beneficio da Inglaterra e do rei, assim o ordenou, ao saber, pelos seus espiões, do aspecto republicano que ia tomando aquelle comicio da mocidade.

De ali fomos todos ao edificio das côrtes. Á frente, rompiam os aspirantos de marinha que o povo saudava em freneticos vivas.

O edificio das côrtes estava guardado por uma força de 50 bayonetas e por grande porção de policias fardados e á paisana. Uma commissão nomeada antes da dissolução da reunião subiu a apresentar o seu protesto, voltando logo a notificar ao publico que o gabinete progressista acabava de dar a sua demissão, estando em preparação uma situação regeneradora.

Restava o rei, isto é, restava a alliança ingleza. De certo que o sr. Serpa não ia destruir esta, nem depôr aquelle.

*

* *

No dia 15, reuniu a Associação Commercial dos Logistas de Lisboa para lavrar o seu protesto patriotico. Falaram n'essa sessão: Pinheiro de Mello, Martins de Almeida, Alves Valladares, Fialho de Almeida, Alves Correia, Victor Lisboa, Nunes Ferreira, Pinto de Azevedo, Roque da Silva, Costa Bravo, Alves de Aguiar, Eduardo Gomes, Simões de Almeida, Francisco Estrella e Martins Pereira. Todos os discursos, nos quaes predominou a nota republicana, foram calorosamente applaudidos. Fialho de Almeida foi alvo d'uma calorosa ovação.

No dia seguinte, o sr. Carlos de Mello, brioso official da marinha portugueza, inaugura no Real Colyseu uma série de conferencias elucidativas do conflicto, e a essas conferencias, notaveis pelo espirito republicano que as anima, comparece em massa a classe academica, officiaes do exercito, povo, gente de todas as classes, que ali vae aprender a conhecer o inimigo, tanto externo como interno.

Pela provincia lavra igualmente a indignação patriotica. Em Almada, Santarem, Grandola, Aveiro, Sacavem, á imitação do que se passava em Lisboa, as manifestações nas ruas succediam-se, notando-se em todas ellas que o grito de *viva a patria!* era sempre reforçado pelo grito de *viva a Republica!*, mostrando bem assim ter comprehendido o povo portuguez quanto a manutenção da monarchia é contradictoria com os interesses da patria.

Inglezes creados em Portugal, e já identificados com o nosso sangue pelo proprio ar respirado desde a infancia, como Alfredo King e seu filho, como pro-

testo contra a brutalidade de lord Salisbury, naturalisam-se cidadãos portuguezes, querendo assim participar das nossas dôres, das nossas coleras.

Então era a occasião de o partido republicano, que não soubera aproveitar-se da espontanea reacção patriotica da noite de 11, tratar de encaminhar a opinião n'um sentido revolucionario, pela Republica, contra a dynastia de Bragança que nos escravisara á Inglaterra.

Assim se fez. E no dia 19, o Centro Fraternidade Republicana abre as suas portas para uma conferencia publica sobre a questão ingleza, pelo snr. Agostinho Fortes, Esta conferencia foi realisada pela manhã. Á noite, no mesmo centro, realisava outra conferencia o auctor d'estas linhas, mostrando entre os mais calorosos applausos dos militares que o escutavam, que o exercito deve confraternisar com o povo na hora das reivindicações patrioticas, e que essa hora chegou, desde que a monarchia de Bragança, incorrigivel e relapsa nos mesmos erros, nos continúa trahindo em proveito da Inglaterra. « O juramento militar obriga, disse o conferente; mas o juramento não é prestado apenas ao rei: é prestado tambem á patria. E, quando esta se vê em conflicto com aquelle, a decisão de quem empunha uma espada é pelo interesse maior. Afunda-se um rei e salve-se um povo! »

Estas palavras foram abafadas pelos gritos enthusiasticos de: «Sim! sim! viva a patria! viva a Republica! viva o exercito!».

De tarde tinha-se realisado um grande banque-

te patriotico no hotel Villamar, concorrido por academicos, militares e jornalistas. N'esse banquete orou, no meio do mais férvido enthusiasmo, o dr. Oliveira Valle que instigou seu filho ali presente a dar todo o seu sangue pela patria e pela liberdade, sempre que a patria e a liberdade d'elle carecessem. As lagrimas de commoção que o orador chorou foram communicativas. Chorava-se, e não se sabia bem de quê: se de raiva, se de esperança, se de desespero, se até talvez de alegria.

Falaram em seguida Hygino de Souza, Eduardo Fernandes, Abilio Monteiro, o actor imitador Lamas, que fez uma brilhante affirmação de principios, Heliodoro Salgado, Carlos Calisto e Chagas Roquette. Este ultimo, que vestia a sympathica farda dum corpo de caçadores, em phrase elegante, sentida, cheia de expressão, de fogo, teve o condão de arrebatar todos os assistentes. Quando, ao terminar o seu discurso, sacudiu no ar uma bandeira portugueza que arrancou da parede, jurando tudo sacrificar pela honra daquella bandeira — foi um verdadeiro delirio o que se apossou de todos nós.

Se, naquella occasião, todos nós estivessemos armados, todos nós, ainda os mais timidos, ter-nos-iamos todos tornado heroes. Devia ser n'um momento psychologico como aquelle momento que Camillo Desmoulins, chamando os seus irmãos á liberdade, como elle proprio dizia, arrastou o povo de Paris de encontro ás muralhas da Bastilha, levando essa vaga temerosa a subverter aquella fortaleza.

Nesse mesmo dia realisou-se um comicio em

Barcellos contra as aggressões da Inglaterra, falando Martins Lima, Rodrigo Velloso e o padre Lima; e uma reunião academica em Vianna do Castello, falando Miranda de Magalhães, Thiago de Almeida, Thomaz Costa e Segismundo Pereira. Numa outra reunião em Ervedal da Beira falaram Manoel Cardozo, Antunes Albernoz, Antonio Maia e João Diniz.

No dia 20, realisou o snr. Carlos de Mello a sua terceira conferencia no Coliseu; e á noite houve uma reunião na Sociedade de Geographia, falando novamente o snr. Carlos de Mello e os snrs. Sarrea Prado e Francisco de Lencastre. No mesmo dia effectuara-se em Castello Branco um comicio no qual usaram da palavra Correia de Sampaio, Rodrigues Cardoso, e Joaquim dos Santos do Sal.

No dia 21, nova reunião academica em Vianna do Castello. Falaram Santos Reis, Silva Campos, Bernardo da Silva, Vaz Coutinho e Thiago de Almeida. No dia 22, no theatro Alegria, em Lisboa, realisa o sr. Agostinho Fortes uma conferencia, mostrando como, entre todas as nações da Europa, a Inglaterra destaca pela sua fé punica, sordido egoismo e desmesurada ambição. Reuniu tambem a Associação de empregados de obras publicas, falando energicamente os srs. Jorge Freire Junior, Delphim dos Santos, Alfredo Ferreira e o redactor do *Seculo* Andrade Neves, que, em castigo do seu patriotico desabafo, foi iniquamente transferido pelo governo regenerador presidido, de facto, por lord Salisbury. Andrade Neves não acceitou porém a transferencia, e demittiu-se, preferindo prejudicar o seu bem estar

pessoal, para poder continuar na lucta contra os que trahiam, de mãos dadas á Inglaterra, os interesses desta pequena nacionalidade.

No comicio realisado nesse mesmo dia em Sines, falaram Teixeira Gomes, Frederico Castro, Manoel Manesinho, Antonio Caldas, Ortigão Pires, Garcia Reis, Sant'Anna Cabrita e Alves Marques.

Como se está vendo, a insurreição patriotica ia-se rapidamente fazendo nos espiritos. E, á medida que ella lavrava, mais o partido republicano via engrossar as suas fileiras, mais brilhantes se tornavam as suas manifestações. Foi assim que teve nesse anno um extraordinario brilho a sessão solemne commemorativa da fundação do club Henriques Nogueira. O *Seculo* era então o mais fiel interprete da reacção patriotica, e assim se explicam as extraordinarias ovações feitas aos seus redactores Magalhães Lima, Mascarenhas Silveira e Heliodoro Salgado, que sustentaram então oralmente tudo quanto desde o principio do conflicto no *Seculo* vinha sendo dicto. Falaram ainda: Theophilo Braga, que produziu um discurso cheio de erudição e de critica, Alves Correia, redactor dos *Debates*, Lopes Martins e Agostinho Fortes.

Na conferencia que, no dia seguinte, Carlos de Mello realisou no Coliseu, occupou-se o brioso official da nossa marinha de guerra em percorrer, pondo-os bem em relevo, todos os assaltos que neste seculo, os inglezes teem tentado contra a nossa honra nacional e a nossa integridade colonial. Á sahida do theatro, o povo, enthusiasmado com a sua pala-

vra quente do mais vibrante patriotismo, fez-lhe uma ovação.

Nesse mesmo dia em Aveiro, realisou-se um grande comicio de protesto, no qual falaram o academico Cunha e Costa, Elysio Feio, o dr. Mello Freitas e Francisco Regalla.

No dia seguinte era a Covilhã que, ao appello da academia, vinha lavrar tambem o seu protesto em comicio publico, falando o dr. Pedroso, dr. Alçada de Moraes, dr. Alberto Amaral e Alexandrino de Oliveira.

No dia 26, realisa o auctor destas linhas uma conferencia na Sociedade Guilherme Cossoul; e, depois de ter corrido na ordem dos tempos todos os aggravos que temos recebido da Inglaterra, graças á sua alliança com a casa de Bragança, rebateu um artigo das *Novidades* em que se affirmava que o actual reinante, a quem esmaga a desgraça de males que não provocou, não é responsavel pelo que Portugal então soffria. A folha palaciana, raciocinando assim, pretendia mostrar aos seus leitores que não era justo que se appellasse para a Republica, desde que não fôra D. Carlos quem provocara o raio. O conferente citou então estas palavras do *Codigo Civil Portuguez*:

«A herança responde solidariamente pelo pagamento das dividas do auctor della; mas, depois de feitas as partilhas, os coherdeiros só respondem em proporção da parte que lhes coube na herança».

E depois proseguiu:

«Ora, como aqui não ha coherdeiros, mas ha

apenas um herdeiro, receptor de toda a herança, que esse herdeiro pague perante a nossa Historia, aos olhos de todo o mundo, a divida lançada no nosso livro de contas correntes... Está provado que não é á nação portugueza que convem a alliança ingleza. E por conseguinte, aquelle ou aquelles a quem ella convenha, que vá ou que vão viver em companhia da sua querida Victoria. A dynastia de Bragança, funesta á patria pelo que lhe tem diminuido no territorio, e funesta á liberdade pelos continuos assaltos que lhe tem feito, que pague á patria e á liberdade, na pessoa do seu actual representante, toda a sua enorme divida accumulada através de dois seculos e meio de infamias. Tambem Luiz XVI, pessoalmente, pouco devia e a sua cabeça cahiu na guilhotina revolucionaria. Nós hoje não pediremos a cabeça de D. Carlos que para nada nos serviria, porque nada vale. Intimar-lhe-emos apenas mandado de despejo... »

Estas palavras com que o conferente terminou a sua prelecção foram delirantemente applaudidas. Este era o sentimento geral dos republicanos, isto é, dos patriotas. Mas todos nós fomos trahidos pela pusilanimidade de quem tinha a obrigação de nos levar á victoria...

*

* *

De manhã, milhares e milhares de cidadãos foram, tendo partido do Centro Henriques Nogueira,

deixar os seus cartões nas legações de Hespanha e França, em signal de gratidão pelas provas de sympathia dispensadas a Portugal pela imprensa das duas nações, e mesmo por algumas das suas mais consideradas corporações. Na calçada dos Paulistas, o trem que conduzia Emygdio Navarro, esse odiento e rancoroso caceteiro que representa na agonia do constitucionalismo o papel infame que na agonia do absolutismo representou o padre José Agostinho — foi obrigado a parar, e pouco faltou para que a multidão o victimasse ali, desforrando-se de todos os insultos que o sordido jornaleiro dia a dia fazia jorrar sobre os patriotas. Livrou-o da morte — porque a morte seria certa se a primeira aggressão chega a realisar-se, — a intervenção dos redactores do *Seculo* Andrade Neves e Heliodoro Salgado e alguns desconhecidos que, postando-se em frente á portinhola exoraram o povo da capital a não manchar do sangue d'aquelle homem uma tão levantada manifestação. Esta generosa intervenção que, pela nossa parte, nos doe como um remorso, teve nos dias subsequentes o respectivo galardão de insultos...

Á noite realisava José Julio Rodrigues uma conferencia sobre o modo pratico de obstar á importação de productos inglezes, promovendo a industria, como fonte de riqueza nacional. Era o primeiro grito de guerra contra a producção ingleza, logo em seguida repetido pelos jornaes que, com excepção do *Diario de Noticias,* se recusaram mesmo á inserção de annuncios de procedencia britannica.

No mesmo dia realisa-se no Porto um grande co-

micio patriotico, no qual falaram o academico Ernesto de Vasconcellos que ahi fez a sua profissão de fé republicana, Clemente Pinto, Luiz de Magalhães, Eduardo de Sousa, Augusto de Castro e Felizardo de Lima. Outro comicio se realisava ainda em Nellas, falando Julio Rosado, Jorge Baptista e Maximiano de Albuquerque.

No dia seguinte fazia o snr. Carlos de Mello uma nova conferencia no Coliseu, discorrendo sobre os meios praticos de organisarmos a nossa defeza contra as eventualidades que pudessem advir, dada a rapacidade britannica.

*
* *

Este movimento de reacção patriotica contra as usurpações e brutaes affrontas da Inglaterra determinou parallelamente um movimento sympathico á federação das raças latinas. O ideal de Victor Hugo e de Garibaldi, que deve preceder em sua realisação pratica o sonho de Beranger, de Manzoni e de Klopstok, essa causa sagrada pela qual tanto se tem dedicado o nosso bom amigo Gromier, lançou raizes então e rapidamente se desenvolveu no espirito do nosso povo.

Esse pensamento, esboçado já na grande manifestação popular aos consulados, tomou fórma doutrinaria com o semanario *A Republica Latina,* creado por um grupo de operarios da classe typographica, e cuja direcção foi nominalmente entregue ao snr.

Eugenio Silveira. O valente jornal foi collaborado por todos os redactores effectivos do *Seculo* e por alguns outros republicanos dedicados.

No mesmo dia, em que, em Lisboa, apparecia o novel semanario (1 de fevereiro), realisavam-se no Porto extraordinarias manifestações populares, fundando-se a Liga Patriotica do Norte sob a presidencia de Rodrigues de Freitas, que posteriormente havia de abdicar nas mãos que escreveram as *Odes Modernas*.

A resurreição de Anthero do Quental para a vida politica trouxe ao movimento patriotico de então todo o prestigio do talento alliado á virtude. Sob a égide moral d'aquelle nome venerado a mocidade sentiu-se forte. Os velhos recuperaram alento.

Pareceu por um momento que todos poderiamos, como Guilherme Braga, dizer, firmemente crentes na victoria da nossa causa:

> «Ó meu berço natal! Se um dia acaso
> tens de ceder, que seja na batalha;
> que do teu claro sol o extremo occaso
> só te illumine as prégas da mortalha.
>
> «Mas, antes que das ultimas fileiras
> caiam por terra os ultimos soldados,
> salva, salva das garras estrangeiras
> da tua historia os fulgidos legados!»

II

A REVOLUÇÃO

> «Mãos á obra.»
>
> *Seroens de S. Miguel de Seide.*

A historia minuciosa da insurreição de janeiro de 1891 não póde ser feita emquanto estiver de pé o systema politico que ella tendia a eliminar. Fazel-a seria praticar acto de traição, pois equivaleria a denunciar á vingança dos poderes constituidos todos os que, felizmente, não puderam ser apanhados na rede varredoura da feroz repressão que se seguiu áquelle glorioso movimento.

Poderemos porém, apesar d'isso, fazer essa historia nos seus traços geraes; as minucias ficarão para depois, para quando tudo possa ser dito sem perigo para ninguem.

*

* *

Victor Hugo, nos *Miseraveis*, estabelece a base de differenciação entre revolução e revolta. Esta ultima

dá-se quando alguem se conspira contra a representação legitima da soberania nacional; é o caso das barricadas de junho de 48, é o caso do almirante Custodio de Mello hoje no Brazil e o dos *revoltosos* do Rio Grande. A *revolução* dá-se quando o movimento é effectuado não contra um regimen sahido da livre expressão da soberania nacional, mas contra um regimen baseado na fatalidade e por aquelles que tendem a fundar o verdadeiro regimen da liberdade.

Pelos fins a que mirava, o movimento insurreccional do Porto, em janeiro de 91, foi uma revolução; pelos homens que quasi exclusivamente o levaram a effeito *(e levar a effeito* não é a mesma coisa que *produzir),* essa insurreição tem a designação especial de *pronunciamento,* visto ter vindo das casernas.

João Chagas teve razão, quando, na *Portugueza,* escreveu que o 31 de janeiro foi uma data militar, visto que só militares a effectuaram e que, na hora das responsabilidades, só militares appareceram a assumil-as corajosamente.

Isto dito, vejamos o que aquillo foi, e, tanto quanto nol'o permittem as necessarias reservas, como aquillo foi.

*

* *

Sabem-se as causas geradoras e sabem-se as causas determinantes.

Até 1889, como ficou visto, todo o trabalho do partido republicano fôra um trabalho de propaganda e de critica, apenas interrompido, na pratica, pela intervenção nas luctas eleitoraes. Essa propaganda era já mais que sufficiente para se poder tentar um golpe de mão sobre as instituições; mas faltava a causa occasional, isto é, faltava que a nação portugueza, sacudida por qualquer acontecimento extraordinario, tivesse começado a respirar dentro duma atmosphera de insurreição. Baldadamente, alguns annos antes, o sr. Emygdio de Oliveira, então no auge do seu jacobinismo, appellava na *Folha Nova* para a necessidade da revolução. As revoluções não se fazem aos caprichos de qualquer individualidade, nem mesmo de qualquer partido. As revoluções fazem-se quando as necessidades da evolução historica as determinam. Ellas não são filhas de um homem, como erradamente crêem os que persistem afferrados ao fetichismo das grandes individualidades, e como o affirmam os vaidosos que chegam a suppor-se na humanidade uma especie de indispensaveis agentes providenciaes.

Assim pois, por extemporaneos, por demasiado madrugadores, os clamores do sr. Emygdio de Oliveira não foram escutados; a revolução não surgiu como uma mutação de magica ao signal do contra-regra; o que apenas serviu a evidenciar, pela precipitada fuga do apostata, a pouca sinceridade das suas impaciencias.

A tal ponto se tornou notavel a apathia em que pareceu cahir o partido republicano, que o jornal

do sr. Emygdio Navarro lembrou-se de fazer um appello ao nosso estado maior, convidando-o a ir religiosamente enterrar uma bandeira que parecia condemnada a não se desfraldar jámais, e supplicando-nos a nós todos que fôssemos uteis á patria, levando a nossa dedicação, o nosso esforço, o nosso trabalho, a nossa intelligencia, aos arraiaes do Estabelecido, que nos receberia de braços abertos.

O partido republicano não se deixou captivar pelos cantos d'aquelle tritão disfarçado em sereia.

E bom foi, porque, de ahi a pouco morria D. Luiz, que muitos appellidavam já *o ultimo Bragança*, e seu filho D. Carlos, rei toureiro e caçador, tinha o condão de ver elevar-se o seu throno no meio d'um mar de geraes antipathias pessoaes provocadas pela sua attitude durante a dolorosa e prolongada agonia, durante os funeraes e durante o luto official do auctor de seus dias. Aquelle periodo que devera ser, para um homem bem formado, o d'um severo recolhimento, foi para o sr. D. Carlos um periodo de distracções venatorias, que não lhe permittiram sequer comparecer ás exequias solemnes por alma de seu pae, mandadas celebrar pela camara municipal de Lisboa no templo de S. Domingos.

Pouco depois recebe-se a noticia da proclamação da Republica no Brazil. E então os monarchicos, desnorteados pelo medo do contagio, desatam a pedir repressões, esquecidas já as seductoras falas de mezes antes.

Vem o *ultimatum;* o estado de sitio em Lisboa no dia 11 de fevereiro; a dissolução da camara mu-

nicipal de Lisboa, em castigo de ter concorrido para a subscripção nacional; os sete peccados mortaes da dictadura ingleza de lord Hintze appoiada nas manhas do ministro Lopo Vaz; o tratado de 20 de agosto em que Portugal era tratado da mesma fórma como annos antes o fôra a rainha Zambia do Maputo; as repressões da expansão patriotica no dia 15 de setembro, prolongadas pela noite adeante, seguindo-se ao assassinato do Pardal a selvageria dos tiros no café Martinho; a anarchia que se seguiu á queda do gabinete regenerador, victimado n'uma intriga palaciana, que esteve a pique de dar a Republica forjada por Lopo Vaz, como desforra da affronta recebida.

O anno de 1890 foi todo elle n'um crescendo de motivos revolucionarios, motivos que não produziram o seu effeito logico, porque o Directorio presidido por Elias Garcia, n'uma imprevidencia que ninguem poderá perdoar, nunca até então pensara na eventualidade d'uma revolução, e nada organisara na previsão d'essa eventualidade. Quando, na noite de 11 de janeiro, o povo clamava nas ruas de Lisboa que o levassem a Belem, os chefes esquivaram-se; e, quando aquelle que isto escreve procurou Elias Garcia para lhe expor o que se passava, e pedir-lhe que providenciasse de fórma a poder ser approveitado aquelle espontaneo appello para a Republica feito pela praça publica, Elias Garcia respondeu que os acontecimentos o haviam tomado de surpreza, e que nada estava preparado para um movimento revolucionario.

Como se o dever dos chefes d'um partido revolucionario não fôsse exactamente dispôr tudo, com vigilante cuidado, para a primeira eventualidade que a fortuna lhes depare!

Infelizmente porém a licção não fructificou; e hoje, nas regiões superiores do partido, reina a mesma incuria; de fórma que, se os acontecimentos nos vierem convidar á proclamação da Republica, nós ficaremos inactivos porque a negligencia d'uns poucos obstará a que a Republica se faça!

Estamos a fazer a Historia. Toda a verdade ha de ser dita, embora tenhamos de calcar as nossas affeições pessoaes.

*

* *

A atmosphera revolucionaria estava pois creada, causas occasionaes succediam-se umas ás outras, perdidas todas pela incuria e pelas indecisões do Directorio que, só em setembro, em frente da agitação da capital, se resolveu a trabalhar a sério.

A 28 de janeiro sahia em Lisboa o diario *A Patria*, orgão da academia republicana redigido superiormente por o quintanista de Medicina Hygino de Souza, com a collaboração de Brito Camacho, Chrispiniano da Fonseca, Estevam de Vasconcellos, Cabreira, João de Menezes, Heliodoro Salgado, e outros. Este jornal, que devia levantar para o protesto e para a lucta a classe academica do paiz, foi a breve praso secundado no Porto pelo *Rebate*. Foram estes, quando o *Seculo* affrouxou amedrontado pela lei

reaccionaria de Lopo Vaz, e que a *Republica Portugueza* não surgira ainda, os dois grandes agitadores da opinião publica no paiz.

A 4 de fevereiro promovia a academia republicana de Coimbra formidaveis manifestações contra a Inglaterra, manifestações que depois se repetiram quasi diariamente n'um disperdicio de energias que, por não terem sido convenientemente aproveitadas, se perderam.

Para o dia 11 de fevereiro estava annunciado um comicio no Coliseu, a fim de se protestar contra o proceder da Inglaterra. O governo porém mandou occupar militarmente aquelle theatro para que a reunião se não effectuasse. Isto irritou grandemente os animos, esperando-se a cada passo a insurreição. Os drs. Manuel de Arriaga e Jacintho Nunes que, no Rocio, aconselhavam ao povo serenidade, foram presos, levados para o Governo Civil, e de lá para o couraçado Vasco da Gama. Guerra Junqueiro, que estava á varanda da redacção das *Novidades* na occasião da passagem dos presos, não póde reprimir um subito movimento de indignação, soltando um: viva Manuel de Arriaga! que foi freneticamente correspondido.

Para essa noite estava annunciado pelo Gremio Henriques Nogueira um prestito civico para a collocação d'uma corôa no monumento de Camões, ao Loreto. A policia prohibiu essa piedosa manifestação patriotica, sendo as ruas da capital postas em estado de sitio, e a praça de Camões occupada pela guarda municipal. O *Seculo* publicou um supplemento em

que promettia tomar a responsabilidade d'uma vigorosa reacção, pois affirmava que, apesar de todas as prohibições, a corôa havia de ser posta. Em vez porém de proceder de harmonia com tão levantadas palavras, o dr. Magalhães Lima, seu redactor principal, sem ter para isso obtido aquiescencia dos seus collegas, rojou-se aos pés do governador civil de Lisboa exorando-o a que consentisse n'aquella romagem. Felizmente o governador civil não consentiu. Mas o *Seculo* faltou vergonhosamente ao compromisso tomado com o povo de Lisboa, quando é certo que, dada a situação dos espiritos, o mais pequeno acto de audacia poderia ter sido um acto decisivo.

Em compensação, os jornaes republicanos foram apprehendidos, o povo foi espadeirado pelos janizaros insolentes, e mais de 200 cidadãos foram presos.

Essa corôa que o dr. Magalhães Lima negou a um grupo de operarios resolutos, entre os quaes o anarchista Albino de Moraes, que a queriam ir collocar no monumento, está ainda hoje guardada como vergonhoso tropheu d'uma derrota sem combate, na redacção da *Vanguarda*.

Á noite, um grupo de rapazes, entre os quaes se contava Fialho d'Almeida, Chrispiano da Fonseca e aquelle que isto escreve, sahindo processionalmente do café Martinho, foi collocar uma corôa de palha no pedestal da estatua de D. José, como homenagem a tão nobre ascendente d'um monarcha em cujo reinado taes coisas tinham logar.

Este derivar da indignação para a troça foi fu-

nesto. Mas é impossivel manter os espiritos por tempos indefinidos n'aquella tensão que produzem as grandes indignações frementes.

Em Coimbra continuam as manifestações patrioticas, sendo a academia secundada pelos industriaes, commerciantes e operarios.

No dia 14, o governo, parecendo ineptamente apostado em crear mais um fermento de revolução, dissolvia a Associação Academica de Lisboa, como castigo de ter intervindo nas manifestações antibritannicas.

Contra esse acto arbitrario do governo, protestaram os corpos gerentes da Associação no seu manifesto do dia 16.

Cinco dias depois dava-se um facto ao qual os monarchicos procuraram tirar toda a importancia, mas que teve para o partido republicano um alcance enorme, e uma influencia decisiva no acto revolucionario. Referimo-nos á carta que João Chagas fez publicar, declarando-se desligado dos partidos monarchicos.

Os jornaes da monarchia mofaram da adhesão que este moço nos trazia, dizendo com desdem que elle nunca desempenhara papel algum politico que lhe désse a minima importancia, e que, quanto á imprensa jornalistica, elle nunca passara dum *reporter*, embòra, concediam, n'esse mister lhe não conhecessem segundo. Os monarchicos teriam talvez razão: mas esse *reporter* produziu a *Republica Portugueza* que alimentou o fogo do qual irrompeu o incendio revolucionario de janeiro, e o seu nome,

levado por todo o paiz como um grito de protesto, republicanisou a opinião.

No dia 24 de fevereiro, anniversario da gloriosa revolução de 1848, depois de terem apparecido ás esquinas das ruas de Lisboa os editaes em que a auctoridade prohibia o cortejo civico promovido pela Maçonaria Portugueza, em honra de Camões e de Vasco da Gama, como um grande protesto patriotico contra a Inglaterra, alguns republicanos dedicados, especialmente academicos, e estes recrutados sobretudo entre os aspirantes da marinha, reuniram no café Martinho, apossaram-se de todas as mezas, e, ao bater das oito horas, sob a presidencia eventual do dr. Jacintho Nunes naquella occasião alli chegado, todos de pé, sem que se pronunciasse uma palavra, fizemos um brinde eloquentissimo na sua mudez, á Republica Franceza, á memoria dos bravos que se bateram nas barricadas de fevereiro como um exemplo a futuras gerações, e ao generoso e puro ideal republicano dos homens de 48.

No dia 30 de março realisaram-se as eleições geraes. O partido republicano disputou as eleições em Lisboa, Porto, Gaya, Coimbra, Leiria, Mafra, Olivaes, Setubal, Santarem, Thomar, Evora, Braga, Odemira, Lagos, Funchal e Cabo Verde. Em Lisboa, como protesto contra a dissolução da camara municipal, dissolução decretada pelo governo para castigar a camara de ter concorrido para a subscripção nacional, o partido republicano elegeu Fernando Palha (presidente da camara dissolvida), Latino Coelho, Manoel de Arriaga e Elias Garcia. Este facto

produziu grande irritação nas espheras superiores, irritação que se manifestou na estupida e covarde selvageria com que o general Moreira, acolytado do capitão Celestino e seguido dos cavallos da sua força, veiu escoucinhar e espadeirar as creanças que esperavam a sahida do supplemento do *Seculo* para o venderem, e que mais se caracterisou ainda pelas leis infames que o governo regenerador fez publicar, em dictadura, no dia 7 de abril seguinte, leis que, supprimindo a liberdade de reunião, a liberdade de associação e a liberdade de imprensa, e entregando os cidadãos ao arbitrio dum juiz singular, são de facto, embora sob um aspecto politico, o restabelecimento da inquisição que nesse mesmo dia fôra abolida pelos revolucionarios de 1820, sessenta e nove annos antes.

Longe de extinguirem a fermentação revolucionaria, os decretos da dictadura ingleza mais a vieram irritar, dando em todos os espiritos sinceramente liberaes addictos inda ao constitucionalismo o fundado rebate de que o sr. D. Carlos, para se salvar e ao throno, fazia menção de se refugiar n'um absolutismo do facto. E esta irritação era tanto maior quanto era certo que o governo gastava todas as suas energias na lucta de encruzilhada contra os republicanos, ao passo que se submettia como cera a todas as imposições da Gran-Bretânha.

Grande no elemento civil, o descontentamento não era menor no elemento militar, em cujo cerebro começou a elaborar-se o pensamento d'uma transformação revolucionaria do nosso regimen politico,

transformação de que o Brazil nos dera, havia pouco, um tão apreciavel exemplo.

No dia 27 annunciavam os jornaes que mais de 50 officiaes do exercito estavam indicados para serem transferidos dos corpos de Lisboa, como suspeitos de commungarem nas aspirações republicanas do povo portuguez. Era o terror que começava a desvairar todos os creados do rei, como reflexo do terror que se apossara do animo do seu patrão.

No dia 13 de maio, o ministerio publico, no Porto, querella do artigo *Basta!* que João Chagas fez publicar na *Republica*, em divergencia com os proprietarios do jornal que entendiam inopportuno um appello aos processos revolucionarios, divergencia que deu em resultado a sahida de João Chagas d'aquelle jornal; facto este que muito interessou ao partido republicano, pois deu causa á fundação da *Republica Portugueza*, o jornal que mais concorreu para a revolução, e que mais larga influencia exerceu na democratisação do norte do paiz.

Esse artigo, dizendo ao povo que bastava já de submissões em frente das arrogancias do inimigo externo, e de covardias em face da petulancia do inimigo interno, tinha toda a opportunidade. Póde dizer-se que foi esse o momento em que João Chagas fundou a sua popularidade, porque se tornam sempre populares os que, n'um dado momento, lograram interpretar bem o sentimento e o pensamento das multidões. João Chagas foi o Verbo d'essa divindade: o Povo.

A 25 de junho, é condemnado, em Coimbra, a 3

mezes de cadeia, por ter publicado um artigo patriotico no *Ultimatum*, jornal da academia republicana d'aquella cidade, o estudante de Medicina Antonio José de Almeida. A iniqua condemnação, primeira depois da promulgação da lei das Rolhas de 7 de abril, suscitou grande indignação, sendo o condemnado alvo das mais ruidosas manifestações de sympathia, manifestações que deram logar a uma brutal intervenção da policia, da qual resultou grande numero de feridos.

No dia 9 de julho seguinte, os deputados republicanos Eduardo de Abreu, Manoel de Arriaga e Bernardino Pinheiro, protestaram contra aquella condemnação. A camara, porém, composta em sua maioria d'uma caterva de amoucos ás ordens do governo inglez de lord Hintze Ribeiro, não fez caso d'este protesto, evidenciando bem assim a apostasia collectiva do constitucionalismo que, implantado aqui em nome da Liberdade ultrajada pelo sicario D. Miguel, hoje renega impudentemente d'essa Liberdade.

A indignação publica contra o governo dos traidores chegou ao seu auge quando, a 20 de agosto, foi por elle assignado o tratado-traição que nos despojava do melhor da nossa Africa Oriental, em beneficio da alliada do snr. D. Carlos e da sua dynastia. D'essa indignação tornou-se ecco, em Lisboa o jornal academico *A Patria*, contra o qual o ministerio publico, por ordem superior, promoveu, d'uma assentada, nada menos de oito querellas, a fim de se apurar a responsabilidade das cartas ali publicadas, cartas enviadas por militares, uns protestando contra

a infame subserviencia do governo ante as imposições da Grã-Bretanha, e outros offerecendo-se para a obra da desforra patriotica, isto é, para a revolução republicana. Claro está que nenhum d'esses dedicados militares foi denunciado pelos redactores da *Patria*.

No dia 3 de setembro, as associações Commercial de Coimbra e Commercial dos Logistas de Lisboa manifestam-se contra o tratado traição. Egual manifestação fazem os republicanos do Porto e os alumnos da Universidade. No dia 5, promovem os republicanos de Trancoso imponentes manifestações patrioticas. No dia 7, cabe a vez á cidade do Porto, que se manifesta em comicio publico, no qual oraram o abbade de S. Nicolau, dr. Paes Pinto e José Ventura dos Santos Reis, grande capitalista que em tempos militara nas hostes progressistas, e que o facto do *ultimatum* trouxe para as nossas fileiras. O commissario de policia, dr. Adriano Accacio, com aquelle excesso de zelo que o caracterisa quando não prevê a victoria do inimigo para o dia seguinte, dissolveu arbitrariamente o comicio, quando começara usando da palavra o academico Ernesto de Vasconcellos. N'esse mesmo dia, houve outro comicio patriotico em Aveiro, no qual falaram o dr. Manoel de Arriaga, o academico Cunha e Costa e o tenente Homem Christo. No dia 11 multiplicam-se os comicios quasi por todo o paiz. E a agitação apresenta-se por tal fórma grave, que, no dia seguinte, o governo julga util disseminar para differentes pontos

do paiz, as forças do exercito que na guarnição de Lisboa lhe não mereciam confiança.

No dia 15, os commerciantes de Lisboa e Evora fecham as lojas em signal de protesto contra o tratado celebrado com a Inglaterra. E na camara dos deputados, quando o funebre ministro Hintze Ribeiro se levantou a ler aquelle torpe documento, a opposição pateou-o, e das galerias, alguma vozes gritaram : *Fóra!* Na rua, os populares protestavam dando vivas á patria e á Republica. A policia interveiu. Houve tiros, pranchadas, feridos de parte a parte, e o assassinato d'uma valente creança de 16 annos conhecida pela alcunha de *Pardal,* creança que fazia lembrar o adoravel *Gavroche* de Victor Hugo, e que, como este, se bateu contra os que empregavam a força ás ordens do governo inglez.

No dia 17, realisou-se uma imponente manifestação no cemiterio dos Prazeres, em homenagem ao infeliz *Pardal* (Carlos Franco). N'essa manifestação falaram Luiz Judicibus, Martins Correia, Heliodoro Salgado e João de Menezes. Este ultimo, com o seu olhar faiscante de nevrotico allucinado, pallido, erguido sobre um tumulo, com a sua capa negra de academico fluctuando ao vento, cheio de sinceridade e de fé, deixou uma impressão tão funda em todas as almas, que o tomarieis pelo genio mesmo da vingança e da revolta, que ali tivesse surgido para entoar um responso de sangue sobre o cadaver do assassinado. Subito estrondeou ninguem soube dizer o quê. Parecia uma descarga de fuzilaria, facto tanto mais crivel, quanto, fóra do cemiterio, todos tinham

visto a municipal com as espingardas carregadas. Não foi uma descarga. Mas póde vêr-se então quanto são injustos os que accusam de covardia o povo da capital, responsabilisando-o d'um defeito das classes dirigentes, e não d'elle. Estavam no cemiterio para cima de dez mil pessoas. Pois bem: muitos empallideceram, não se podendo dizer se de terror se de colera; mas o que é certo é que ninguem fugiu, e que um grito unanime reboou no campo santo como protesto contra o supposto attentado: *Viva a Republica! Morram os assassinos do povo!*

Felizmente não fôra nada. A guarda municipal não estava ainda embriagada. Foi-o depois. E foi quando a embriaguez os tornara irresponsaveis, que praticaram o crime inaudito, casualmente sem consequencias, de virem disparar as espingardas para o Rocio, contra quem passava, e contra os que estacionavam no café Martinho.

No Porto houve tambem nesse dia ruidosas manifestações em frente dos quarteis, sendo os populares correspondidos enthusiasticamente pela guarnição. A manifestação principal, organisada no café Suisso por Alberto de Oliveira e Artaett (academicos) dr. Julio de Mattos, Felizardo de Lima e João Chagas, foi dissolvida pela intervenção brutal da guarda municipal. Desde esse dia estava feita a separação: a guarnição do Porto, sympathica ás manifestações patrioticas da rua, não poderia deixar de ver no quartel do Carmo o inimigo. Infelizmente esta verdade foi esquecida na madrugada da insurreição...

Ainda neste dia, o ministerio publico promove

querella contra o *Elvense*, semanario republicano que publicara um artigo *O exercito e o tratado*, no qual demonstrava que, dada a attitude do governo, offensiva do brio e da integridade da patria, o dever do exercito seria cooperar com a nação no castigo ás traições da monarchia.

No dia 18, as manifestações, graças á intervenção desordeira da auctoridade, tornam-se tumultuosas em Lisboa e em Portalegre. No dia 25, sae da cadeia de Coimbra, onde acabara de cumprir sentença, o academico Antonio José de Almeida, sendo-lhe feita, pelos seus condiscipulos e pelos republicanos de Coimbra, uma estrondosa manifestação que a policia tenta dissolver, travando-se lucta, da qual resultaram ferimentos de parte a parte e algumas prisões. Era o fermento revolucionario que ia lavrando, lavrando...

A 13 de novembro publicam *Os Debates* um vigoroso manifesto assignado por cerca de cento e cincoenta academicos de Coimbra, protestando contra a politica reaccionaria do governo, contra a submissão covarde e indecorosa do gabinete de Lisboa ao gabinete de Londres, e apresentando uma rapida revista historica dos crimes de lesa-patria praticados pela dynastia de Bragança, crimes que não justificam apenas, mas antes obrigam uma tentativa revolucionaria. Este manifesto causou profunda impressão, por indicar o mais caracterisado divorcio entre a mocidade estudiosa e as instituições do Estado. A policia do Porto apprehendeu o manifesto que nesta cidade foi espalhado avulso; isso não obstou porém

a que tal documento fôsse lido em toda a parte, nem obtemperou ao seu effeito dissolvente. Muito menos serviu a intimidar a classe academica, que, no dia 20, reunia em Aveiro, numa assembleia geral, para protestar contra a politica ingleza do gabinete portuguez. E no dia 1 de dezembro, fundava-se no Porto o Club Republicano Academico, numa reunião de mais de 400 estudantes, sendo encarregados de formular os estatutos os snrs. Adolpho Athayde, (?) Goulart de Medeiros, Fernando de Almeida, Eduardo de Souza, e outros.

Nesse mesmo dia regressava do estrangeiro o dr. Magalhães Lima que, numa missão de calorosa revindicação nacional, percorrera a Hespanha, a França e a Italia, interessando esses povos na para nós favoravel solução do conflicto anglo-luso. A Hespanha sobretudo accorrera a saudar o tribuno no seu apostolado, fazendo a Portugal os mais gratos protestos de fraternal affecto.

O povo de Lisboa comprehendeu o largo alcance da obra patriotica do redactor nominal do *Seculo* e fez-lhe uma manifestação de sympathia, então justissima. Mais de vinte mil pessoas enchiam o largo da estação de Santa Apolonia, sendo o dr. Magalhães Lima levado em triumpho pelo povo, desde ali até á redacção do *Seculo*.

Foi a maior bofetada que o povo duma capital illustrada pôde atirar á face dumas instituições sem prestigio. O sr. D. Carlos nunca terá um dia de triumpho como aquelle.

Nem mesmo quando, exilado, se fôr acolher aos lares da sua querida Victoria...

*
* *

Posititivamente, a revolução estava feita nos espiritos, e urgia traduzil-a em factos.

No Porto, cidade onde mais viva palpita agora a velha fibra revolucionaria adormecida em 1847, a *Republica Portugueza,* fundada por João Chagas e Dionizio Ferreira dos Santos Silva em 1 de setembro de 90, mantinha o fogo sagrado da revolta com a sollicitude das vestaes. Os artigos de João Chagas, vibrantes de enthusiasmo e de audacia, punham em movimento toda a sentimentalidade patriotica sedenta de desforra; os artigos eruditos de Bruno, fortaleciam aquella obra dando-lhe por base o raciocinio. Por outro lado, Alves da Veiga, João Chagas, Bazilio Telles, aggremiavam elementos civis e militares, falando a este, falando áquelle, pondo tudo em levedação. Santos Cardoso, d'um feitio mais popular por menos culto, tinha os seus operarios seduzidos pelos plebeïsmos da *Justiça Portugueza* e pela audacia das suas investidas contra certos antipathicos magnates; e, como quer que Elias Garcia tivesse accedido a utilisar-se dos seus dedicados serviços, e mesmo do seu prestigio sobre as classes inferiores, civis e militares, lançou-se, com toda a actividade do seu espirito irrequieto, na aggremiação de sargentos, cabos e soldados, de fórma a tudo

estar disposto para que as tropas, chegada a occasião do conflicto, adherissem á causa popular.

O rastilho fôra preparado. Faltava lançar-lhe o fogo.

O espirito de revolta entrara já profundamente nos quarteis. A Liga Liberal affirmava-se sem rebuço como uma rebellião triumphante, já forçando o gabinete regenerador a prescindir do general Vasco Guedes para ministro da guerra, já promovendo uma manifestação collectiva de militares em honra do sr. João Chrysostomo, quando este foi guindado á presidencia do conselho. Esta intervenção dos militares na marcha dos negocios politicos, disse-o com justiça, nos *Gatos*, Fialho de Almeida, não se differencia juridicamente da sublevação dos sargentos em 31 de janeiro... *Abyssus abyssum invocat.*

*

* *

Um dia, em Lisboa, procurou-me uma commissão de sargentos, que approveitavam para isso a occasião d'uma diligencia que lá foram fazer. Eram tres: d'esses tres, um, o sargento Carneiro, morreu depois no exilio; outro, o sargento Alvaro Gustavo da Rocha Barbosa, ainda por lá se conserva, parece; e o terceiro, o sargento Angelo de Lima, filho do poeta dos *Occasos,* Pedro de Lima, tendo escapado á sorte dos restantes, por ter marchado com a expedição para a Africa, teve ha pouco baixa a seu pedido. Pertenciam ao corpo de caçadores 9, e tra-

ziam, como apresentação, uma carta de meu irmão Augusto, sargento do mesmo corpo, que me relatava, sob o maximo sigillo, os trabalhos de Santos Cardoso, e me perguntava se eu era de opinião de que no redactor da *Justiça Portugueza* se podesse depositar confiança cega. Respondi sem hesitar o que me dictava a consciencia: que, embora houvesse quem fizesse a Santos Cardozo accusações infamantes, relativas a negocios de chantagem realisados na sua missão de jornalista, nunca eu vira provadas taes accusações, antes tinha motivos particulares para poder affirmar que tudo o que se dizia fôsse falso; que, em todo o caso, Santos Cardozo me parecia um sincero republicano, embora, na sua qualidade de franco-atirador, fôsse por vezes inconvenientissimo com a sua indisciplina, mais filha da vaidade pessoal do que de qualquer divergencia de criterio. Mas que, na questão sujeita, desde que Elias Garcia lhe confiara trabalhos de organisação revolucionaria, não via duvida nenhuma em se guiarem por elle, tendo apenas cuidado em se não deixarem cahir em funestas precipitações, bastante para receiar, ao primeiro melindre que tal alliciador se lembrasse de phantasiar. Meu irmão enviou-me mesmo depois uma summula das exigencias dos sargentos, summula que foi entregue ao Directorio, e na qual, para honra de todos, não havia nada que denunciasse uma preoccupação de interesse individual.

Estavam as coisas n'este pé, quando o tenente Homem Christo, que estivera trabalhando com Elias

Garcia, desnorteado pela sua ambição, ou talvez por outros inconfessaveis motivos, levantou a desastrosa campanha em favor do congresso, campanha em que grande parte do partido, especialmente da provincia, se deixou deploravelmente burlar. Congresso para quê? para se deliberar?... Mas a occasião não era para deliberações, era para acção.

Infelizmente, o Directorio não soube tomar a unica resolução patriotica que então lhe cumpria tomar: assumir a dictadura dentro do partido, desprezar os discolos, tanto os ambiciosos como os ingenuos, e andar para a frente. Foi assim que, a 27 de novembro de 1890, appareceu a convocação official do congresso, marcado para os dias 4, 5 e 6 de janeiro.

Sabe-se o que sahiu d'esse congresso, que, encerrado no dia 6 de janeiro ainda sob a impressão das eloquentes palavras de Homem Christo, proferidas na vespera, affirmando a unidade do partido e a sua solidariedade para a proclamação da Republica, apenas deixou de si este deploravel facto: a destituição de Elias Garcia, coronel de engenheiros, respeitado pelo exercito e experimentado nas lides politicas, substituido imbecilmente pelo tenente Christo, homem sem prestigio, por falta de edade, de talento, de tino, de illustração e de caracter para se poder impôr como chefe revolucionario.

Era evidentemente um desastre. Se o partido revolucionario se submettesse ás decisões do congresso, poder-se-ia dizer que a Revolução se suicidava. Elias Garcia não se submetteu. Os elementos de acção, no Porto, tambem se não submetteram, e, em-

bora procurassem o auxilio das influencias pessoaes de cada um dos membros do novo directorio, e mesmo da sua influencia como entidade official no seio do partido, não se desligaram da obediencia a Elias Garcia. Pela minha parte, escrevi a meu irmão supplicando-lhe que, para salvarmos a Revolução em perigo, influisse elle nos seus camaradas para que permanecessem fieis a Elias Garcia, cuja junta continuava a funccionar.

*

* *

Devemos em todo o caso ser justo: o novo Directorio não ficou composto de traidores, e queria, como nós, a revolução. Simplesmente cegara-o o odio contra Elias Garcia; e a sua deslealdade para com este pobre velho, foi, dadas as circumstancias de que se revestiu, uma traição de facto.

Sabendo que no Porto se trabalhava com ardor, independentemente das indicações do novo Directorio, que a 11 de janeiro iniciara a sua vida pela publicação d'um manifesto comprehendendo o programma governativo do partido, assignado por Theophilo Braga, que o redigira, Bernardino Pinheiro, José Jacintho Nunes, Manoel d'Arriaga, Azevedo e Silva e Francisco Christo, este ultimo vem ao Porto e fala com os elementos de acção, incluindo Santos Cardoso, com cujos planos revolucionarios, salvas pequenas divergencias, se confessou de accordo.

O Directorio queria porém que Elias Garcia e os

seus amigos fossem postos de parte, que em nada fossem ouvidos. Pretendia, pelos modos, fazer uma Republica exclusivista, sacrificando odiosamente todos os velhos elementos de acção. Só a este pensamento mesquinho poderemos attribuir o manifesto publicado no dia seguinte, com a assignatura de todos os membros do Directorio, no qual se aconselhavam as forças do partido a não receberem instrucções de individuos extranhos a esse Directorio.

No dia 27, no mesmo dia em que no Porto se dava um facto que mais irrequietos tornara os elementos activos—a condemnação do jornalista João Chagas e a sua entrada na cadeia,—apparecia nos *Debates* a celebre *Prevenção,* na qual se denunciavam ao poder os preparativos da insurreição portuense.

Coincidia com essa prevenção-denuncia, escripta pelo tenente Homem Christo, a questão das transferencias de militares suspeitos. Postos a descoberto pelo jornal que então era orgam do sr. Christo, e ameaçados por isso mesmo de serem transferidos, isto é, de verem dissolvida a sua força revolucionaria, os sargentos, impacientados, não quizeram esperar pelo dia para o qual Elias Garcia tinha combinado o levantamento com os elementos militares da provincia. Alves da Veiga ainda conseguiu que o pronunciamento ficasse addiado de 29 para 31. Mas, na noite de 30, tanto Alves da Veiga como Santos Cardoso foram forçados a ceder. Os sargentos impunham o dilemma: ou a revolução immediata, ou a dissolução para nunca mais,

Santos Cardoso tinha perdido grande parte do

seu prestigio. Parece que, num intuito de dar aos sargentos confiança sobre a fortuna de revolução, os illudia com phantasticas adhesões de officiaes e generaes mais phantasticos ainda.

Era o que um padre da Egreja chamaria uma *piedosa fraude*. A intenção era boa. Mas os sargentos é que não tinham o espirito tão credulo que não percebessem o embuste, e de ahi nascera a desconfiança de que estavam sendo burlados *em tudo*. Esta predisposição não deve ter concorrido pouco para que elles se recusassem, na sua ultima reunião, a escutar as razões do addiamento que lhes eram apresentadas.

Dois dias antes, recebera eu, como opinião de quarenta sargentos da guarnição do Porto, uma carta da qual corto este periodo:

«Não estamos muito para brinquedos de creanças, e parece que como taes é que nos têm tratado os chefes de aqui.»

O descontentamento dos sargentos contra Santos Cardozo era evidente. Não admira pois que, recusando-se a admittir razões, o sargento Augusto Salgado, identificado com os seus camaradas, reclamasse intransigentemente o movimento immediato.

Assim, por infelicidade nossa, este descontentamento lançou a indisciplina nas forças revolucionarias; essa indisciplina transformou o que deveria ter sido uma revolução num simples pronunciamento, uma *sargentada*, em que os officiaes superiores, mesmo os que se haviam compromettido, desanimados, se recusaram afinal a tomar parte. O capitão Leitão

não póde chegar a um accordo com o general Correia da Silva. Os cabecilhas dos differentes corpos não se harmonisaram mais. Além d'isso, os soldados de caçadores 9 não guardaram a disciplina exigida, e entravam e sahiam do quartel sem o menor resguardo, falando nas ruas e nas tendas na revolução projectada. Um espião, o policia Carvalho, que incidentalmente fôra á taverna do sr. Gaudencio Martins, na rua das Taypas, observou o que se passava, e veiu dar parte.

Emfim, as coisas annunciavam-se por fórma que, apesar do celebre artigo de João Chagas: *A'lerta!*, tão cheio de fé e de enthusiasmo, na redacção da *Republica Portugueza* havia pouca confiança no exito da empreza, e Bruno dizia para Guedes de Oliveira (o Tito-Litho das *gazetilhas*):

—Está tudo perdido; mas a monarchia leva um pontapé de que não tornará a restabelecer-se...

Caçadores 9 foi o primeiro a chegar ao Campo da Regeneração, logar escolhido para o pronunciamento, pela ingenua e desgraçada preoccupação de se macaquear a revolução de 1820. Melhor fôra que as forças se tivessem fragmentado, indo tomar conta dos telegraphos, do quartel-general, do governo-civil, e da estação do caminho de ferro. Mas, para nada faltar á reproducção do 24 de agosto, até o actor Verdial, com um bando de populares, intentou forçar a porta do quartel de Santo Ovidio! Mais tarde chegou infanteria 10; mas antes d'estes collaboradores da insurreição chegara já a guarda municipal, intimando ás forças sublevadas que se rendes-

sem. O alferes Malheiros respondeu dignamente que, não sendo já tempo de recuar, havia de ir até ao fim.

Esta resposta estaria bem se tivesse sido acompanhada d'um acto indispensavel e decisivo: a prisão dos chefes inimigos, travando-se lucta, se tanto fôsse mister, com as forças *fieis*. Isto teria decidido logo da acção, dando aos revolucionarios a vantagem de não estarem ainda desmoralisados, como aconteceu por fim na rua de Santo Antonio.

Ao approximar-se infanteria 10, a guarda municipal retirou, não querendo empenhar combate com forças tão superiores. E o capitão Leitão soube-o, e nenhumas providencias tomou! viram todos depois as covardes tergiversões do commandante do 18, e deixaram-no ficar á frente do seu corpo!

A alegria antecipada parece que os tinha tornado a todos doidos. Apenas o cabo Borges da guarda fiscal, e os sargentos Abilio e Augusto Salgado viram claro a situação, pretendendo fazer uso das espingardas contra o commandante interino de brigada e contra o major Graça. Os contemporisadores, os prudentes não deixaram e tudo foi perdido.

O povo, surprehendido, não se armou, e, não podendo auxiliar os insurrectos, serviu-lhes apenas de estorvo. Quando as tropas marchavam pela rua de Santo Antonio acima, e que a municipal, covardemente emboscada, atirou a primeira descarga, para que a festa da Praça Nova terminasse por bordoada como todos os arraiaes, o maior prejuizo foi a confusão causada pela massa popular que as tro-

pas ineptamente tinham consentido na sua deanteira, e que, na sua precipitada fuga, arrastavam os soldados, impossibilitando-lhes toda a resistencia séria,

A defecção foi geral. E, apesar de todas as lendas que á inventiva dos novelleiros approuve crear, o que é facto é que, na rua de Santo Antonio, não houve heroes: houve martyres, que foram os que morreram á primeira descarga, victimas da sua demasiada confiança na sua boa estrella, e houve fugitivos, contando-se entre estes os que arrastavam e os que eram arrastados. O panico foi tal que, Santos Cardoso, tendo cahido incidentalmente, capacitou-se de que tinha levado uma bala n'uma perna, na qual não tinha a mais leve arranhadura; e só deixou de manquejar quando pôde verificar que, de facto, lhe não succedera mal algum. Era um caso de mera auto-suggestão.

Impossibilitado de os auxiliar na occasião do combate, o elemento civil negou-lhes a solidariedade nos tribunaes de guerra, em que ninguem quiz assumir umas responsabilidades, tão reclamadas depois de passada a borrasca, a não serem: o capitão Leitão, o sargento Galho, o sargento Abilio, o cabo Borges, e o infeliz Gallileu, tão sympathico e tão altivo, que nos maravilhava de vermos um corpo tão de creança numa alma assim de heroe.

*

* *

O governo que, dias antes, affirmava ao mundo que não faria dictadura, nem mesmo para salvar a liberdade, fêl-a para salvar a monarchia, e as garantias foram suspensas no Porto; em varias localidades realisaram-se prisões de officiaes suspeitos; e os jornaes republicanos viram a sua liberdade dependente do arbitrio das alçadas policiaes.

No dia seguinte são presos no Porto: o dr. Azevedo e Albuquerque, indigitado membro do governo provisorio proclamado pelo dr. Alves da Veiga na casa da Camara; o dr. Paes Pinto, abbade de S. Nicolau; o dr. Aureliano Cirne, redactor da *Republica;* Miguel Verdial, actor da companhia Alves Rente; Dionizio Ferreira dos Santos Silva, industrial; Santos Cardozo, como alliciador e promotor de toda aquella empreza; e Felizardo de Lima, porque o commissario geral embirra com elle e achou occasião asada de se vingar.

A Associação Commercial do Porto, que, até á derrota total das forças sublevadas, estivera provavelmente á espera, para saber por quem se pronunciaria, com aquella falta de senso moral que caracterisa a burguezia que renegou dos seus principios revolucionarios, lembrou-se de offerecer uma bandeira de honra á guarda municipal—o anjo custodio das instituições, graças ás esquinas protectoras da rua de Santo Antonio...

Este pharizaico zelo d'aquelles monarchophilos filhos de Mercurio causa engulhos, se nós nos lembrarmos, como nota Fialho, que a mesma Associação, por occasião dos chinfrins da Vinicola, teve

*

hasteada a bandeira a meio pau, com a corôa voltada para baixo...

Pena foi que se não lembrassem tambem do commandante do 18, pela velhacaria saloia com que soube esperar por que a fortuna se inclinasse para um dos lados, para se decidir então...

Em Coimbra, um sargento que, á porta do regimento de infanteria 23, deu vivas á Republica, tentando levar os seus camaradas a secundarem o movimento do Porto, foi enviado preso para Vizeu.

*

* *

Como dissemos, não era para o dia 31 de janeiro que estava resolvido o movimento, e só neste sentido se deve entender tudo quanto possamos dizer relativamente á sua inopportunidade. Foi uma precipitação; os sargentos, antecipando-se ao dia prefixo, destruiram todos os planos cuidadosamente elaborados em Lisboa.

Bazilio Telles, que era, a bem dizermos, o secretario da junta lisbonense no Porto, e que desde mezes se vinha dedicando com alguns espiritos de eleição ao complexo estudo de todo o problema portuguez debaixo de todos os seus variadissimos aspectos, foi surprehendido pelos acontecimentos, como toda a gente. Dias antes estivera elle em Coimbra dispondo as coisas para o dia superiormente marcado, conferenciando largamente com elementos militares e academicos.

Na noite que precedeu a insurreição, e quando esta se tornara já inevitavel, tentaram ainda Alves da Veiga e Santos Cardozo, na impossibilidade de pôr ainda a postos todos os elementos da provincia, fazer ao menos com que Coimbra secundasse o movimento. Nesse intuito enviaram para ali o sr. Pedro Costa munido das indispensaveis credenciaes. Apesar desta precaução, os academicos que acabavam de combinar coisa diversa com Bazilio Telles, não conhecendo o novo emissario, tomaram-no por um agente secreto da policia, julgaram falsas as credenciaes apresentadas, e guardaram-no sob custodia até ao dia seguinte, sem se resolverem a provocar a insurreição. No comboyo da manhã do dia 31 partia para Coimbra Ricardo Severo.

Bazilio Telles commissionara-o, depois de ter sido surprehendido pela revolução, e de ver como tudo se encaminhava para uma deploravel derrota, a conferenciar com os elementos do 23 e com os academicos mais influentes, procurando operar uma diversão que, fragmentando as forças do governo, tornasse provavel a salvação do movimento. Quando porém Ricardo Severo começava a sua missão, chegavam já os telegrammas que davam tudo perdido para os insurgentes.

Em Lisboa, Elias Garcia tocou a capitulo, a fim de tentar um supremo esforço que permittisse coadjuvar os revolucionarios do Porto. Mas que fazer, se logo ás 10 horas da manhã, os telegrammas annunciavam como já suffocada a insurreição, e a auctoridade, refeita do primeiro susto, começava de re-

cuperar o sangue frio, tomando todas as precauções?...

No Porto Bazilio Telles pensou ainda em armar alguns populares; o socialista Luiz Soares, em levantar barricadas. A insurreição estava porém desfeita, e os revolucionarios dispersos. Restava apenas o pequeno nucleo de resistentes na casa da Camara; mas esse nucleo era tão pequeno que, apesar da sua heroica teimosia, teve afinal de debandar, e a bandeira republicana foi arreada ao som do hymno do rei executado pelas bandas da municipal e de infanteria 18.

O major Graça viu-se arvorado em heroe sem mesmo elle comprehender como.

Vencedor sem combate, não foi por ti que os revolucionarios foram vencidos: foi pela sua propria imprevidencia, pela sua demasiada boa-fé...

*
* *

O transporte *India* foi enviado para o Porto no dia 1 de fevereiro, a fim de recolher os vencidos que a auctoridade pudesse haver ás mãos.

Em Lisboa, *A Patria* e *Os Debates* foram suspensos ao arbitrio do commissario Pedroso de Lima, sob a inculpação de terem propagado boatos alarmantes. Alarmantes para as instituições, note-se.

Quanto á imprensa monarchica, especialmente *Jornal de Noticias, Provincia, Novidades,* e *Diario Illustrado,* não houve infamia de que não tentas-

sem manchar os vencidos — aquelles que expuzeram o peito ás balas por um ideal querido, e que souberam, no meio d'esta podridão em que o paiz se vae sordidamente afogando, sahir para fóra dos protestos platonicos.

Por sua parte, o governo mostrou-se tão indigno como aquelles que o serviam.

Para reprimir a insurreição, começou rasgando a lei fundamental com a creação d'uma lei de effeito retroactivo, fazendo julgar os presos civis em conselhos de guerra, mesmo depois de terminada a suspensão das garantias. Como se isto não bastasse, estabeleceu esses tribunaes em navios, no mar revolto de Leixões, o que fez com que, por varias vezes, todos aquelles infelizes estivessem a pique de ir para o fundo. E, como não tinha navios de guerra disponiveis, não duvidou fretar, apesar das criticas circumstancias do thesouro publico, o *Moçambique* da Mala Real Portugueza, á razão de 450$000 reis por dia!

No dia 2 de fevereiro, o governador civil de Lisboa, na crise febril do medo, resuscitou todo o grotesco do fallecido Arrobas de risivel memoria, mandando prohibir que se tocassem nos theatros *A Marselheza*, o hymno nacional da França, e a *Portugueza*, essa elegia guerreira que Alfredo Keil compoz para ser ao mesmo tempo que um soluço de angustia sahido da garganta da patria comprimida sob a sapata ferrada do marujo saxão, um rugido de protesto em favor do Direito vilipendiado e um clamor de esperança d'uma vida melhor. Mas é que

a *Portugueza* fôra o hymno que na rua de Santo Antonio, ao começar aquelle combate-derrota, recebera o baptismo de sangue das reivindicações republicanas...

Em Albergaria, o capitão Leitão que fugia para o exilio, denunciado por um padre, foi preso e remettido para o Porto.

N'esse mesmo dia, a ordem do exercito publicava um decreto, dissolvendo os regimentos de infanteria 10 e caçadores 9, em castigo da sua rebelião contra o Existente.

*
* *

Entretanto, digamol-o: o exercito do nosso tempo não póde já por fórma alguma ser aquillo que nos dizia o celebre prégador francez Fléchier:

«O que é um exercito? É um corpo animado de uma infinidade de paixões differentes, que um homem habil faz mover; é uma multidão de homens armados que seguem cegamente as ordens de um chefe cujas intenções ignoram; é uma porção de almas que, sem se preoccuparem da sua reputação, trabalham pela dos reis e pela dos conquistadores.»

Não; não pode ser isto. N'um seculo que proclamou todos os direitos do homem, acabando com todos os preconceitos anti-sociaes das castas, nós não podemos esquecer que os soldados são homens, e que Deus os não fez d'uma casta differente da nossa, pois que da nossa propria casta são extrahidos. Fi-

lhos da mesma nacionalidade, que nós outros, elles são como nós outros cidadãos d'esta pequena patria, interessados como nós outros pelas suas prosperidades, sentindo como nós outros os maleficios dos governos, com todo o direito a almejarem como nós outros por uma nova ordem de coisas que modifique o nosso viver social.

Foi por isso que a parte do exercito portuguez que a 31 de janeiro se insurreccionou, o fez, não obedecendo ás suggestões de habilidosos chefes, mas porque se identificou na vontade patriotica d'esses chefes; fartos de appoiarem um rei com cujo destino não quizeram ser mais solidarios, desde que viram a patria em perigo, elles sem se preoccuparem com a reputação de ninguem, mas cobrindo-se de gloria á face da Historia pela sua audaciosa iniciativa que nos lavou de meio seculo de vergonhosa submissão, elles luctaram, não já por um homem, mas por um povo.

Caso este para dizermos como Lamennais:

«Abençoadas sejam as vossas armas, soldados!...

*

* *

No dia 3 de fevereiro, foram removidos para bordo do *India*, 280 presos militares. No dia seguinte dava entrada na cadeia o capitão Leitão, realisando-se ainda as prisões de Joaquim Pinto de Vasconcellos, Clemente Gomes Alves, Aurelio da Paz dos Reis, Rocha Moreira, Valentim Pinto Ferreira, Luiz Vicen-

te, Pinto da Rocha, Cunha Coimbra e Alfredo Fernandes. No dia 5, João Chagas, preso ainda por supposto delicto de liberdade de imprensa, pergunta se póde ser solto, visto ter terminado a pena de dez dias em que fôra condemnado. Foi-lhe notificado que, em vista dos acontecimentos do dia 31, permaneceria na prisão!

Ao mesmo tempo, a auctoridade de Coimbra que soffrera da loucura contagiosa que se apoderou de todos os carcomidos esteios das instituições, faz suspender os jornaes populares *A Officina, O Sargento* e *O Primeiro de Maio*, iniciando-se assim, sob o governo dos *liberaes* Antonio Candido, Antonio Ennes e Thomaz Ribeiro uma repressão como nunca se vira na monarchia restaurada de Hespanha por occasião dos seus pronunciamentos.

Não obstante Antonio Ennes promettera não fazer dictadura, *nem mesmo para salvar a Liberdade* e affirmara que, se a bandeira da Liberdade apenas viesse a tremular no campo dos inimigos das instituições, para esse campo se encaminharia elle. Thomaz Ribeiro, por não saber escrever com as restricções que a lei do sr. Lopo Vaz põe ao pensamento individual, suspendera a publicação do *Imparcial*.

Emfim, viu-se então no ministerio a mais vergonhosa das apostasias esbofeteando covardemente a honra manietada.

No dia 6, era preso em Lisboa, como implicado na insurreição, o sargento Amoinha Lopes, de caçadores 5. No dia seguinte, em substituição de *Os Debates* e *A Patria* apparecem as publicações *Debates*

e *Pro Patria* que são novamente prohibidos. N'este numero unico de *Pro Patria* sahiu um celebre artigo do valente jornalista Brito Camacho, no qual varios figurões que mais se estavam salientando nas injurias aos vencidos, eram ameaçados com a punição do candieiro, que depois se tornou corrente. Sebastião de Magalhães, o *correligionario*, proprietario d'uma tabacaria na Praça Nova, foi preso por ter vendido exemplares d'esses dois jornaes.

Conta-se que, na cadeia, o Sebastião, quando interrogado pelo commissario Accacio, lhe dissera:

—A procissão ia bonita, amigo doutor. O diabo foi começar a chover; porque senão... a estas horas todos nós eramos correligionarios...

Tem graça e é exacta a affirmação.

III

A REPRESSÃO

«... assim não se alcança a paz.»

CAMILLO C. BRANCO, *Coisas leves e pesadas.*

No dia 13 de fevereiro é intimado a suspender a sua publicação o jornal republicano de Olhão *O Porvir*. No dia seguinte, é preso no Porto, como implicado na insurreição, o medico naval João Novaes. No dia 20 são julgados os jornalistas Heliodoro Salgado e Alves Correia, este redactor em chefe, e aquelle collaborador dos *Debates*, e o sr. Augusto Torres, editor do mesmo jornal, por artigos considerados como provocadores do odio contra as instituições. Fômos todos condemnados em seis mezes de prisão e 500$000 reis de multa, afóra as custas.

Era o delirio do medo em acção. No dia 22 eram os presidentes dos centros republicanos de Lisboa intimados a effectuarem a dissolução dos mesmos centros, apesar da sua qualidade de aggremiações eleitoraes que lei nenhuma póde prohibir

n'um paiz regido por instituições liberaes, e apesar de muitos d'elles, como a Escola Infantil dos Filhos do Povo, estarem prestando verdadeiros e valiosos serviços á instrucção popular, tão descurada pelos governos.

No dia 25 é julgado José Barboza, tambem por um artigo inserto nos *Debates*, sendo condemnado em 60 dias de prisão e 180$000 reis de multa. O jornal *O Povo Beirão*, de Mangualde, foi intimado a suspender. No dia seguinte eram apprehendidos pela policia os supplementos do *Correio do Porto*, por publicar os retratos de alguns dos revolucionarios!

Por todos estes factos se vê que a monarchia, tendo passado do susto á colera prepotente, pretendia que, em volta da insurreição e de todas as infamias repressivas, se estabelecesse o silencio dos tumulos. E coincidiam estes actos de mero despotismo com os elogios que os jornaes palacianos faziam do systema constitucional, que, no entender d'elles, nos *garante* por tal fórma as mais imprescindiveis liberdades, que todas as rebeliões contra elle assumem o aspecto de verdadeiros attentados. A estes indecorosos comediantes poderiamos dizer, á face dos factos apontados, que, como do systema napoleonico escreveu Victor Hugo, a monarchia constitucional nos parece dizer: «Permitto-te que fales, mas ordeno que te cales.» Á infamia da violencia juntam a comedia da burla. São *clowns;* mas são faccinoras. Podem representar n'um circo; mas estão a pedir penitenciaria...

Emquanto porém ninguem se resolve a sentencial-os, vão elles sentenciando os outros. Por isso, no dia 27 de fevereiro, ficaram constituidos os conselhos de guerra que haviam de julgar os vencidos.

Emquanto porém no Porto funccionam as odiosas alçadas constitucionaes, continúa a repressão feroz. No dia 3 de março são dissolvidos n'esta cidade os centros republicanos *União Latina, Guilherme Braga* e *Centro Eleitoral Republicano Bessa de Carvalho.* No dia 17, chega a Lisboa o general Correia da Silva, condemnado sem julgamento, por unico arbitrio do ministerio da guerra, a reclusão no castello de S. Jorge, *como suspeito* de cumplicidade no movimento de janeiro. De fórma que o governo constitucional não teve pejo de pedir ao velho absolutismo o emprego de similhante pratica: a perseguição aos simples suspeitos!

No dia 19, são julgados João de Menezes e Illydio Analyde da Costa, o primeiro como auctor d'um artigo publicado na *Patria* e o segundo como editor d'aquelle jornal. Foram condemnados: o primeiro em seis mezes de prisão correccional, e o segundo em dois annos, além de 500$000 reis de multa cada um, sêllos e custas do processo. A Relação reduziu depois a metade a pena do primeiro, que, por esse motivo, depois no Limoeiro se appellidava com graça *martyr de segunda classe.*

No dia seguinte, o governo fazia publicar no *Diario* a seguinte relação dos jornaes suspensos sem processo, pelo simples facto de serem republicanos: *O Povo de Aveiro, A Officina, O Sargento, O*

Primeiro de Maio, O Porvir, O Correio de Pinhel, Os Debates, A Patria, O Caçador Simão, O Alemquerense, A Republica, A Republica Portugueza, A Justiça Portugueza, Grillo de Gaya, Commercio de Chaves, A Democracia da Beira e *O Povo Beirão.*

Estavam no poder—convem que o não esqueçamos—os jornalistas *liberaes* Antonio Ennes e Thomaz Ribeiro—o director do *Dia*, o redator do *Imparcial*!

No seguimento de todos estes factos deu-se o episodio comico da prisão do tenente Homem Christo—aquelle mesmo que escamoteara a eleição para o Directorio do partido republicano, pela monopolisação das representações da provincia, e que escrevera a celebre prevenção-denuncia de 27 de janeiro nos *Debates*, facto esse que forçou o auctor d'estas linhas a abandonar a collaboração naquelle jornal. Esta comedia da prisão do homem teve por fim illudir a parte ingenua do partido republicano, arvorando em martyr de opera-comica aquelle tenente galeriano.

Cheio de covardia e de inepcia, aquelle homem, ao ver como fatal a revolução do Porto, invejoso de não ter sido elle o organisador da unica affirmação do brio nacional perante a subserviencia da monarchia á Inglaterra, e receioso ao mesmo tempo de que, fracassando o movimento, elle se visse, com todo o Directorio, apanhado na rede que arrastasse os vencidos por causa das suas relações provadas com os chefes revolucionarios do Porto, e especialmente com Santos Cardoso, puzera-se de capa de-

nunciando os projectos revolucionarios, e condemnando-os publicamente como prévia defeza sua.

Entretanto houve no Porto quem o tomasse a sério, e foi assim que no dia 21 de março appareceu uma carta dirigida aos jornaes pelo abbade Paes Pinto, por João Chagas e pelo tenente referido, protestando contra o facto de estarem, depois de julgados, esperando muitos dias que o tribunal lêsse a sentença. A juncção d'aquelles tres nomes lembrava a scena do Calvario... invertida.

Afinal no dia 23, foram lidas as sentenças.

No *Moçambique* foram julgados 134 individuos, abrangendo todos os presos civis, alguns officiaes e as praças de caçadores 9. O segundo conselho funccionou na *Bartholomeu Dias*. Aqui foram julgados o capitão Leitão, o tenente Coelho, e mais 147 homens de infanteria 10 e 29 de infanteria 18. No *India* funccionou o terceiro conselho, que julgou o alferes Trindade, 168 praças da guarda fiscal e 28 de differentes corpos do paiz.

Foi nos dias 11, 12 e 13 de março que succederam os famosos temporaes que tiveram todas aquellas vidas em perigo, obrigando a *Bartholomeu Dias* a levantar ferro na noite de 11 para 12, e ameaçando subverter o brigue *Armando*, com todos os infelizes que lá estavam.

*

* *

Vejamos as sentenças:

O capitão Leitão, chefe *eventual* da insurreição, por terem indecorosamente faltado outros que se haviam compromettido a comparecer, teve 20 annos de degredo. O tenente Coelho, 5 annos de degredo. O sargento Abilio, 4 annos de degredo.

Escusado será lembrar que, impondo o codigo militar aos inferiores a obediencia passiva ás ordens superiores, com a faculdade de ulterior queixa *depois de cumprido o mandado,* foram iniquas todas as sentenças que feriram os que, á face da lei militar, apenas cumpriram o seu dever.

Mas a monarchia não fez justiça nem d'isso tratou; a monarchia vingou-se, e, vingando-se, vingou-nos, porque acabou de divorciar de si a nação.

Em boa logica, os condemnados teriam sido apenas os civis eventualmente compromettidos, o chefe militar do movimento, e os commandantes de cada uma das forças sublevadas, mais aquelles de quem se provassem trabalhos de anterior alliciação.

Dos civis temos: Miguel Verdial, que quizera forçar o quartel de Santo Ovidio, e lêra na camara a proclamação do governo provisorio, condemnado a tres annos de degredo; Santos Cardoso, condemnado a 15 annos de degredo por ter, não effectuado aquelle movimento para o qual fôra arrastado pelos sargentos, mas por ter anteriormente aggremiado estes para um movimento indeterminado. Verdade seja que o redactor da *Justiça Portugueza* tinha contra si duas pavorosas aggravantes: 1.ª ter no jornal que redigia, arrancado a mascara a muitos crimino-

10

sos de elevada gerarchia constitucional; 2.º ter ido ao quartel do 18 lembrar ao coronel o seu dever de honra. Denunciar crimes e falar em honra e dever são coisas que a monarchia não póde perdoar...

Monstruoso tudo. Mas mais monstruosa ainda a sentença contra João Chagas, que aliás, por occasião do movimento estava preso como já ficou dito, cumprindo sentença por supposto delicto de supposto abuso d'uma supposta liberdade de imprensa. Este foi condemnado a 6 annos de degredo por ter escripto, na *Republica Portugueza,* uns artigos que, quando muito, em circumstancias normaes, teriam soffrido a condemnação de dois annos de prisão correccional e multa de 500$000 reis. Esta sentença indignou toda a gente.

Lopo Vaz, auctor da lei reguladora da imprensa, veiu protestar em carta publicada no *Diario Illustrado,* contra a pessima applicação que da lei fôra feita no caso sujeito. Lopo Vaz foi, por este facto, injuriado pelo rancoroso Emygdio Navarro que, depois de ter, nas *Novidades,* pedido fuzilamentos para os insurrectos, não se pôde conformar com o *acto de fraqueza* de Lopo Vaz.

Foi esta sentença iniqua e a altivez serena do accusado perante o tribunal que o julgara, o que, n'um abrir e fechar de olhos, elevou este viril jornalista de combate ás proporções d'um typo messianico, typo conservado graças á somma de sacrificios e de martyrios a que elle, no seguimento, heroicamente se sujeitou. João Chagas elevou-se pelos seus actos, sem precisar de vir, elle proprio, assoprar á

busina da fama que o elevasse. Glorificado está elle, pelos factos e pelos homens—e é este o signal da verdadeira grandeza, que, abrangendo vastos horisontes, se dispensa da ridicularia d'um auto-fetichismo que faz nauseas.

Falemos um pouco dos homens.

*

* *

Alves da Veiga — Foi sempre republicano desde os bancos da Universidade — raro exemplo entre os seus contemporaneos de estudos, quasi todos vendidos mais tarde á monarchia.

Os seus principios republicanos ficaram bem assentes e definidos nas columnas dum jornal ephemero, *A Republica Portugueza*, publicado em Coimbra.

Sahindo da Universidade, Alves da Veiga veiu para o Porto, onde, sentindo-se pouco inclinado ao fôro, abriu um curso livre de Philosophia e de Historia, o que o não impediu de se encarregar da defeza de algumas causas-crimes.

Foi um dos fundadores do primeiro centro eleitoral portuense, e por varias vezes a sua candidatura foi apresentada aos suffragios deste povo, obtendo sempre votações honrosas. Fundador e redactor em chefe da *Discussão*, Alves da Veiga evidenciou nesse jornal o seu talento jornalistico, sustentando brilhantes campanhas, como a suscitada pelos fuzilamentos da Areoza, e a da secularisação da capella da praça do Marquez de Pombal.

Alves da Veiga, que era muito estimado pela classe commercial do Porto, foi um dos organisadores das forças revolucionarias do norte para um movimento, infelizmente perdido com a precipitação do 31 de janeiro, tornando-se o chefe civil deste movimento por ter, na hora da lucta, arcado com a responsabilidade de lhe assumir a direcção espiritual, embora não estivesse de accordo em que o acto revolucionario fôsse realisado naquelle dia.

Desajudada pelo partido republicano que por ella foi surprehendido, a revolução foi vencida, e Alves da Veiga, que fazia parte do governo provisorio proclamado das varandas do municipio, viu-se obrigado a partir para o exilio, donde, apesar da amnistia, não regressará, emquanto a amnistia não fôr completa.

Capitão Leitão—Foi o chefe militar do movimento, desde que officiaes de superior patente compromettidos tiveram, naquella madrugada, o somno mais pesado. Accusam-no de não ter sabido guiar os sublevados á victoria. A accusação é justa, mas ha a notar a attenuante da surpreza: elle não esperava ser quem carregasse com a cruz de similhante responsabilidade, e a surpreza desnorteou-o.

Accusaram-no de covardia os poltrões que fugiam emquanto elle ficava; os que sonhavam ferimentos phantasticos para desertarem do combate, emquanto elle procurava baldadamente reorganisar as forças dispersas.

A monarchia tratou-o com excepcional rig isto é, com excepcional rancor. A bordo, poz-

sentinella á vista, como se elle fôra um chefe de salteadores; no degredo, não deixou de o perseguir, com transferencias que o não deixavam obter posição com que vivesse, obrigando-o assim á fuga, em que tanto o auxiliou o dedicado republicano Julio de Vasconcellos.

O governo presidido pelo snr. Hintze Ribeiro arrancou ao poder moderador uma amnistia para os insurrectos de Janeiro. O decreto exclue dos seus beneficios o capitão Leitão, o tenente Coelho e o alferes Malheiro. O segundo permanece no degredo, d'onde não tem querido fugir: os outros dois são conservados no exilio—essa impiedade das leis, ácerca da qual escreveu Victor Hugo em *La Pitié Suprême:*

Lamentaes o proscripto? é que ignoraes talvez
como elle tem firmeza, orgulho e altivez,
livre a respiração e uma paz sublime,
e todo o azul do ceu em tudo quanto o opprime.
Se sobre a fraga erguida impellem-no os tufões,
elle é como do mar os grandes vagalhões.
Quem pode avaliar as santas alegrias
de quem pisando vae as mais agrestes vias,
perseguido sem trégua, expulso sem piedade,
confessor da Justiça e martyr da Verdade!
Chorae, se vos apraz, mas pelo proscriptor.
Da dúvida a agonia, as ancias do terror,
remorso, eis sua vida; e sempre do banido
o nome lhe apparece assim como um gemido,
como o stertor atroz d'um pobre moribundo;
o vento, num rugido interminavel, fundo,
á torturante insomnia os olhos lhe condemna,
e diz: Sinnamari! ou: Pathmos! ou: Syéna!

Se dorme, sonha e vê Tiberio a dar-lhe a mão,
emquanto Bruto morre e mata-se Catão,
e Tacito verbéra o crime triumphante;
arrasta-o o turbilhão, no seu giro constante,
forçando sem cessar cada bocca que passa,
se não entôa um hymno, a acceitar a mordaça.
Que dirá o futuro? Elle é o responsavel
das febres das galés, de toda a intoleravel
palustre morbidez, e zelos insensatos
dos carcereiros vís que inventam novos tratos
sommando a cada horror ainda um novo horror
na ancia de agradar—lacaios!—ao senhor...»

Alferes Malheiro.—A lenda consagrou-o. Conta-se, que no meio da defecção geral da rua de Santo Antonio, elle se batera, a tiro, como simples soldado, e que, quando o capitão Leitão retirou para organisar a defesa na casa da Camara, elle tentara marchar com quinze soldados a atacar a municipal pelo flanco. Porque o não fez?...

Ignora-se.

Em todo o caso, parece averiguado, pela confissão de testemunhas occulares, que foi elle, com um grupo de guardas fiscaes e de soldados de caçadores 9, quem, de junto ao portão dos banhos, sustentou o tiroteio na rua de Santo Antonio, transformada no nosso Waterlôo, mercê funesta do infundado panico que se apossara de todos ao romper da inesperada descarga da guarda municipal.

Os que primeiro fugiram arrastaram os outros, que fugiam sem saber porquê, apenas porque viam fugir.

O que faltou ali foi um homem de serenidade

bastante e de pulmão assás forte para se fazer escutar, que contivesse aquella onda humana na sua desordenada carreira.

O alferes Malheiro está consagrado pelo seu heroismo. Mas esse heroismo, isolando-se, tornou-se esteril.

Porque não havia de elle voar a fazer face aos fugitivos, lembrando-lhes que tambem tinham espingardas, e que vale mais morrer matando do que morrer fugindo?...

Seja como fôr. A catastrophe tinha de effectuar-se, e philosophar agora de nada vale.

O alferes Malheiro conseguiu homisiar-se, emigrando depois para Hespanha, d'onde seguiu para o Brazil em companhia de Bazilio Telles.

João Chagas — Se mais depressa tivesse trazido para o partido republicano a sua potente individualidade jornalistica, mais depressa teria começado o seu martyrio, isto é, a gloria.

Filiado no grande exercito da democracia em seguida ao *ultimatum*, João Chagas comprehendeu depressa que não era em Lisboa que a sua missão tinha de ser cumprida. Os conciliabulos da rua dos Mouros não podiam bastar áquelle espirito ardente de propagandista enthusiasta.

O norte, seminario feraz de peitos robustos e animos virís, chamava por elle. Veiu para o Porto.

Aqui, com José Ventura dos Santos Reis, Adolpho Carneiro, Manuel Bessa e José Pereira de Sampaio (Bruno), tratou elle da fundação de um jornal de combate *A Republica*, depois transformado em

Voz Publica, em consequencia d'um ukase sem senso commum do governador civil Taibner de Moraes, posteriormente á revolução de janeiro.

A Republica porém não o satisfazia. Elle queria a revolução immediata, sem delongas, sem calculos de excessiva prudencia, e parecia-lhe que *A Republica* não era combustivel sufficiente para a alimentação do fogo sagrado. Abandonou-a então, para fundar com Dionizio Ferreira dos Santos Silva, Joaquim Leitão, José Sampaio, dr. Julio de Mattos, Guedes d'Oliveira, Alvarim Pimenta e Eduardo de Souza *A Republica Portugueza*. O que este jornal foi, o importantissimo papel que lhe coube na democratisação do norte do paiz, sabem-no todos. Os mais valentes jornaes que o Porto até então tivera, *O Diario da Tarde* e *A Folha Nova* foram totalmente eclypsados pelo jornal de João Chagas. Aquillo não era um jornal: era uma tribuna erguida no alto d'uma barricada.

Como todos aquelles que sabem falar mais ao sentimento do que á razão, João Chagas captava os leitores, arrastando-os na torrente impetuosa dos seus enthusiasmos, e creou um fundo de sympathia tal na opinião como, desde muito, ninguem logrou obter entre nós.

A revolução de janeiro veiu quando João Chagas estava cumprindo a sentença em que fôra condemnado por o artigo *Basta!* inserto na *Republica*. Em consequencia d'essa revolução, e embora n'ella não tivesse tido parte alguma directa, só porque com os seus artigos calorosos concorrera para preparar o

espirito publico a acceitar e auxiliar uma mudança radical de instituições, foi João Chagas condemnado a seis annos de degredo para a Africa; e o proprio sr. Lopo Vaz, que se constituira advogado officioso do condemnado, quando subiu ao poder, manteve a iniqua sentença não o amnistiando. Essa amnistia que então lhe não deram, tomou-a porém João Chagas por suas mãos, internando-se para o territorio francez do Gabão, d'onde seguiu para Paris.

João Chagas symbolisa ainda hoje para o Porto a causa da patria vencida, e a esperança viva d'uma proxima desforra.

*

* *

Pronunciadas as sentenças, julgou-se exterminada para sempre a hydra. A monarchia, como quem se alivia d'um terrivel pesadelo fez: ah! prolongadamente, e foi jantar. Depois, para se distrahir, fez representar a indigna farçada das adhesões *espontaneas*.

Pelo teor das representações sertanejas ás quaes o *Diario do Governo*, transformado em orgam da politica reaccionaria do ministerio, abriu as suas columnas, vê-se, dado o seu typo commum, que a monarchia tem no ministerio do reino não só o alambique das eleições mas tambem o das adhesões dos seus povos. Aquella prosa sahiu do Terreiro do Paço, sendo enviada para a provincia que, sob a pressão dos administradores dos concelhos, dos abbades, dos presidentes dos municipios, e dos grandes ma-

nipuladores eleitoraes, a recambiaram para a capital com toda a *espontaneidade*.

Resta saber quem daria o modelo d'aquellas peças de banal incensorio. Seria o sr. Antonio Ennes, redactor sangrado da *Gazeta do Povo* descascado pelo sr. Ramalho Ortigão, e ao tempo redactor politico do *Dia*, que, mezes antes, ameaçava o rei de se passar para o campo dos inimigos das instituições, se o rei não forçasse o governo regenerador ao respeito das liberdades publicas?... seria o padre Antonio Candido, fauno de sacristia transformado em anjo guardião das instituições?... seria o cantor melifluo da *Judia*, que de Catão se tranformara em cotão ao ser guindado ao poder?...

Ignora-se. Mas isso pouco importa para o exame dos documentos.

O professor primario de Anciães de Baixo obrigou as creanças suas educandas a assignarem a tal manifestação de adhesão ao throno, e chamava-lhe *de D. João I*. O sr. D. Carlos será pois um mestre de Aviz, ao menos pelos *atoleiros* da sua triste governação. Falta-lhe a padeira de Aljubarrota, mas lá tem o sr. Carlos Lobo de Avila.

A junta de parochia de S. Christovam de Lafões, indignada com o movimento do Porto, mandou dizer ao rei que, exprobando aquelle acto de rebellião, tinha todavia a felicidade de annunciar ao sr. D. Carlos, ao Cabanellas, ao major Graça, ao commissario Accacio, ao Taibner, ao Ennes, ao Sergio, e ao sr. Christo, que não havia republicanos em todo o *conselho* de S. Pedro do Sul, felicitando por isso

as instituições *vegetes*. As palavras griphadas são authenticas; a segunda d'ellas é assás justa. O que não é porém justo é a affirmativa ahi feita, pois que as eleições desmentiram aquillo, dando uma rasoavel votação para o partido republicano.

Os empregados publicos de Villa Real chamavam ao rei, por entre os protestos da sua fidelidade mais cordeal, um digno *orçamento* do throno. É realmente o que é um rei. Elle só é todo um orçamento. E mais pesado que o mais colossal dos pagodes chinezes...

*

* *

Findo o drama, a imprensa monarchica dividiu-se na sua apreciação. Segundo uns, aquelle pronunciamento fôra apenas obra de sargentos ambiciosos e a cidade do Porto mantinha as suas tradições de cidade sempre leal ao throno. Entretanto a população do Porto affluia em massa, numa piedosa romaria constante, a saudar os prisioneiros, em Leixões, e, quando elles retiraram para as aguas do Tejo, era de ver como, todos os dias, os conflictos aqui se succediam, resultantes de provocações feitas á guarda municipal, pelo seu odioso papel na repressão do movimento, papel tão vil que, em plena praça de D. Pedro, dois soldados de cavallaria da guarda, convenientemente armados e quiçá embriagados, commetteram a asquerosa infamia, a revoltante covardia, de esbofetear um sargento de caçadores, que, desarmado e inoffensivo, encostado a

um lampeão, via, com a alma cheia de dôr, o desfazer do seu bello sonho patriotico... E, quando alguem se lembrou de implorar da rainha um aviltante *perdão* para os vencidos, o povo do Porto, identificando-se na nobilissima independencia de animo destes, em comicio publico realisado a 5 de abril, rejeitou dignamente tal projecto, apesar de o ver apadrinhado pelo nome de todos respeitado do sr. Rodrigues de Freitas...

É que o Porto, para justificar a insurreição, tinha vagamente no espirito as palavras que o mesmo sr. Rodrigues de Freitas escrevera em 1874 — antes da fundação do partido republicano portuguez. Essas palavras, dirigidas aos eleitores do circulo oriental desta cidade, rezam assim:

«Aqui se construiu boa parte do throno a que ascendeu o sr. D. Luiz I. Ora S. M. para o subir teve, áparte os estudos com que se distinguiu, só o trabalho de o querer subir; pelo contrario, o Porto soffreu muito, e foi largo tempo heroe para se conquistar a monarchia representativa.»

Ora, o Porto que soffreu para levantar *isso*, tem todo o direito de, ao sentir-se burlado na sua fé, escarnecido nas suas esperanças, sacudir de cima de si o peso duma causa que lhe utilisou os sacrificios em pró da liberdade, e que hoje começa renegando a liberdade, para acabar renegando a patria...

*
* *

No dia 6 de abril, o conselho superior de guerra e marinha confirma as sentenças de Leixões.

A 12 apparecia o manifesto dos emigrados, redigido por José Sampaio. É a justificação plena da insurreição contra todos os seus detractores. Pelo enthusiasmo, pela fé que vibra em todas as suas palavras, pela nobre sinceridade que as reveste, este manifesto lembra as apologias do Christianismo escriptas pelos primeiros padres da Egreja.

Se Bruno não tivesse desde muito a sua reputação formada, aquelle manifesto lhe bastaria a creal-a.

IV

JUSTIFICAÇÃO THEORICA

«Compensa-lhe por acaso o movimento do apparato este apodrecimento da energia?»

R. Ortigão—*Farpas*.

Paulo Augulo, o celebre revolucionario hespanhol a quem foi attribuido o assassinato de Prim, disse um dia falando a um redactor do *Evénement*, que não conhecia prazer maior que o de combater, quaesquer que sejam os resultados, pela liberdade d'um povo,

A necessidade da revolução é determinada pela propria evolução historica, quando as instituições já não correspondem ao estado psychico da sociedade para a qual foram creadas, e que o poder resiste ás tendencias reformadoras da sua epoca. Esta necessidade, theoricamente reconhecida por o philosopho, é satisfeita pelo partido ou pela classe que, na occasião, arvora a bandeira do progresso.

Claro está que, pelas vias legaes, ninguem poderá transformar radicalmente as instituições. Isso seria um contra-senso, uma contradição nos termos.

A legalidade actual só reconhecerá a legalidade de ámanhã quando vencida na lucta material. Portanto é para uma lucta sangrenta que os partidos revolucionarios devem sempre dispôr os seus elementos.

Costuma empregar-se contra os partidos revolucionarios a celebre phrase de Linneu: *a natureza não dá saltos*. É um erro duplo: porque as sociedades humanas não se regem apenas pelas leis naturaes, mas sim por estas modificadas pelas leis da consciencia; e porque, de facto, quando uma revolução se operou, não foi um salto o que a sociedade fez.

Antes de se effectuar o acto de violencia que *ultimou* o trabalho revolucionario, uma lenta e progressiva evolução se operara no espirito publico, predispondo-o para o acontecimento. E então, o acto de força, não é mais que uma phase nova da evolução, tão necessaria como as outras.

Outros servem-se ainda d'uma phrase solta de Edgard Quinet, e affirmam que a verdade não caminha com passos magicamente fulminantes. Por certo: a verdade caminha lentamente pela sua propaganda pacifica: mas, quando chegou a reinar na maioria dos espiritos conscientes, é então a sua vez de se fazer escutar, e sôa a hora da revolução.

De resto, como notara Eugenio Sue, nenhuma reforma tem sido feita no mundo sem o auxilio da nossa tiasinha Insurreição. Veja-se, por exemplo, como foi que, ainda bem recentemente, o proletariado belga chegou á conquista do suffragio. Contra

o reaccionarismo do ministerio catholico e o reaccionarismo burguez das camaras, organisou elle monstruosas manifestações. Houve brigas com a policia. Feridos. Mortos. Mas o governo, assustado com as primeiras consequencias d'aquella agitação, transigiu, que não havia outro remedio, se quiz salvar, por agora, o throno do seu velho rei.

De accordo que é triste que tenha de haver lucta entre os cidadãos, civis ou militares, para que um progresso social possa ter logar. Mas tal é a consequencia da monstruosa organisação dos exercitos permanentes, que, sendo a legalidade armada, fórça os pretendentes á legalidade a armarem-se tambem. Se a patria fôsse guardada, não por uma classe isolada, mas pela totalidade dos cidadãos, todos elles soldados, então bastariam as manifestações pacificas da opinião, para determinarem a execução de todas as reformas. Mas assim, a legalidade envia balas em resposta aos nossos raciocinios; os nossos raciocinios enviarão tambem balas contra a legalidade.

O sr. José Luciano de Castro, em julho de 1871, affirmou no parlamento que uma reforma só deve ser feita no dia seguinte a uma revolução, que, sacudindo os alicerces da sociedade, decreta e escreve sobre as ruinas. Ha ahi apenas troca duma palavra: em vez de *deve, póde*, e ficará tudo bem, visto como o estado de guerra social não é um estado natural mas apenas a resultante da transitoria organisação da força armada.

*

* *

Quando se deu a insurreição de janeiro, choveram sobre os vencidos improperios taes, que se diria ser aquella a primeira vez que a Historia accusava um facto de tal ordem.

Todavia a revolução é um direito natural de defeza social contra os abusos do poder, que se colloca fóra da moralidade, ou fóra das exigencias do progresso. Todo o governo tem direito a defender-se, para que não caiam na anarchia as sociedades a que preside; e é por isso que quando os revolucionarios triumpham lhes não é licito punir os que só commetteram o delicto de defesa; mas toda a sociedade tem direito a appellar para outras instituições politicas, quando as que possue a não satisfazem; e, como os governos estabelecidos estão de posse da força, é claro que só pela força, isto é, pela insurreição, poderão ser desalojados.

Se ámanhã o suffragio, praticado em toda a sua ideal pureza, désse a victoria a uma maioria republicana, haverá alguem tão ingenuo que creia que só esse facto determinaria a Republica em Portugal?...

Senhora da força armada, o que se importaria a monarchia com as manifestações do suffragio?... Ella decretaria o estado de sitio, faria prender os eleitos do povo, supprimiria os jornaes do partido, deportaria os principaes caudilhos da Republica, e a revolução teria de se fazer fatalmente para evitar todos os desvarios do despotismo.

Mas, por querermos a revolução, não vá alguem suppôr que queiramos tambem o regicidio.

Henrique III e Henrique IV de França, assassinados por fanaticos que Roma chegou quasi a canonisar, e que os prégadores catholicos exaltaram nos mais apaixonados panegyricos, não são o nosso modelo, porque nós não fazemos guerra aos homens: fazemol-a ás instituições. E, quando nós viermos para a rua decididos a morrer pela liberdade do povo, aquelles que tanto se horrorisaram em 31 de janeiro com o espectaculo, devéras triste, dos municipaes estendidos, funereamante alumiados pelos tocheiros, mostrando no rosto livido o sangue que mana das feridas abertas pela revolta, têm um meio muito simples de evitar similhantes desgraças: dizer á municipal que se deixe ficar no quartel, pois que quando a nação reclama vida nova, a ninguem assiste o direito de, pela força, lhe impôr a vida velha.

*

* *

O primeiro exemplo de insurreição, dá-nol-o a *Biblia*, quando o povo judaico, cançado de aturar o despotismo dos Pharaós, se levanta impulsionado por Moysés, e, depois de ter praticado uma especie de Saint-Barthélemy que ficou conhecida como uma milagrosa matança dos primogenitos, acaba por praticar o famoso exodo em direcção á Palestina, sem que nada valesse a furia com que o Pharaó os perseguiu através do Mar Vermelho, para deixar sepultados nas aguas cavallo e cavalleiro.

A França é porém o paiz classico das insurrei-

ções; e é-o porque os francezes herdaram dos gaulezes o despreso da morte e dos germanos o amor da liberdade. É por isso que n'aquelle grande paiz se lucta e se morre pela liberdade, como quem cumpre um dever — o mais grato dos deveres.

Ora o velho direito gaulez, inspirado nos principios do mais puro republicanismo, ensinou ao povo francez que, segundo a ordem e o direito primitivo, uma nação está acima de um chefe. Isso mesmo entendiam os celtas da Irlanda, ao affirmarem que um rei injusto e um chefe que não cumpre os seus deveres podem ser degradados. Se a nação está acima do seu chefe, quando a nação quer A e o chefe quer B, á nação corre o direito de pôr esse chefe de lado, e marchar ella á conquista das suas aspirações.

Quem elegia antigamente os reis?... O povo e o exercito, acclamando-os conjunctamente. Se depois, graças á cerimonia do sacre, os reis puderam dizer, appoiados nos legistas, que só dependiam de Deus e da sua espada, tanto peor. Poisque contra a espada d'elles se póde desembainhar uma outra espada; e, se Deus os abandonar e a espada d'elles fòr partida na contenda, quem lhes valerá á sua corôa perdida nos azares d'uma lucta fratricida?...

Desde que a força é arvorada em direito pelos reis, porque o não ha-de ser tambem pelos povos, que são anteriores aos reis, pois que antes de Hugo Capêto rei houve o povo francez que o fez tal?...

Quando, em principios do seculo XIV, um dos filhos de Filippe o Bello tentou estabelecer sobre a Flandres o seu dominio, os flamengos ensinaram-

nos o principio moral que justifica todas as insurreições: «Mais vale morrer na guerra do que viver na escravidão.»

Ora, sendo toda a monarchia uma escravidão de facto, pois que os subditos são transmittidos, por posse hereditaria, de paes para filhos, morrer combatendo uma monarchia é sempre uma morte gloriosa.

E tanto valeu a resistencia heroica dos flamengos, que o rei francez lhes reconheceu de prompto as suas liberdades, dando a investidura do condado de Flandres a Roberto, primogenito do velho conde Gui, que, prisioneiro em França, não teria já de ver os resultados da sua abnegação, porque a morte o viria libertar do captiveiro.

Annos depois, tentava o mesmo rei diminuir as franquias e liberdades das communas. Immediatamente fizeram uma liga de mutua defesa as communas de Champagne, de Borgonha, de Forez, d'Artois, e algumas da Picardia. O rei, não tendo ao seu dispor soldados mercenarios que pudesse oppor ás communas, não teve remedio senão ceder, abolindo os impostos sobre as vendas, e promettendo aos deputados das cidades não tornar mais a fabricar moeda falsa. Tivessem as communas aceitado resignadas o despotismo real, e nada teriam conseguido. Salvou-as a sua attitude de revolta.

Filippe de Valois chegou mesmo a reconhecer o direito de insurreição toda a vez que os seus agentes pretendessem comprar a credito generos, moveis e cavallos aos burguezes e villões; porque o direi-

to de insurreição não é mais nada que o direito de resistencia ampliado.

Desde que um funccionario, violando a lei, se collocou fóra della, que muito é que os cidadãos, na defesa da lei, lancem mão de recursos extremos de violencia? Ora toda a insurreição tem por causa inicial a resistencia dos poderes do Estado ás manifestações legaes da opinião publica, isto é, da soberania nacional. Os poderes resistem; a nação resiste ao poder. È assim que se restabelece o equilibrio.

Mais auctorisou o rei Filippe os commissarios dos Estados geraes a desobedecerem-lhe caso elle ordenasse coisa contraria ao juramento que prestara de não desviar a mais pequena quantia dos impostos votados para a guerra.

No tempo de Estevam Marcel, quando o duque da Normandia, senhor de Paris, quiz impor á cidade o curso da moeda falsa que fabricara, só se resignou a fazel-a retirar da circulação, quando viu Estevam Marcel appellar para a suprema razão das armas, e temeu as consequencias provaveis duma insurreição. Só em frente da hypothese revolucionaria, o duque consentiu na nova reunião dos Estados, e em que fossem mettidos em processo os conselheiros que os mesmos Estados haviam denunciado como tendo attentado contra os direitos dos povos, e contra a fazenda publica.

Na carta que Marcel escreveu aos fidalgos flamengos, a 11 de julho de 1358, lêem-se as seguintes palavras:

«Estes gentis homens gabaram-se de que nos haviam de metter à charrua com os cavallos; mas acham-se enganados, porque mais facil nos será morrer, do que deixarmo-nos reduzir á servidão».

Tudo depende daquillo que se possue: alma ou lama?... Se tendes lama, a vida será para vós o bem superior a todos os bens, para conservar a qual tudo sacrificareis sem a minima preoccupação da vossa dignidade de homens e da vossa dignidade de cidadãos. Se porém tendes alma, vós estimareis a vossa vida, mas estimareis ainda mais a vossa dignidade de homens e a honra e o bom nome da vossa patria. Então estareis aptos para todas as insurreições desque as instituições e os possuidores do mando compromettam a vossa reputação como nação, ou a vossa dignidade como homens. Mais facil vos será então morrer do que deixar-vos reduzir á servidão por um rei ou por os exercitos extrangeiros.

Como a Historia é eloquente nos seus ensinamentos!

Quando, em 1380, na regencia do duque de Anjou, sob o reinado de Carlos VI, o regente *se esqueceu* de abolir as taxas, conforme o compromisso tomado, o que fizeram os parizienses?... Dirigiram-se ao paço da Cité, reclamaram audiencia ao duque, apresentaram ao duque o seu requerimento, e remedio não houve senão abolir todos os impostos estabelecidos nos paizes da lingua de oil, desde o reinado de Filippe o Bello, declarando por essa

occasião o chanceller de França que os reis só reinam pelo suffragio do povo.

Quando, em maio de 1384, o grande exercito feudal francez entrou pela terceira vez na Flandres, pondo tudo a ferro e fogo no paiz dos Quatro Mesteres, quiz poupar vinte e quatro burguezes dos mais ricos, a fim de os forçar a pagar bom resgate pela vida; um d'esses burguezes, falando em nome de todos, disse que, quando o rei matasse todos os flamengos, os seus ossos resequidos levantar-se-iam ainda para o combater. Palavras altivas que devem fazer córar de vergonha aquelles que, só por covardia, se submettem a um poder odiado... Tanto mais que o duque de Borgonha, comprehendendo a inutilidade das suas violencias, acabou por confirmar todas as liberdades de Gand e da Flandres oriental, offerecendo-lhes a sua alliança, que elles acceitaram, impondo a condição d'uma amnistia geral para os passados aggravos, concessão de liberdade aos prisioneiros, regresso dos emigrados, e reintegração de todos estes na posse dos seus bens.

Ao mesmo tempo que a Flandres, pela sua heroica resistencia, assegurava as suas liberdades, Paris e outras cidades que covardemente se haviam submettido, viam redobrar sobre si todos os excessos da tyrannia. É que, perante poderes não consubstanciados na nação, os povos devem sempre fallar de chapeu na cabeça, como os nobres aragonezes, e de trabuco na mão, sob pena de serem burlados.

Quando o rei Ricardo II de Inglaterra esbulhou

dos seus bens e exilou sem motivo seu primo Henrique de Lencastre, este não perdeu tempo em futeis supplicas. Sublevou todo o paiz contra o tyranno, que, abandonado de todos, se lhe entregou afinal, tendo depois de responder em processo instaurado pelo Parlamento, como violador das leis e das liberdades do reino. O rei, se quiz salvar a vida, pois que a inviolabilidade dos reis está apenas nas leis que elles mesmos referendam, teve de vergonhosamente se confessar culpado para com os barões e as communas, declarando-se indigno de reinar, e entregando as insignias do poder ao rebelde Henrique de Lencastre, que o Parlamento proclamou com o nome de Henrique IV. E Ricardo II, o orgulhoso e prepotente tyranno foi acabar os seus dias n'uma prisão, morrendo talvez envenenado pelo seu rival triumphante.

Nove annos depois (1408), este facto é plenamente justificado pelo theologo João Petit, que, embora em applicação á morte do duque de Orleans, declarou que era justo e de razão matar um tyranno ou um traidor, embora lançando mão de embustes e de traições.

Referindo-se á grande ordenação de 2 de novembro de 1439, inhibia-se o rei francez Carlos VII de perdoar a quem quer que a violasse, chegando a prohibir ao Parlamento e a todos os seus officiaes que lhe obedecessem, sob pena de serem demittidos e de verem confiscados os seus bens, caso lhe obedecessem, se elle algum dia quizesse perdoar aos transgressores.

Não é isto consagrar o direito de insurreição?

Cromwell fez subir ao cadafalso o rei Carlos I sob a inculpação de traidor; a Convenção arrastou Luiz XVI á guilhotina accusando-o do mesmo crime.

Voltaire tinha escripto poucos annos antes d'este ultimo acontecimento:

«Será sempre bom assegurar aos tyrannos que elles nunca serão felizes n'este mundo».

Ora, seguros d'isso ficarão elles, desde que se appelle para o direito de insurreição; porque ou esta rebenta e os leva de vencida, ou o terror causado só por tal ideia será já para elles a mais implacavel das punições.

Mas D. Carlos não é um tyranno, dirão os nossos monarchicos, irritados com tão fulminante demonstração; mas o constitucionalismo é um regimen de liberdade; a què pois as revoltas?...

Ouçamos ainda Voltaire:

«Roma perdeu, por Cesar, ao cabo de quinhentos annos, a sua liberdade adquirida por Bruto. Veneza tem conservado a sua durante onze seculos, e creio bem que ella a ha-de conservar para sempre. Genova, d'onde vem a tua vangloria ao mostrares o diploma d'um Berenger que te deu uns privilegios no anno de 958? É claro que concessões de privilegios não passam de titulos de servidão. Bello titulo em verdade uma carta d'um tyranno passageiro que nunca foi bem reconhecido na Italia, e que d'ella foi expulso dois annos depois da data d'essa carta! A verdadeira carta da liberdade é a independencia sustentada pela força. É com a ponta da espada que

se assignam os diplomas que asseguram esta prerogativa natural».

Agradecemos muito á monarchia parda a outhorga da sua carta de alforria: mas essa alforria, achamos nós que é deprimente para a nossa dignidade de homens e de cidadãos outhorgarem-nol-a, e estamos decididos a conquistal-a nós. É por isso que advogamos o direito de insurreição.

Voltaire continuava mais abaixo:

«Feliz Helvecia! a que cartapacio deves tu a tua liberdade? á tua coragem, á tua firmeza, ás tuas montanhas.—Mas eu sou o teu imperador.—E eu não quero mais que o sejas.—Mas teus paes foram escravos de meu pae.—Razão de sobra para que meus filhos não queiram servir-te.—Mas eu tinha direitos inherentes á minha dignidade.—E nós temos todos o direito da natureza.»

Como tudo isto é eloquente, claro, intuitivo!

Impregnados do espirito divino de liberdade respirado por aquellas palavras, levantam-se os athletas de 1789. E Camillo Desmoulins, arrastando o povo de Paris á conquista da Bastilha, troveja no Palais-Rayal estas memoraveis palavras, lição eterna a todos os corações nobres que presam a Liberdade acima de todas as coisas:

«Sim! sou eu que chamo os meus irmãos á liberdade! Eu não me deixarei agarrar vivo, resolvido como estou a morrer gloriosamente! Só uma desgraça me pode sobrevir: vêr a França tornar-se escrava!»

Sim; só a escravidão da nossa patria, escravidão

cujas gargalheiras é indispensavel que quebremos, deve preoccupar as almas superiores que se sintam com coragem para desprezar todas as pequenas coisas que levam á commodidade material. Mais do que nós, do que a nossa vida, do que a nossa propria honra, como diria Danton, valem estas duas coisas sagradas: a patria e a Liberdade.

Em agosto de 1830, escrevia Victor Hugo:

«Ultima razão dos reis, a bala. Ultima razão dos povos, a barricada.»

Ora, entre nós, a monarchia fortalecendo-se na guarda municipal, major Graça no Porto, coronel Queiroz em Lisboa, mostra-se disposta a appellar para a sua ultima razão. Appellemos nós para a nossa.

Os conservadores irritam-se. Acham que os negocios—os seus negocios—não poderão correr bem sem a calmaria da ordem publica. Mas diz Victor Hugo: «A ordem sob a tyrannia, é, diz Alfieri algures, uma vida sem alma.» Outros, mais imbecis, pretendem bater a Revolução com fórmulas legaes, com citações de leis, mostrando que a revolução é um crime.

É-o, de facto, segundo as leis feitas por aquelles a quem a revolução não convém. Mas para esses será por egual um crime todo o pensamento de reforma, e é por isso que forjam leis repressivas, pouco menos de imbecis, contra os innovadores. Mas, dirá ainda Victor Hugo:

«A lettra não deve nunca petrificar-se quando as coisas são progressivas. Se a lettra resiste, quebremol-a.»

A resistencia da lettra está nos sete peccados mortaes da dictadura regeneradora de 1890, e na organisação policial de Lisboa; quebremos tudo isso, juntamente com a estatua do Nabucodonosor que desse lodo infecto faz o seu pedestal.

Ao pensamento da insurreição oppoem os sophistas do constitucionalismo e alguns fingidos republicanos a comedia do suffragio. Segundo estes, emquanto tivermos o voto ser-nos-á defezo pegar em uma espingarda. Ora, pondo já de parte a importancia intellectual do suffragio entre nós, e attendendo apenas á sua carencia absoluta de sinceridade, violado e corrompido como elle é pelos poderes do Estado, nós recordaremos ainda palavras do velho Hugo, o grande morto immortal:

«Velhos, não vos barricadeis assim na legislatura; abri a porta sem tardança, e deixae passar a mocidade. Olhae que, se lhe fechardes a Camara, a lançaes na praça publica.»

Ora a monarchia fecha-nos a camara por intermedio dos seus galopins e dos seus administradores de concelho. Acceitemos a situação que nos é dada. Ficamos cá fóra, na praça?... Pois bem; façamos da praça o nosso parlamento, e dêmos a palavra ás nossas espingardas.

Como já o notava Fourier, o espirito da immobilidade apoderou-se das côrtes e dos grandes.

Punhamol-os em movimento, á força, lembrando-nos das palavras de Proudhon:

«Uma sociedade em que o poder de insurreição

está comprimido, é uma sociedade morta para o progresso.»

Ora, se Portugal não está morto, onde estão os seus signaes de vida?

Por occasião da insurreição de janeiro, os jornalistas Joaquim Gonçalves e José de Alpoim fizeram grandes lamentações sobre os desgraçadinhos que essa insurreição victimou.

Os guardas municipaes mortos mereceram-lhes especiaes choradeiras. Ora é sabido que, n'estas alturas do seculo XIX, toda a propaganda theorica está feita, e nós já não temos incredulos a converter, pois que todos são, tanto como nós, convictos republicanos, embora, por inconfessaveis motivos, persistam defendendo a monarchia. São todos inimigos que temos de destruir, para por elles não sermos destruidos. Anthero do Quental tinha razão:

«As revoluções não peoram diante dos seus inimigos: destroem-nos. Essas obras da fatalidade são obras de ferro e fogo, não obras de sentimento e eloquencia. A fraternidade, quando deslocada e extemporanea, póde ser mais perigosa e mais custosa do que uma franca e patente hostilidade. O que trazia no ventre a fraternidade de 1848? uma desillusão amarga, e logo os furores da reacção, o desespero das insurreições, o encarniçamento da repressão, sangue, odios, ruinas sem conta».

Os velhos partidos, os partidos do passado, esses mesmos que tanto se irritam com as novidades politicas e para quem todo o caminhar para deante é um desvio mais do campo da recta justiça, nos

deram, emquanto puderam, o exemplo do emprego de força como auxiliar indispensavel da Ideia. Quem abre a historia do seculo XVI, pasma horrorisado ante as guerras e os massacres que então se produziram na Europa, guerra assoprada pelos principios proclamados nas cathedras da faculdades de Theologia das Universidades, especialmente da de Paris, como, diz Camillo Castello Branco, se a guerra da palavra fôsse incompleta sem o esgrimir das espadas. É-o, de facto. O Existente não cede a raciocinios. Emquanto o combatem com principios abstractos, elle ri-se. Quando lhe criticam os actos, armase para a repressão, invocando a sua hypothetica e fragil inviolabilidade. Chega então a vez de se dizer como Anthero de Quental: *é ao canhão e á espada a quem deveis dar a palavra*!

O Existente conta, contra as forças vivas e impulsionadoras do progresso, com um exercito mais ou menos disciplinado, isto é, mais ou menos composto de automatos tornados inconscientes e irresponsaveis, isto é, degradados da sua dignidade de homens, nas mãos dos amoucos ás ordens do poder. Mas o que póde isso importar a um povo que sabe, póde e quer ser livre?... Esse povo dirá como Guilherme Braga:

> «Se as bayonetas armadas
> escudam a reacção,
> ergam-se as pedras do chão
> para formar barricadas!»

E, juntando a acção á palavra, levantará essas barricadas, e marchará para a lucta, para a victoria ou para a morte, em todo o caso para a gloria, á conquista da sua liberdade.

Quando em 1871 se deram graves perturbações na India portugueza, o governador geral visconde de S. Januario, parecendo acceitar o direito de insurreição, dizia apenas aos rebeldes: «escreva a revolta um principio na sua bandeira, e levante-a.»

O principio cá está: a Republica. Porque esta palavra quer dizer: abolição do privilegio e do arbitrario no poder; a liberdade da escolha em substituição á fatalidade da herança; o povo tornando-se proprietario de si mesmo, pela queima dos titulos de propriedade d'um morgado que o herdara de seu pae; a dignidade do homem restaurada mercê da soberania egualmente distribuida por todos. Taes são os principios fundamentaes que inscrevemos na nossa bandeira. Poderemos agora levantal-a?... Sirva-nos de passaporte a palavra do sr. visconde de S. Januario...

Certamente que os partidos conservadores teriam meio de evitar o conflicto sangrento que se prepara, edição correcta, augmentada e definitiva do 31 de janeiro de 91: era fazerem concessões successivas á democracia. Em abril de 1874, assim os aconselhava já o sr. Ramalho Ortigão nas *Farpas*.

«Se os partidos moderados não forem effectuando lentamente mas progressivamente a revolução pacifica, elles chamarão com o seu desleixo, a sua ignorancia e com a sua inercia os partidos radicaes a

uma revolta, que começará na polemica e terminará na barricada».

Ora os partidos conservadores estão provando o que d'elles disse Anthero do Quental: morrem impenitentes. Agarrados ao seu velho credo immobil, aos seus principios fosseis, elles nada concedem, porque não querem ter esta sublime fraqueza que seria uma bemdita abnegação: transigir com o progresso das ideias. Pois podem contar comnosco: hoje para a polemica, como estaes vendo; ámanhã para a revolução. 31 de janeiro foi uma amostra. O resto da peça virá a seu tempo.

Theophilo Braga escreveu:

«Conta uma velha lenda que a tunica inconsutil de Christo crescia no seu corpo, alargando-se com a edade; é esta a imagem das instituições e leis que vestem o corpo social; á medida que o desenvolvimento se dá no individuo, e se reflecte pelas descobertas, pelo ensino, ou pelo exemplo, na collectividade, ha uma transformação a fazer-se, reclamada por um mal estar geral, que irrompe quando não é attendido. É n'esta parte que se dá o conflicto entre a liberdade e a auctoridade.

«De ordinario quem tem o poder compenetra-se da sua missão augusta, e a pretexto de garantir a *ordem*, que é no intimo o melhor meio de sustentar-se, vae a pouco e pouco identificando a ordem com a immobilidade; é como a anchylose na articulação. Mas as necessidades do corpo social são reclamadas; parte quasi sempre o protesto d'um individuo que vê longe e annuncia o desastre; a voz

animosa facilmente se cala com o carcere, com o desterro ou com as legendas infames dos calumniadores vendidos, e o pretexto da ordem justifica todas as arbitrariedades do poder. Porém a acção do tempo é permanente, constante, ininterrupta; a necessidade presentida por um é manifestada pelo impeto de todos, ha o transbordar da necessidade, o conflicto entre o que se fortalece com a tradição morta, e o que é incitado pela urgencia da vida. A victoria é sempre do vivo sobre o morto. Chamam a isto Revolução; mas esta palavra já não amedronta os povos, porque esta palavra, segundo a philosophia da historia, designa os factos d'onde resultaram os maiores beneficios para a humanidade».

E mais adeante continúa o sabio professor:

«As fórmas sociaes teem tambem a sua decadencia como transição espontanea para uma ordem nova; nem a boa fé e adhesão dos partidos, nem todas as forças da auctoridade podem sustentar uma instituição quando ella intimamente se desorganisa, quando as consciencias, que estão acima dos interesses passageiros, conhecem que já não pódem ser dirigidas por ella. Quando este conflicto das consciencias que se apresentam acima de qualquer instituição se manifesta por actos de vontade, chama-se-lhe revolução; quando a propria ordem das coisas está indicando na pratica que a instituição se tem conservado mais tempo por qualquer circumstancia, e que a sua estabilidade é um atrazo, então a revolução não vem das pessoas, mas das cousas, e

chama-se evolução, nome derivado das sciencias e applicado a toda e qualquer transformação natural. No seculo XIX existe a instituição da realeza restricta á forma de monarchia hereditaria, a qual está exposta a esta dupla acção; pelos progressos realisados na ordem economica com o desenvolvimento do terceiro estado, com a proclamação do trabalho livre e a necessidade da paz para todo o progresso da sociedade, a realeza vae-se tornando um corpo extranho ao organismo social. A investidura da auctoridade em uma pessoa pelo facto do nascimento é um ultraje á dignidade humana; o deposito da força e da riqueza publica em mãos de um homem educado fóra da sociedade, com a falsa ideia de que perante a natureza é superior aos outros; a sancção do poder conferida a quem não sabe usar delle porque dispende a sua actividade em divertir-se, desmoralisando pelo exemplo as classes abastadas; o imposto de sangue, tão duro para uma nação, dispendido em odios dynasticos ou paradas para fazerem o apparato e segurança da realeza, tudo isto sugere no fundo da consciencia um estado de dissidencia e de revolta, contra uma instituição que desde o seculo XVI deixou de ser necessaria á sociedade, e que só pela alliança com o poder religioso é que se tem mantido. Tal é a revolução que nasce da ordem das cousas, e contra a qual não ha força que se opponha; o corpo extranho ha de um dia ser eliminado pela energia do proprio organismo social».

Sem terem que oppôr á evidencia d'esta argu-

mentação, os corruptos, sem crença e sem caracter, que comem á meza do Existente e que só por isso o appoiam, confessam-se republicanos em theoria, e dizem que se conservam ao serviço da monarchia por verem que o povo não está ainda preparado para a Republica. Será ainda Theophilo Braga quem lhes responda:

« Os conservadores embalam-se no seu doce somno da estabilidade encostados á causa da monarchia, declarando que *o povo não está ainda preparado para a republica.* Por isto se vê em primeiro logar, que esta solução politica é apenas de opportunidade; em segundo logar, não pódem occultar que esta fórma compativel com a dignidade humana exerce uma seducção que leva aos sacrificios prematuros a camada mais poderosa da sociedade. Mas o povo está de ha muito preparado para tomar conta dos seus destinos politicos; foi elle que transformou as classes servas da edade média em communas fortes e em burgos industriaes; foi elle quem transformou parte do proletariado em burguezia, e foi elle ainda que chamou a julgamento a realeza. Mas, se até aqui tem procedido empiricamente, hoje está habilitado para ir mais longe pelo conhecimento precioso da sua finalidade social. Que é este conflicto moderno entre o Estado e a Associação, senão o repto consciente e firme da sciencia contra a tradicção? O povo sabe pela bocca dos seus mais distinctos filhos, que o seu progresso se realisará pela sciencia, pela moral e pela industria. É o que se está fazendo. Quem são hoje os sabios mais emi-

nentes, os artistas mais sublimes, os politicos, os engenheiros, os professores, todos os que exercem o pensamento, senão filhos do povo, saídos d'essa camada infima tantos seculos ultrajada? Estes representam a sciencia do povo, e por este orgão diz elle o que quer. Quem tem soffrido com maior abnegação todos os encargos sociaes, recrutamentos, impostos, guerras, invasões, e quem se tem sacrificado com mais desinteresse pela ideia nova senão o povo, quando segue aquelles que o chamam a um futuro novo? Eis aqui a sua moral. Por ultimo, as creações industriaes do mundo moderno, ao passo que vão levando o bem estar material aos individuos, vão tambem alargando as fronteiras das nações, fazendo cahir as velhas barreiras dynasticas, exigindo novos codigos internacionaes e levantando uma unica bandeira, a da egualdade humana. Pelos seus filhos, que representam a *sciencia,* pelos seus sacrificios que enchem as paginas da historia e são a prova da sua *moral*, e pelo seu trabalho, que se vê na obra da *industria*, o povo está de ha muito preparado para tomar conta dos seus destinos.»

Outro expediente resta ainda aos conservadores: appelarem para o sentimentalismo, accusando-nos de ingratidão para com os homens de 1834, que se sacrificaram a todos os soffrimentos para nos darem as liberdades constitucionaes, ingratidão revelada no affan com que nos votamos á destruição da sua obra.

Em primeiro logar, é pelo menos duvidoso que a parte mais sã dos homens de 34 tivesse em mente

fazer isso que para ahi está. O pensamento d'esses ingenuos foi torpemente ludibriado pelos Palmellas de mãos dadas ao Bragança que nos roubara o Brazil; e os sacrificios d'aquelles heroes, em vez de serem utilisados no proveito nacional, foram apenas a chave por meio da qual uma nova dynastia de parasitas, enxertada na dynastia brigantina, pôde abrir a porta e entrar até á meza do Estado, onde, desde então, se está enchendo. Em segundo logar, quando mesmo o que aquelles homens tivessem querido fazer fôsse isso que ahi temos, elles não lhe teriam querido dar caracter definitivo, elles não quizeram legislar para o futuro; a sua obra terá apenas tido o caracter provisorio d'um regimen actual, transitorio, reformavel e substituivel. Querer, em homenagem aos serviços prestados pelos homens do passado, eternisar as instituições do passado, é exigir que os vivos sejam governados pelos mortos, é estabelecer o poder legislativo nos cemiterios, é fazer decretos de fogos fatuos, é pedir inspiração aos miasmas. Não, não! nós estamos vivos, e é como vivos que nos queremos governar, imprimindo em tudo o que nos rodeia o cunho da nossa actividade.

*

* *

A legalidade é um pacto social. O Estado compromette-se a uns determinados deveres e os cidadãos a outros deveres correspondentes. Se o cidadão transgride, o Estado tem o direito de punir o cida-

dão. Mas se é o governo quem transgride, é aos povos que cabe o direito de punir os governos. Este direito de punir que aos povos cabe é o direito de insurreição, direito sempre de pé, quando os governos violam o pacto fundamental.

E este direito é tanto mais racional e logico, quanto é certo então que a insurreição se executa em defeza da lei.

Estava o direito da parte dos revolucionarios do Porto?...

Em 1874, escrevia o sr. Rodrigues de Freitas:

«O povo portuguez não póde querer a monarchia, senão emquanto ella fôr compativel com as reformas democraticas, e não repugnar á consciencia e sciencia humana, a qual não é immovel, a qual progride incessantemente».

Ora a monarchia, não só se fez incompativel com a consciencia e a sciencia humana em incessante progresso, como, pelas leis da dictadura lopacea, se havia tornado incompativel com as reformas democraticas reclamadas pela opinião publica.

É por isso que bem fizeram os revolucionarios, desde que possamos abstrahir a questão da opportunidade, não do momento historico, que era opportunissimo, mas da simples opportunidade do dia; e que Fialho de Almeida pôde legitimamente escrever o brilhantissimo artigo com que fechou a sua publicação o semanario illustrado *Pontos nos ii.*

— Gloria aos vencidos!

V

JUSTIFICAÇÃO HISTORICA

«Eram geraes e profundos em todo o reino, o cynismo, a immoralidade e a corrupção».

RAMALHO ORTIGÃO, *Farpas*.

Como dissemos, os revolucionarios do Porto não obedeceram sómente a motivos doutrinarios, nem aos resultantes dos proprios acontecimentos dia a dia desenrolados na celebre questão com a Inglaterra. Obedeceram tambem a motivos tirados da historia nacional, motivos discutidos durante todo o curso da questão ingleza pela imprensa republicana, e cujos effeitos fôram tão consideraveis para a propaganda dissolvente das instituições, que Lopo Vaz lhes consagrou um dos artigos da sua lei repressiva de 29 de março de 1890.

Todos os annos se realisam na sé de Lisboa exequias solemnes pelas almas dos reis que, ha sete seculos, têm montado no dorso do povo portuguez. Não sabemos se a caridade christã dos ecclesiasticos que ali se conglobam em volta do sarcophago os levará a suffragar tambem as almas dos tres reis in-

trusos de Castella, e a do não menos intruso D. Miguel I, que Deus lá tenha em sua santa gloria. Seja porém como fôr; nós que não gostamos de festa sem sermão, ahi deixamos alguns apontamentos para a oração funebre que o reverendo Napoleão deve recitar do alto do pulpito, em homenagem a tantas testas coroadas.

*

* *

D. Affonso Henriques levou a sua piedade christã ao excesso de se revoltar contra a mãe, encerrando-a, prisioneira, n'uma fortaleza. Girava-lhe nas veias o sangue dos de Borgonha.

D. Fernando I prende pela primeira vez na nossa historia os destinos de Portugal ás manhas da Grã-Bretanha, *a nossa fiel alliada*, protectora e esmeradissima ladra.

D. João II, á similhança de Luiz XI, abate o poderio da nobreza para lh'o usurpar em beneficio da corôa, estabelecendo em Portugal o poder absoluto, de tão funestas consequencias.

D. Manoel expulsou de Portugal os judeus, prejudicando assim enormemente o commercio e a industria, e, com as suas perseguições aos filhos de Israel, abriu a porta ao futuro estabelecimento da inquisição. Portugal, levado n'este reinado ao apogeu da gloria, graças ao esforço dos seus grandes capitães, no apice do poderio, começa a declinar para o occaso, que a monarchia constitucional parece hoje apostada em fazer que seja uma sepultura.

D. João III introduz no paiz a Companhia de Jesus, que monopolisa o ensino, envenenando as consciencias com a sua moral depravada, e estabelece a inquisição, perturbando violentamente o desenvolvimento intellectual e moral d'esta gloriosa nacionalidade.

D. Sebastião atira com a independencia de Portugal aos areiaes da Africa, e, após o desastre de Alcacer-Quibir, de que elle foi a primeira victima, continúa ainda prejudicando o nosso renascimento, apparecendo como um phantasma á consciencia ignara d'este povo fanatisado.

O cardeal D. Henrique, rei e inquisidor, canta *Te-Deum* na Patriarchal em acção de graças pela matança dos huguenotes na noite de 24 de agosto de 1572, e, á hora da morte, dá traiçoeiramente o beijo de Judas na face da nação portugueza, entregando-a á Junta de Almeirim, que nos entrega manietados nas mãos possantes do governo de Madrid.

Passemos em claro o governo intruso dos Filippes, do mesmo modo por que temos passado o governo de varios dos nossos reis, visto que isto não é uma historia de Portugal, mas simples apontamentos para o panegyrico em honra da monarchia.

D. Affonso VI andava de noite levantando disturbios na companhia dos vadios e das prostitutas, e, n'um processo vergonhoso em que fôram testemunhas as santas esposas do Senhor, em quem elle saciava os seus instinctos animaes, foi deposto, tendo de entregar a corôa a seu irmão Pedro II.

Este rouba ao irmão o throno, a mulher e a li-

berdade, fazendo-o morrer em uma lobrega prisão.

D. José termina, graças ao despotico marquez de Pombal, a obra iniciada por D. João II, arrastando a nobreza ao cadafalso sob inculpações phantasiadas *ad hoc,* pondo mordaça á voz clamorosa do clero, e fortificando ainda mais o poder absoluto dos reis.

D. João VI provoca estupidamente a entrada dos exercitos francezes em Portugal, e foge covardemente ante a perspectiva das armas napoleonicas. Embarca para o Brazil, levando todas as joias da corôa, e todo o sangue do thesouro publico. Deixa o povo portuguez entregue a si mesmo para defesa da patria, ensinando-lhe assim praticamente como um povo se basta sem carecer do espantalho d'um rei lá em cima. Sancciona todos os actos despoticos do protectorado inglez. E, acceitando a constituição de 22, revoga-a logo de seguida, dá o seu assentimento á reacção miguelina e restaura o poder absoluto, trahindo todos os seus juramentos.

D. Miguel I, rebelde contra a constituição, rebelde contra seu pae, rebelde contra os seus juramentos, arvora-se em perseguidor dos liberaes, copiando aqui as infamias da côrte de Madrid.

D. Pedro IV rouba-nos o Brazil, expulsa de lá, a chicote, os patriotas portuguezes, e impõe-nos a sua *carta de alforria*, parodia sacrilega da constituição de 22, quando, escorraçado do Brazil, sente a necessidade de se appoiar sobre o partido liberal portuguez, para poder conservar na fronte uma corôa que lhe fugia.

D. Maria II rasga vilmente a constituição; restaura o poder pessoal; protege descaradamente os Cabraes; e, quando a nação se insurge, chama infamissimamente os estrangeiros em seu auxilio, afogando no sangue popular as parcas liberdades nacionaes.

D. Luiz, faz de Fontes o seu valido, e, mercê funesta da falta de senso economico e moral d'aquelle grande corruptor, prepara a desgraçada situação financeira em que nos encontramos hoje.

Conhecedor d'estes e d'outros factos, e sabendo além d'isso que a monarchia, significando um atraso mental, apenas admissivel em epocas passadas, só é compativel com um grau inferior de civilisação, o povo portuguez ha muito que anceia pela proclamação d'uma nova fórma de governo.

Quando elle se resolver a pôr em pratica esse desejo, então já os amigos das instituições não farão mais exequias pela alma dos reis fallecidos: hão-de fazel-as por alma da monarchia.

A monarchia realmente está morta; cheira já á podridão dos tumulos. O melhor é mettel-a n'um esquife, e ir-lhe rezando os officios funebres. Carlos I e Filippe II de Hespanha assim fizeram: obrigaram o clero a rezar-lhes em vida o officio dos defuntos.

Vamos, vamos rezando por essa morta, até ao dia em que generosamente a esqueçamos, e entremos nós, nação resuscitada gloriosamente do tumulo mo-

narchico, na grande vida luminosa e ampla dos governos democraticos.

*
* *

A casa de Bragança, em especial, tem sido funestissima para o paiz. Descendentes do prior do Crato que foi pae de Nuno Alvares Pereira, o qual teve por avô o padre Gonçalo, que fôra arcebispo de Braga, elles não podem fugir á fatalidade do couto damnado que fez sacrilega a sua geração.

O sangue sacerdotal imprimiu-lhes caracter, como os sacramentos da Egreja.

Podemos folhear ao accaso, sem nexo, a historia d'esta dynastia; onde não encontrarmos o crime, encontraremos a inepcia. De qualquer maneira, a prova da sua inferioridade psychica.

O duque de Bragança contemporaneo do desastre de Alcacer-Quibir foi cumplice do rei cardeal D. Henrique na entrega de Portugal aos castelhanos, como se póde ver da carta que ao mesmo duque escreveu Pedro de Alpoem Contador a 20 de julho de 1581; como fiel partidario da usurpação offereceu a sua casa para servir de asylo aos embaixadores hespanhoes, ameaçados de morte pelos partidarios do prior do Crato.

Foi d'esta arvore de traição que havia de rebentar a vergontea que os revolucionarios de 1640 pr-curaram para collocar no throno portuguez, co penhor da nossa independencia! A traição estava-lh

na massa do sangue. Pois acaso, na sinistra aventura de Alfarrobeira, não vemos já um duque de Bragança auxiliando a miseravel intriga contra o infante D. Pedro?...

Dos serviços prestados por D. João IV á causa da independencia, anteriormente á revolução de 1640, diz o bastante o palaciano Oliveira Martins. Depois de 1640, o odioso Bragança em pouco mais pensou que em assegurar-se o poder que os patriotas lhe haviam conquistado. De ahi aquella fatal operação diplomatica que parece ter amarrado para sempre Portugal ao affrontoso poste do protectorado britannico.

Forte com a protecção dos jesuitas, que assim pagavam aos Braganças o serviço da sua infame perseguição contra Damião de Goes, o partido que aspirava a encaixar a coroa na cabeça de D. João IV, *malgrè lui,* pôl-o no throno. Mal tinham porém dado o golpe, e já os jesuitas se mostravam arrependidos, procurando repôr a casa de Austria no seu perdido dominio. Na côrte de Lisboa domina o jesuita Antonio Vieira, espirito arguto, orador paradoxal, trabalhado de grosseiras superstições que mal se coadunam com a sua incontestavel intelligencia. Este padre procura *remediar o mal feito,* reentregando Portugal á Hespanha, mediante o casamento do principe D. Theodosio com uma infanta hespanhola, indo elle com o Bragança seu confessa- fundar no Brazil um novo imperio!

Em 1654, tendo morrido o principe Theodosio, tendo mudado os ventos da côrte, quiz a dynastia

de Bragança captar a estima e o appoio da Inglaterra, para que esta a ajudasse a firmar-se no throno que a Hespanha lhe disputava. Para este effeito, foi permittida a entrada das mercadorias inglezas em Portugal, pagando só 23 %.

Morto D. João IV, a rainha viuva tratou de consorciar sua filha D. Catharina com Carlos II de Inglaterra, para que melhor cimentada ficasse a projectada alliança. Chegou-se a falar em que a princeza levasse como dote a nossa formosa ilha da Madeira. Para isso, escriptores palacianos, especie de sergios que, pelos modos, são de todos os tempos, e cuja penna está sempre prestes á defesa do que se quizer mediante a combinada gorgeta, desceram á infamia de cohenestar tal crime, sob o pretexto de que a Madeira fôra descoberta, anteriormente a Gonçalves Zarco, por um tal inglez Machin. D. Francisco Manoel de Mello, nas *Epanaphoras*, romance historico que teve sua voga, pareceu tambem, apesar dos seus anteriores serviços prestados á causa da patria, querer secundar a traição da côrte, dando curso á lenda do Machin, lenda que o historiador Henri Martin, ainda em nossos dias, repetiu com uma grande convicção ingenua, só propria de superficiaes historiographos.

Parece porém que a opinião geral forçou a côrte a reconsiderar, e a entrega da Madeira não se effectuou. Em compensação, com a mão que entregou a Carlos II, levou-nos a princeza D. Catharina a praça de Tanger na Africa, e Bombaim, na India, como se a patria devesse ser retalhada á mercê dos inte-

resses dynasticos! O tratado que assim, no dizer de Mello e Castro, fazia com que a India ficasse perdida para os portuguezes, pois que Bombaim era a chave dos nossos dominios no oriente, foi assignado em 23 de junho de 1661.

Antonio de Mello e Castro era o governador da India. O seu patriotismo revoltou-se contra a traição urdida na côrte do imbecil D. Affonso VI, e então escreveu a este monarcha, dizendo:

«Eu vi o porto mais formoso e mais capaz que tem a India, a que não faz vantagem esse de Lisboa, e de que só a nação portugueza não fizera grande caso. Considerei que não tinha V. Magestade outro logar onde se podessem recolher as naus do reino e os galeões da armada, estando esta barra impedida, e que, se n'aquella ilha se fortificavam os inglezes, de todo se perdia quanto V. Magestade tem no norte, porque elles haviam de voltar á dita ilha todo o commercio, assim porque trazem os generos que nós trazemos, e de melhor qualidade, como porque hão-de obrigar todos os navios a arribar áquelle porto e fazer n'elle direitos como nós faziamos antigamente, e viremos a receber de suas mãos tudo o que a Europa buscava nas nossas, até os mantimentos das nossas terras, de que se provêm todas as fortalezas, lhes havemos de comprar a elles.»

Estas patrioticas e sensatas palavras não produziram effeito algum no Bragança, decidido á traição. E então D. Affonso VI respondeu-lhe a 8 de fevereiro de 1664, ordenando-lhe que sem mais razões entre-

gasse Bombaim. E, a 5 de janeiro de 1665, o nobre e leal portuguez, com a alma amargurada, escrevia ao rei, dizendo:

«Confesso aos pés de V. Magestade que só a obediencia que devo como vassallo poderá forçarme a esta acção, porque antevejo os grandes trabalhos que desta visinhança hão-de nascer aos portuguezes; e que se acabou a India no mesmo dia em que a nação ingleza fez assento em Bombaim».

A nada porém se moveram, nem o rei, nem os torpes cortezãos que o auxiliavam na infamia. Baldadamente na propria côrte houve quem allegasse que tal tratado era abominavel, já porque a rainha, sendo tutora e não senhora do reino, o não devia fazer, já porque entregar a herejes aquelles territorios era offender a Deus. O marquez de Sande, o rei, a rainha, toda a caterva dos traidores triumphou afinal. Tanger e Bombaim cahiram no insaciavel estomago do leopardo bretão.

Os inglezes porém não puderam sustentar Tanger em seu poder, e resolveram entregal-a aos moiros em 1684.

Quando chegou a Lisboa a noticia de que Tanger, cujos muros haviam sido regados do esforçado sangue dos conquistadores portuguezes, em cujas pedras das ruas parecia ainda haver vestigios das lagrimas choradas pelo infante santo, ia ser entregue aos descendentes d'aquelles que em nome da fé christã, da civilisação e da patria, os nossos maiores tinham vencido, pensou-se em pedir á Inglaterra que, mediante condições estipuladas, nos resti-

tuisse aquella praça, onde palpitavam tão vivas e tão immorredouras tantas das nossas mais gloriosas tradições. E a Inglaterra, a cujo governo nada deveria custar essa simples restituição, pois que a *Biblia*, pela qual tão zelosos se mostram no seu torpe phariseïsmo, manda dar de graça o que de graça foi recebido, a Inglaterra respondeu recusando as nossas propostas!... E a Inglaterra, a humanitaria, a *christianissima* Inglaterra, a *boa amiga* de Portugal, preferiu arruinar aquella praça, a ter de no-la entregar. Para esse fim fez saltar as cinco minas; e, como se esta barbaridade não bastasse, ella viu impassivel a moirama penetrar por entre as ruinas fumegantes, a profanar com mão sacrilega os tumulos dos nossos maiores, arrancando do seu pacifico somno aquelles cadaveres mirrados, para os cobrir de injurias, alli, á luz do sol, sob os olhos indifferentes do potentado britannico!...

Não é tudo: pois se em Tanger se portaram por fórma tão odiosa, em Bombaim, cumprindo á risca as previsões de Mello e Castro, não se portaram melhor. D'essa joia do nosso dominio ultramarino, que o rei D. Affonso VI lhes cedera gratuitamente, e que elles trataram como terra conquistada, fizeram elles o fóco das suas conspirações contra a India portugueza, urdindo de ali a sua guerra de piratas contra Goa, o primeiro emporio commercial do Oriente.

Todos os portuguezes possuidores de feitorias em Bombaim foram despoticamente expulsos, tal como em tempos anteriores se procedera nos paizes catholicos contra os judeus.

Era assim que elles correspondiam á generosidade da monarchia portugueza!...

Em 1703 é o Bragança D. Pedro II que assigna o denominado tratado de Methewen com a sua fiel alliada.

Segundo a lettra deste tratado que arruinou a industria portugueza e paralysou a nossa agricultura, fomentando apenas o cultivo da vinha, como se, afóra os vinhedos, nós não tivessemos outros elementos productores da riqueza, as mercadorias inglezas ficaram tendo livre entrada em Portugal, ao passo que os nossos vinhos entrariam na Inglaterra apenas com a diminuição dum terço dos direitos pagos pelos vinhos francezes!...

E a Inglaterra que, até 1703, não chegava a exportar para Portugal mais de 400.000 libras de tecidos, logo no anno seguinte exportou 13 milhões de libras. E isto ao mesmo tempo que os nossos vinhos corriam pela barra fóra, enriquecendo a avidez dos nossos cultivadores, mas fazendo com que escaceasse no nosso mercado esse producto agricola, elevado de repente a uns preços excessivos para as possibilidades financeiras da maioria da nação portugueza.

Mas este excesso foi de pouca dura. Os inglezes, que nos levavam os vinhos puros, começavam de os falsificar, chegando a recambial-os para cá adulterados, com outros ou com os mesmos rótulos, desacreditando assim o unico genero que o seu leonino tratado parecia dever poupar.

* * *

Interrompamos a negra série das traições desta dynastia de criminosos. Ha mais crimes nesta nobre estirpe brigantina...

Este mesmo D. Pedro II, de visita á provincia da Beira, quando ali confluiram as divisões commandadas pelos condes da Atalaya e do Prado, na occasião em que rebentara a guerra contra a Hespanha por causa da successão da casa de Austria, guerra á qual fomos arrastados para servirmos os interesses dos nossos *fieis alliados*, D. Pedro II fez os mais rasgados e pomposos elogios daquelles dois condes, e nomeou-os seus ajudantes de ordens com patentes de tenentes-generaes de cavallaria. Mais adiante, quando o conde da Atalaya lhe trouxe a noticia de que o marquez de Minas, seu pae, acampara ás portas de Madrid, D. Pedro agraciou-o com o marquezado de Minas mesmo em vida do pae.

D. João V, successor de D. Pedro, nomeou o novo marquez gentilhomem da sua camara, conselheiro da guerra e commendador de S. Miguel de Arcozello.

E quem eram estes favoritos dos dois monarchas portuguezes?

— Os traiçoeiros assassinos do corregedor Sanches Goes!...

Mas com quem, senão com assassinos, havia de privar o rei tres vezes infame,que roubara a seu irmão Affonso VI a esposa, o throno, a liberdade e a vida?...

Quanto a D. João V, como não privaria elle com assassinos, se na sua familia os havia, e daquelles

*

para quem não póde haver a minima attenuante?...

O infante D. Francisco, irmão do rei, era o capitão duma verdadeira quadrilha de salteadores, que crearam com suas façanhas um verdadeiro circo de terror em volta das terras do Infantado, em Queluz. Entre as proezas desse facinora serenissimo, citaremos a seguinte: um dia, nas vergas dum navio, estava um marinheiro a saudal-o; e o infante, querendo mostrar como era capaz de alcançar com um tiro aquelle homem que, na sua simplicidade lhe fazia cumprimentos, metteu a arma á cara, e, num abrir e fechar de olhos, o pobre marinheiro cahiu por entre as enxarcias, rolando estatelado no convez. Então aquelle bandido, cheio de jubilo, desembestou aos pinchos e aos gritos, batendo palmas num contentamento doido.

E a casa de Bragança, que, no tempo de D. João II, dera conspiradores para o cadafalso, não deu desta vez para o cadafalso a cabeça deste ignobil malfeitor!...

*

* *

Comprehende-se que não é possivel fazermos neste rapido estudo a historia de todas as piratarias de que temos sido victimas por parte da Inglaterra, de mãos dadas á casa de Bragança. Iremos porém citando o que nos fôr recordando.

Em 1794, quando todas as monarchias colligadas contra a França republicana tinham obrigado o povo francez a entrar, pelo desespero patriotico, no

caminho desgraçado do terror politico, D. João VI, então ainda apenas regente em nome de D. Maria I, arrasta ineptamente Portugal a essa guerra, indo sollicitar da Hespanha e da Inglaterra que nos acceitassem por alliados. A Inglaterra despreza-nos tanto, que se faz rogada, e não obstante D. João insta de novo!

Acceito finalmente esse pacto offensivo e defensivo, a Inglaterra reclama que Portugal envie ao Mediterraneo a sua esquadra commandada pelo marquez de Niza.

Por terra e por mar realisaram então os portuguezes prodigios de valor: os relatorios inglezes nem a elles se referem! E das campanhas do Roussillon, em que nós derramamos o nosso sangue, malbaratamos a nossa fortuna, sacrificamos a nossa marinha, apenas a Hespanha e a Inglaterra colheram louros, pois mais parecia que fossemos uma colonia ingleza do que uma nação livre e independente.

Entretanto a Inglaterra, sempre estribada nos leoninos tratados de alliança feitos comnosco, exigia da nossa esquadra o bloqueio das costas francezas, para que os seus navios de guerra fossem poupados o mais possivel, e deixava que Rubin aprisionasse os nossos.

Mas era isto exactamente o que mais convinha á nossa *fiel alliada*. A ruina da nossa marinha de guerra seria a elevação da sua. E de ha muito que a Inglaterra vinha porfiando neste seu tenebroso plano.

Não obstante, o medo que se apossara da côrte de Lisboa de que viessem aqui a triumphar as *ideias francezas* — expressão que fazia sempre surgir no espirito pusilanime dos Braganças aquelle phantasma d'um rei Capeto decapitado na praça publica — fazia com que o principe D. João persistisse na sua alliança com a Inglaterra, que fazia dos nossos portos de mar centro das suas operações, e que assim estava predispondo cada vez mais a nação franceza contra nós. Baldadamente a nossa visinha Hespanha, já reconciliada com a França, nos pedia que sustivessemos contra esta as hostilidades. Por subserviencia á Inglaterra, o estupido Bragança persistia no erro. Afinal a Inglaterra recusou-se a prestar-nos auxilio, quando a Hespanha nos enviou o seu *ultimatum,* e sómente depois, quando a recrudescencia das hostilidades contra a França lhe fez ver em Portugal um magnifico ponto a explorar para a guerra com aquella nação, é que se resolveu a mandar aqui alguns milhares de homens, na sua maioria emigrados francezes, em guerra contra a Republica Franceza!

Mas o governo portuguez pareceu prestes a concluir a sua paz com a França. E, embora lhes não fôsse imposta a ruptura da alliança ingleza, foi tal a indignação na côrte de Londres, que D. João VI, apavorado, desistiu de levar por deante tal projecto.

No emtanto os inglezes não se prendem apenas com os negocios do continente europeu. Estendidos os seus tentaculos para a Africa, ahi proseguem contra nós a sua guerra traiçoeira, tentando em 1790

indispor os cafres comnosco e leval-os a revoltarem-se contra a nossa soberania.

E a casa de Bragança, sempre com medo das *ideias francezas*, cada vez mais servil deante d'esses piratas, arruinando-nos, provocando sobre nós as represalias d'uma nação irmã!...

A nossa esquadra, com cujo auxilio pôde o almirante Nelson levar a cabo as suas proezas de grande capitão, consumiu-nos 600 mil cruzados, ao passo que a Inglaterra nos tirava ainda alguns regimentos d'aquellas diminutas forças que para cá mandara!

O *ultimatum* da Hespanha a que acima nos referimos fôra provocado pela estada em Lisboa das tropas inglezas que depois lhe arrebataram a Minorca. E a Inglaterra, que provocara o conflicto, recusava-se depois a auxiliar-nos!

Bouchot tem razão quando escreve, relativamente a esta fatalissima alliança:

«Do que a Inglaterra precisa em Portugal é d'um governo sempre inhabil, revoluções continuas, finanças perdidas, um ministerio submisso, para que a industria nacional jamais se desenvolva e o contrabando corra impune, e as outras nações não façam concorrencia á industria ingleza, e os banqueiros de Londres se enriqueçam com os lucros dos multiplicados interesses, até ao dia em que Portugal venha a pertencer-lhes por completo a titulo de penhor».

Evidentemente, como justificação do movimento insurreccional de janeiro, os motivos historicos não são menos fortes que os motivos actuaes, e já não é

um ministerio traidor nem um rei inhabil o que é preciso desalojar: é uma dynastia, na melhor hypothese constituida de doidos, a cujas mãos é preciso arrancar, em nome da salvação publica, *este* feudo que se chama Portugal.

Mas continuemos. Ha ainda muito que referir, e pena temos de que as proporções que este livro deve ter nos não permittam dizer tudo.

*

* *

Mais tarde, quando a 29 de janeiro de 1801 era assignado o tratado de alliança entre a França e a Hespanha, que estipulava a concessão de paz a Portugal desde que este fechasse os seus portos aos inglezes, exactamente quando Portugal, fiel á sua alliada, cheio de lealdade para com a Gran-Bretanha, se recusava a acceitar a paz em taes condições, era quando então a Inglaterra retirava de aqui os restos da sua diminuta divisão auxiliar, deixando-nos abandonados, a braços com as duas nações colligadas, sob pretexto de que precisava de tropas para guardar a Irlanda!

Pouco depois, havendo a Hespanha declarado guerra á Inglaterra, depois do seu tratado de paz e alliança com a França, D. João VI, a 24 de maio de 1801, declara guerra á Hespanha, o que fez com que o nosso paiz fôsse invadido pelos alliados sob o commando de Godoy, principe da Paz, que nos levou Olivença, sem que a Inglaterra nos prestasse

o minimo auxilio. Não obstante, pelos tratados de 1661 e de 1793 compromettia-se essa potencia a defender Portugal por terra e mar, como se elle fizera parte da Inglaterra.

Depois, a 6 de junho do mesmo anno, é assignado o tratado de Badajoz, segundo o qual nós entregamos aos nossos visinhos esta praça, e, pouco depois (29 de setembro), entregamos á França, como refens, uma parte de Guyana, onde não mais pudemos estabelecer-nos. E isto, sem que a Inglaterra interpuzesse o seu valimento para obstar a similhante espoliação, que nos era feita por causa da nossa excessiva fidelidade a tão *escrupulosos* alliados.

E não ficamos ainda ahi; porque, se depois quizemos gosar d'uma paz que, por amor á Inglaterra, houveramos rompido, tivemos de, por bom preço, a ir mendigar da França.

Ora, se a Inglaterra, apesar das disposições claras e terminantes dos tratados de 1661 e 1793, nos não prestou o minimo amparo n'uma contenda em que só por sua causa entramos, como houve alguem que pudesse esperar que ella nos auxiliasse ao suscitarem-se conflictos com outros estados por causa dos terrenos agora reconhecidos á nossa soberania, como succede com o Muata-Yanvua que o estado do Congo nos contesta, se o tratado não lhe impõe outro compromisso que não seja o da sua neutralidade?...

E todavia era esta uma das virtudes que os jornalistas alugados ao paço encontravam no tratado anglo-luso de 20 de agosto de 1890!

Como já dissemos, a dynastia dos Braganças tem sido sempre o que é hoje, e o que pretendia que nós todos fôssemos, ao falar-nos na conveniencia das *attitudes correctas* pela bocca do sr. Hintze Ribeiro em 1890: a serva submissa da Inglaterra, com manifesta traição á patria. Ora por uns pretextos, ora por outros, mas sempre movida pelo mais sordido egoismo dynastico, ella nos tem sacrificado por comprazer com a sua boa alliada.

Nos fins do seculo passado — insistamos bem nisto, — quando a Revolução batia todos os velhos poderes do Estado, restaurando a nação franceza sobre novas bases de direito publico, era D. João VI, que, aterrado pelas *ideias francezas*, e desejando cooperar com a santa alliança na rapida extincção d'essas ideias, vae offerecer o nosso auxilio aos alliados, enviando tropas de mar e terra para a Inglaterra, e deixando-nos em estado de nem sequer podermos repellir o attentado de Rubin, que aqui, nas aguas do Tejo, aprisiona doze navios portuguezes, sem que alguem possa pensar em resistir-lhe, porque a nossa marinha de guerra andava lá fóra, combatendo pelos interesses dynasticos, contra os direitos do povo francez.

A Inglaterra, forte com a imbecilidade do nosso governo, despreza-nos por completo. Faz tratados de paz em nosso nome, sem nosso consentimento, e obriga-nos a ir acceitar, de joelhos, as condições de paz impostas pelo Directorio Francez, sem que se lembre do seu dever de intervir em favor do generoso alliado!

A Hespanha recem-alliada com a França, invade Portugal. E a Inglaterra, que se compromettera terminantemente a proteger-nos por mar e por terra, em troca dos anteriores serviços, recusa-nos agora o auxilio pedido, a par e passo que o nosso embaixador em Paris, negociador d'um novo tratado de paz, recebe ordem para acceitar todas as condições, *menos as que fôrem contrarias á nossa velha e boa alliança com a Inglaterra!* Só quando a situação se aggrava entre a França e a Inglaterra, é que esta nos manda um reforço de 6:000 homens e um auxilio de 900 contos! Afinal a paz ia ser assignada sob condição, imposta pela França, d'uma futura neutralidade por parte de Portugal nas contendas anglo-francezas. A Inglaterra porém, que queria o nosso auxilio, embora nunca nos tivesse prestado o seu, revolta-se contra esta clausula do tratado, e o Bragança D. João VI, sempre submisso, não ousou ratifical-o!

Quando, em janeiro de 1801, os alliados hespano-francezes impõem a Portugal que feche os seus portos aos inglezes, e que o governo de D. João VI, sempre por subserviencia á Inglaterra, se recusou a acceitar esta condição da paz, é exactamente n'esta occasião que a Inglaterra nos retira a sua divisão auxiliar, deixando-nos a braços com a invasão estrangeira! A Hespanha leva-nos Olivença; a França suga-nos o erario, como premio da concessão duma paz ephemera.

A pretexto de auxilio, entram os inglezes na ilha da Madeira, impõem a demissão ao governador, e

substituem a nossa bandeira pelo seu farrapo encarnado; o mesmo acontece em Goa, Diu e Damão; o mesmo fariam em Macau, se Macau lhes não tivesse resistido heroicamente.

Quando, em 1807, o exercito alliado franco-hespanhol, alliado em virtude do tratado de Fontainebleau, se preparava a entrar em Portugal, como represalia de não ter este accedido aos rogos de Carlos IV e de Napoleão I para que fechasse os seus portos aos inglezes, estes, que sempre desejaram a nossa ruina, invejosos do nosso poderio colonial, e anciosos de nol'o empolgarem, enviaram lord Strangford a convencer o inepto D. João VI de que devia entregar a esquadra portugueza á Inglaterra, facilitando esta a fuga da familia real para o Brazil, que assim realisaria o velho sonho de D. João IV e do seu director espiritual, o jesuita Antonio Vieira.

Á infamia de entregar a nossa esquadra não chegou D. João VI; porém, a fuga para o Brazil realisou-se logo, atrapalhadamente, salvando-se, como se foram as coisas mais preciosas d'este reino, a vida inutil das magestades e as joias da coròa, e ficando os nossos portos sem defesa, porque a esquadra acompanhou o rei traidor, que, ainda ao fugir, recommendava os invasores á nossa benevolencia, como supremo escarneo aos transes dolorosos por que a nação portugueza ia passar!

No dia seguinte ao da sahida do rei entrava Junot em Lisboa (tinha passado a fronteira dez dias antes, a 20 de novembro de 1807) e aqui estabelecia o seu governo. Entretanto, mar em fóra, na

jangada que levava para o Brazil toda aquella vergonha ambulante, apenas uma voz protestava contra similhante fuga, e essa era uma voz de mulher: D. Maria I, a quem o terror revolucionario ensandecera, e que, com a insistencia tragica dos doidos, reclamava de seu filho que viesse auxiliar os patriotas portuguezes na guerra contra os jacobinos, contra os regicidas...

Só em 1808, quando, em consequencia de D. João VI ter auctorisado (a 10 de junho) o corso contra os navios francezes, se opéra uma nova invasão napoleonica e que, no Porto, a junta de salvação publica levanta o seu grito de *guerra ao estrangeiro!* é só então que a Inglaterra nos envia um exercito de auxilio. Mas que auxilio!...

Em vez de nos ajudar a combater os francezes, os nossos alliados, baseados nas disposições do infame tratado de Methewen, que sacrificara a nossa industria á industria ingleza, trataram de arrasar e incendiar quantas fabricas portuguezas encontraram no seu caminho, especialmente as de lanificios e algodoaria.

Vencidas afinal as tropas invasoras, faz-se a convenção de Cintra, assignada por Dorlymple e Junot, sem que as auctoridades portuguezas sejam ouvidas, apesar de n'ella se estipular que o exercito invasor poderia retirar com armas, bagagens, artilheria e *demais propriedades do exercito*, isto é, com tudo quanto haviam roubado no saque aos conventos e ás propriedades. Ao mesmo tempo, occupavam os

inglezes os nossos fortes, vendo-se a sua bandeira nas torres de S. Julião, Bugio e Cascaes.

Expulsa a dominação franceza, ficavamos gemendo sob o despotismo britannico, que, a pretexto de nos guardar contra as tentativas da França, nos opprimia e roubava, praticando os seus soldados, por toda a parte, toda a casta de tropelias, e tentando esbulhar-nos da posse de Macau, apesar da resistencia desesperada do governador. O que não impediu a regencia de entregar o commando das tropas portuguezas ao general inglez Beresford, quando Soult, a 20 de março do anno seguinte, entrava pela Galliza em Portugal. As patifarias do exercito inglez foram de tal calibre, que o proprio Wellesley se indignou com ellas e contra ellas protestou!...

Vencidos finalmente os invasores, Wellington, *como compensação dos serviços que a Inglaterra nos prestara*, impõe-nos o tratado de 19 de fevereiro de 1810, *in perpetuum*, que renovava todas as isenções dos tratados de 1642 e 1661 em favor dos inglezes, renovando por completo as disposições do tratado de Methewen. Os inglezes poderiam pagar os direitos aduaneiros a praso, pagando as sua manufacturas apenas 15 por cento *ad valorem*, sendo a Portugal prohibido exportar para a Inglaterra quaesquer dos seus productos coloniaes em concorrencia com os productos das colonias britannicas.

Feito o tratado de paz de Pariz, nós tivemos de deixar ficar a Guyana á França; e a Hespanha, que nos devia ter restituido Olivença, não nol-a entregou, porque a Inglaterra não esteve para se incom-

modar. A entrega da Guyana nem aó menos fòra auctorisada pelo governo portuguez! A obrigação da entrega de Olivença por parte da Hespanha estava reconhecida nó artigo 105 do tratado negociado por lord Castleraah, artigo que diz:

«Art. 105—As potencias reconhecem a justiça de S. A. R. o principe regente de Portugal e Brazil, sobre a restituição da praça de Olivença, e outros territorios adidos á Hespanha pelo tratado de Badajoz de 1801, cuja restituição é considerada como uma medida necessaria para a perfeita e constante harmonia que deve haver entre os dois reinos da peninsula; conservação da qual, em todas as partes da Europa, tem sido um constante objecto das potencias».

Mas a Hespanha não cumpriu, e a Inglatera deixou correr.

Quanto aos roubos de que nós fòramos victimas por parte dos inglezes, nada! Quanto aos prejuizos que soffreramos com tão longa guerra provocada por amor da Inglaterra, a irrisoria indemnisação d'uns 360 contos! Aqui, como sempre, a Inglaterra guardava para si a parte do leão.

E a Inglaterra que, sem motivo justificado, nos aprisionou a nossa marinha mercante, constituida em juiz apesar de ser a ré, resolveu o pagamento de mil tresentos e cincoenta contos pelo roubo que nos fizera, que nos arruinou, do qual estamos soffrendo ainda as desastrosas consequencias.

*
* *

Foi em virtude de ter ainda uma vaga reminiscencia de todas estas infamias, reminiscencia deixada na mente collectiva pela tradição de paes para filhos, que, em seguida ao *ultimatum* de 11 de janeiro, o povo pedia nas ruas a quebra da alliança ingleza, ao mesmo tempo que o sr. D. Carlos de Bragança implorava da sua tia Victoria que lhe salvasse a corôa da borrasca prestes a estalar; e que o governo regenerador, trahindo as aspirações nacionaes, que o haviam elevado ao poder, se rojava aos pés do gabinete de Londres.

Depois vieram os tratados de agosto de 90 e maio de 91. Esses dois tratados obedecem ao mesmo pensamento de traição, e os traidores são sempre os mesmos: a dynastia de Bragança e os seus ministros.

Definida assim a incompatibilidade entre a dignidade da patria e a subsistencia da dynastia, o senso patriotico impunha a todos os portuguezes de brio uma revolução que depuzesse o sr. D. Carlos, ultimo representante d'essa dynastia, e entregasse os destinos da nação nas mãos da propria nação.

Foi o que tentaram fazer os insurgentes de janeiro, em nome da honra da nossa bandeira e da integridade da nossa patria.

Carecer-se-á de melhor e mais completa justificação?...

CONCLUSÃO

«... elle domina, e a sua tyrannia assenta sobre a cousa que, apesar de ser a mais lodosa, é ainda a mais solida—a corrupção!...

R. Ortigão—*As Farpas.*

Estamos chegados ao fim do nosso trabalho. A filiação historica da insurreição de janeiro, as causas occasionaes que a determinaram, os motivos theoricos e historicos que a justificam perante o futuro, tudo ahi ficou, se bem que resumidamente, exposto.

Vamos concluir. Mas seguindo o preceito da velha rhetorica das escolas, resumiremos n'este epilogo aquillo que constituiu a materia capital d'este livro.

*
* *

Consequencia fatal do *ultimatum* foi o tratado de 20 de agosto, tratado que nos espoliava dos territorios de Manica, e de todo o interior da provincia de Moçambique desde Manica até ao Zumbo. Contra esse tratado levantou-se unanime a opinião do paiz, e os ministros que o haviam concluido cahiram do poder ao estrondo d'uma formidavel pateada parlamentar.

14

Infelizmente porém, com o insuccesso da insurreição de janeiro seguinte, o governo apostata e traidor dos srs. Antonio Ennes, Thomaz Ribeiro e João Chrysostomo ganhou animo para firmar o malfadado tratado de maio, peor ainda do que o que o governo regenerador fôra obrigado a engulir, e o nosso dominio na Africa oriental ficou desde então reduzido a uma estreita facha de terra ao longo da costa, ao passo que os inglezes, fieis alliados do rei de Portugal, guardaram para si o interior com todas as suas riquezas.

O vehemente articulista do *Dia* esqueceu assim, por subserviencia á politica ingleza do paço, toda a sua campanha patriotica; e o snr. João Chrysostomo, o velho militar que fôra para os jacobinos indisciplinados da Liga liberal uma especie de lendario *Bayard*, o snr. João Chrysostomo, firmando aquelle torpe documento, deshonrou os seus cabellos brancos.

Concluido o tratado, o governo britannico conferiu poderes magestaticos á South Africa; e agora é esta companhia poderosa que ameaça roubar-nos ainda o pouco que tão espoliador tratado nos deixou. E os regulos que nos trahiram então a beneficio dos inglezes, como o Lobengula e o Mutassa, estão já pagando, sob a acção da Companhia, a sua falta de lealdade para comnosco, e baldadamente enviam as suas queixas ao governo do Cabo. Na Africa, os inglezes não conhecem principios de moral nem principios de direito: conhecem apenas duas regras: a corrupção e a força. Onde a aguardente não basta, empregam a polvora e a bala.

O regulo dos matabelles, Lobengula, perdeu já o seu karaal de Buiuwayo. Foi no que veio a dar o tratado feito por elle com a South Africa contra o Barotze a troco da pacificação do Machona. Como o Barotze está defendido pelo Zambeze, a South Africa promettera ao Lobengula um grande vapor e 100 libras mensaes, para que os matabelles atravessasem o rio, e, conquistando o Barotze, ahi se estabelecessem, abandonando o seu territorio aos inglezes. Os matabelles porém não quizeram abandonar os seus territorios, e os inglezes recusaram-se á dadiva do vapor.

De ahi o rompimento das hostilidades. Os matabelles começaram roubando o gado do forte Victoria, e tão longe levaram as suas depradações, que os inglezes começaram a ver como inevitavel uma retirada para fóra de Machona. Cortado depois pelos matabelles o telegrapho que liga entre si Tuli, Victoria, Charter e Salisbury, o dominio inglez n'estes territorios deve passar por graves difficuldades, coisa que muito nos deve regosijar, visto como tudo aquillo nos foi roubado...

Durante muito tempo, a Inglaterra, fiel alliada do rei de Portugal, forneceu armas ás tribus do Nyassa e do Zambéze, para que essas hordas de salteadores pudessem, assaltando os viandantes, dar aos inglezes direito a intervir, reclamando, em seguida á intervenção, a posse, sob o pretexto de que os portuguezes não tinham força para garantir ali a inviolabilidade das pessoas nem a dos haveres. Ha muito tempo que a Inglaterra está praticando o mes-

*

mo relativamente ás kabilas riffenhas, evidentemente com o mesmo intuito. Hoje mesmo, na guerra travada entre a Hespanha e o Riff, póde-se dizer que, por detrás dos insurgentes do Riff estão os corsarios de Londres, armando-os e instigando-os.

E, já que falamos n'esta questão palpitante, vejamos ainda os perigos *actuaes* a que nos expõe a malfadada alliança ingleza, tão querida do rei de Portugal, e que a revolução de janeiro pretendeu quebrar para sempre.

As *Novidades* de 7 de novembro ultimo, discorrendo sobre a guerra de Marrocos, diziam:

«... *se a Hespanha se viesse a lançar n'uma alliança franco-russa, como uma certa corrente de opinião publica ali parece desejar*, escusamos de pôr em relevo todas as consequencias d'um acto de tal gravidade. *Basta lembrar que essa alliança seria de desvantagens limitadas para a triplice* **desde que as costas portuguezas lhe dessem o meio, facilimo, de annullar a acção dos nossos visinhos, proporcionando aos outros o desembarque e uma facil invasão.**»

Os homens das *Novidades* privam com o paço e recebem immediata inspiração das camarilhas. Essas imprudentes palavras,—imprudentes e impudentes—equivalem pois á confissão de que a monarchia portugueza vai atrellada ao carro da triplice alliança, talvez por algum tratado secreto, alguma nova traição feita ao povo portuguez.

Ora o desembarque dos inglezes em Portugal

póde dar-se tanto mais facilmente, quanto é certo que á monarchia portugueza resta o expediente, que só illudirá papalvos, mas que sempre illudirá alguem, de se fazer passar como innocente, afastando de cima de si qualquer responsabilidade, simulando uma dolorosa coacção ante a impossibilidade material de qualquer resistencia.

Realmente, nós estamos sem exercito; os nossos soldados estão sem armamento; os nossos pontos estrategicos, ou não têm fortalezas ou as têm desartilhadas. Lisboa, Porto, toda a costa do Algarve, toda a costa do paiz, offerece livre accesso a quem quizer ahi desembarcar. Fontes comprara algumas peças Krupp para as fortalezas do Bom-Successo, Bugio e S. Julião; mas essas peças, abandonadas ineptamente na praia, estão sem estrias porque o mar, entrando-lhes pela bocca, as destruiu completamente, e, como taes, são incapazes de servir; as de S. Julião ficaram fóra das casas-mattas couraçadas... porque não couberam lá dentro!

Desta sorte, por um desleixo perfeitamente equivalente a uma traição, nós, que hontem fomos escandalosamente e brutalmente roubados pelos inglezes, offerecer-lhe-emos ámanhã o nosso territorio, para que elles aqui operem livremente contra os nossos amigos hespanhoes, se tanto aprouver ao gabinete de Londres e aos seus fieis alliados da côrte de Lisboa!

Quererão melhor e mais completa justificação da insurreição de janeiro, e de quantas revoluções por

ventura venham a fazer-se no futuro contra esta desastrada e perniciosa dynastia de Bragança?...

*
* *

Dissemos que o Directorio entrara em conluios com os chefes revolucionarios do Porto e designadamente com Santos Cardozo; e que, se mais tarde, quando com a derrota apparecera o perigo, elles negaram toda a solidariedade aos revolucionarios, o fizeram apenas por pusilanimidade de animo. Ahi vae uma das muitas provas ultimamente apresentadas por Santos Cardozo na *Justiça Portugueza,* provas para nós escusadas, pois conheciamos perfeitamente os factos:

Lisboa 13 de Dezembro de 1890.

Ex.mo Snr. Santos Cardoso

«Apresento ao meu amigo um dos chefes das forças... o dr... espirito profundamente revolucionario.

«Precisa conversar sobre a necessidade de dar convergencia a todos os esforços para sairmos d'este marasmo.

«Converse com elle á vontade e creio que esta approximação será fecunda.

«T. S. Gertrudes n.º 70.

«Sempre amigo
«Theophilo Braga.»

Como se vê não ha a minima concordancia entre

uma carta desta ordem e o livro infame do tenente Homem Christo. O que é que se póde allegar? que a 13 de dezembro governava ainda o velho Directorio? De accordo. Mas Theophilo Braga pertenceu tambem ao Directorio eleito em janeiro, e ninguem póde admittir que, o simples facto da sua reeleição o fizesse pôr de parte planos e trabalhos iniciados anteriormente; como não é crivel que, continuando esses trabalhos, elle, que fazia parte dum Directorio que se fizera eleger a fim, diziam, de consummar a revolução, não désse parte aos seus collegas de conluios de tal gravidade.

Mais ainda. Esta carta, escripta por um membro do Directorio presidido por Elias Garcia, prova contra o calumniador Homem Christo, que Elias Garcia trabalhava pela revolução...

Infelizmente porém a fraqueza do Directorio não foi a unica; e o proprio Santos Cardozo, a quem esta carta foi dirigida, a bordo, em Leixões, renegou por completo a sua obra com receio á condemnação em que incorrera. Baldadamente elle hoje reclama na partilha da gloria d'aquelle dia a parte de leão, como unico auctor de tudo aquillo. Referindo-se já a fraquezas d'esta ordem, escrevia Victor Hugo em maio de 1820:

«Estas palavras: *Dulce et decorum est pro patria mori* soam mal na bocca d'um fugitivo».

Ora Santos Cardozo fugiu duas vezes: na rua de Santo Antonio, quando a epilepsia do medo ás balas lhe deu a auto-suggestão d'um ferimento phantastico; e nos tribunaes de guerra, quando recusou a sua parte

de responsabilidade no facto, responsabilidade que generosamente assumiam: o cabo Gallileu, uma creança; e João Chagas, calumniado hoje e gratuitamente insultado pelo redactor da *Justiça Portugueza*.

Cabe aqui falarmos d'um outro, que tambem não fugiu, e que soube ser tão valente deante do inimigo armado de espingardas, como deante do inimigo armado com o cutello da lei. Referimo-nos ao cabo Borges, da guarda fiscal, que, por lamentavel lapso, olvidamos na devida altura.

Este homem levantou, elle só, todos os postos fiscaes, e assumiu o commando de todos esses homens, trazendo-os a cooperar na insurreição. Quando, no campo de Santo Ovidio, o major Graça quiz que os insurgentes retirassem sem combate, o cabo Borges ameaçou-o de lhe dar um tiro se elle se não fizesse ao largo. A prudencia assim o aconselhou ao famoso heroe, que tratou de se pôr fóra do alcance dos tiros dos insurgentes.

Na rua de Santo Antonio, entre o pequeno numero dos resistentes, é ainda ao cabo Borges que cabe o principal papel, parecendo incrivel como todos o têm esquecido.

Nos conselhos de guerra, o cabo Borges não renegou o seu trabalho: assumiu corajosa e levantadamente as suas responsabilidades, e assim foi condemnado em quinze annos de degredo.

*

* *

Quanto ás calumnias assacadas contra os revolucionarios por alguns jornaes monarchicos, a mais grave de todas ellas foi que, caso o movimento vencesse, os revolucionarios poriam a cidade a saque.

Esta infamia que vae de recochete ferir a dignidade da farda do exercito portuguez, visto como aquelle movimento foi essencialmente militar, é, além do mais, uma imbecilidade. Comprehende-se o saque n'uma cidade vencida após prolongada resistencia, como recompensa para a soldadesca avida de desforra dos seus trabalhos e privações: não se comprehende n'uma cidade em que se opera uma revolução, e que não oppõe a essa revolução a minima resistencia. Se, após a escaramuça da rua de Santo Antonio e da Camara, o saque pudesse ser feito pelos insurrectos triumphantes, esse saque não poderia ter por objecto senão o quartel do Carmo.

Sobre a cabeça de Santos Cardozo e de Felizardo de Lima cahiram em especial as mais ultrajantes calumnias nesta especialidade do saque. Ora qualquer desses homens póde ter muitos defeitos e póde ter commettido muitos erros: mas o segundo, na sua nevrose de revolta, é cheio de abnegação e sinceridade levadas até á loucura, um homem de bem como todos os grandes revoltados da Historia; e o primeiro, se os accusados por elle antes daquelle facto, julgaram chegada a opportunidade dum desforço, cobrindo-lhe o nome de lama, quando elle, no degredo, não podia desaffrontar-se, fiquem esses com a gloria da sua vilania. Santos Cardozo tem faltas, como todos nós as temos; talvez um pouco

graves; mas ninguem lhe poderá assacar e muito menos provar um crime.

Quê! quizeram fazer o saque, os revolucionarios do Porto; e esses revolucionarios estão nos paços municipaes quando se julgam victoriosos; tornam para lá quando se reputam perdidos; e ha quantias importantes nos cofres, ha objectos de valor nas secretarias, e tudo apparece depois intacto, segundo a nobre confissão do presidente do municipio!

Calumniadores do inferno! quem vos fizesse engulir a calumnia a capsulas de revolver!...

*

* *

Sabe-se que, de todos os factores que concorreram para a revolução de 31 de janeiro, o mais consideravel foi a questão com a Inglaterra, questão resultante de anteriores traições dos governos constitucionaes, sendo essas traições uma consequencia da sordida alliança levada a cabo pelo velho regimen depois da subida dos Braganças ao throno portuguez, e mantida pelo regimen actual, a despeito da vontade manifesta da nação.

Ora a questão ingleza não é uma questão actual; é uma questão historica. Não é apenas o governo do sr. D. Carlos que atraiçoa o paiz em beneficio da Inglaterra; esse crime tem sido praticado por toda a dynastia brigantina.

De ahi vem que a corrente patriotica se não manifesta apenas pela deposição do sr. D. Carlos,

ou pela queda de qualquer ministerio, mas sim pela queda definitiva da dynastia e das instituições.

Aos motivos theoricos dos doutrinarios para se effectuar em Portugal uma revolução republicana accrescem os motivos historicos allegados pelos patriotas. São duas correntes distinctas mas convergentes. O alvo a que se dirigem é o mesmo: a eliminação da monarchia.

Resumamos a historia dos aggravos:

Em seguida á guerra da restauração, guerra dispendiosissima para nós, apesar de victoriosos, justo fôra que Portugal exigisse indemnisações dos vencidos. Queria-o o conde de Castello Melhor, que pensara em forçar a Hespanha á cedencia da Galliza a Portugal. Os intrigantes que o principe D. Pedro mantinha na côrte de seu irmão determinaram a quéda do honrado ministro de D. Affonso VI, e a Hespanha vencida obteve condições de paz como se fôra ella a vencedora!

D. João IV, o primeiro desta odiosa dynastia, fez mais ainda: reconheceu á Hollanda, por um tratado secreto, a posse de todos os territorios coloniaes que ella nos roubara durante a usurpação hespanhola, como se nós tivessemos que ver nas suas desavenças com a Hespanha dos Filippes, e, não satisfeito com isto, combinou com a Hespanha, com a qual aliás andavamos ainda em guerra, o casamento do principe herdeiro D. Theodosio com a filha mais velha do duque de Orleans; como D. Theodosio morreu, eis novamente D. João IV machinando a união iberica pelo casamento da infanta D. Catha-

rina com D. João de Austria. Pela sua parte, iria para o Brazil, seguindo os conselhos do jesuita Antonio Vieira, e lá estabeleceria o seu imperio, sem mais querer saber desta *piolheira.*

Um outro rei, D. João VI, havia de pensar tambem na realisação d'um imperio brazileiro, abandonando esta *piolheira* ás desgraças da invasão napoleonica. O snr. D. Carlos, *D. João VI em leitão,* conforme a phrase de Guerra Junqueiro, sente tambem uma grande aversão por esta *piolheira* que o sustenta. O diabo é já não poder manter no espirito a utopia d'um imperio brazileiro....

A 29 de janeiro de 1642 realisava o rei D. João IV o seu primeiro tratado, assignado em Londres, com a monarchia ingleza, desde então fiel alliada dos Braganças. Segundo este tratado, cheio de disposições excepcionalissimas em favor dos inglezes e em sua maioria ruinosas para a nossa industria, tratado cujas disposições foram ainda aggravadas pela lettra do que, a 10 de julho de 1654, foi assignado em Westminster, ficou estatuido que todas as ladroeiras que aos portuguezes foram feitas na India por subditos britannicos, durante a usurpação filippina, seriam reconhecidas como factos consummados constituindo direito (artigo XII); e que os subditos britannicos estabelecidos na costa de Africa não seriam incommodados pelos mesmos motivos (art. XIII)!

Em 1661 casa D. Catharina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, e leva-lhe em dote Tanger e Bombaim. Os inglezes acceitaram tudo, mas conservaram apenas Bombaim. Em 1684, tendo resol-

vido abandonar Tanger, aquella praça que o sangue do infante D. Fernando santificara, em vez de nol-a restituirem como instancias lhe foram feitas, destruiram o molhe que lhe servia de abrigo ao porto, e entregaram-na aos barbaros.

Hoje os inglezes, vendo que a Hespanha tem probabilidade de levar a Tanger a sua bandeira, como consequencia do conflicto com Marrocos, já pensam em lhe tornar a deitar a mão...

Quando se tratou da entrega de Bombaim, o rei Affonso VI escreveu ao vice-rei Antonio de Mello e Castro, para que este desse cumprimento ao tratado. O vice-rei teve escrupulos em executar as reaes ordens. O seu patriotismo sobresaltou-se com aquella infamia, e elle communicou os seus escrupulos ao rei que lhe enviou a seguinte carta:

«Antonio de Mello de Castro, amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar. Pela vossa Carta, que trouxe por terra Manoel Godinho, Religioso da Companhia de Jesus, vi com grande sentimento a dilação e difficuldades, que se vos offerecerão para se não entregar a Ilha de Bombaim á ordem del-Rei da Gram-Bretanha, meu bom Irmão e Primo, na forma das nossas Capitulações, e como vos ordenei quando de aqui partistes. O que está capitulado, e as razões que ha para em tudo dar contentamento a El-Rei meu Irmão, não permitte duvida n'esta materia; espero que com vossa prudencia a hajais disposto de modo que se execute com toda a brevidade, que tenho mandado; mas em caso que ainda haja qualquer impedimento, vos ordeno e mando que todos

vençais, e faciliteis de maneira, que tenha eu que vos agradecer. Aos moradores d'aquella Ilha direis se equivocarão no modo, com que entenderão o artigo da Capitulação, que se lhes mostrou, porque com ella se lhes não tirão suas fazendas, antes as ficão possuindo como atégora, e somente vivirão debaixo do dominio d'el-Rei da Gram-Bretanha meu Irmão, que os governará com toda a justiça, e com a liberdade na Religião Catholica Romana, como em Europa se pratica com muitas Cidades e Povos em semelhantes tratados, e com seu poder os defenderá em tanto commercio, que venhão a lograr a opulencia que podem dezejar. A isto mesmo hão de ajudar as armas del-Rei meu Irmão nas Praças, que tenho nesse Estado, que foi um dos principaes motivos, que me persuadio a dar-lhe aquella Ilha; e sendo seus moradores tão aliados por nação, parentesco, e conveniencias com os mais Portuguezes de toda a India, parece que por este caminho devem concorrer para o bem comum, de que pormiscuamente hão de participar. Para conseguir esta entrega uzareis com todos os meios que vos forem possiveis, procurando que sejão todos os que bastarem para effectivamente se dar comprimento a minhas ordens, e advertindo que este negocio não admitte replicas nem dilação, e que não poderei deixar de estranhar muito, e mandar proceder com as demonstrações, que o caso pedir; e tanto que a entrega estiver feita me avisareis pela via que vos parecer, porque importará muito ter-se aqui entendido. Escripta em Lisboa em Salvaterra de Magos 8 de feve-

reiro de 1664. — REI. — O Conde de Castello Melhor. — Para Antonio do Mello e Castro.

A este indigno e miseravel traidor não chegou a comprehensão de que os portuguezes de Bombaim apenas por patriotismo resistissem aos effeitos da sua vilissima traição. Tão só lhe occorreram motivos egoistas do mais sordido utilitarismo. E então, *para em tudo dar contentamento ao seu irmão inglez*, eil-o instando com o vice-rei para que este faça ver aos recalcitrantes que nada perderão em suas fazendas, pois que *apenas* ficarão sujeitos a outro dominio.

Mas esse era exactamente o pomo do escandalo. Portuguezes é que elles eram; portuguezes é que el-es queriam continuar a ser; e da sua qualidade de portuguezes os privava aquelle tratado-traição, como se um povo fôsse uma manada de gado cuja posse um proprietario póde transmittir a outro proprietario!...

Eis a justificação historica, plena, da insurreição de janeiro, de accordo com o espirito das lendarias côrtes de Lamego: *rei que estabelecer entre nós um senhorio alheio, tal rei não dominará sobre nós.*

Ora o snr. D. Carlos e os seus governos, tentando estabelecer sobre os portuguezes da Africa oriental o dominio alheio da Gran-Bretanha, incorreram n'aquella sentença. E essa foi a justificação actual da insurreição.

Quando rebentou o conflicto com a Inglaterra, tornou-se evidente que a opinião publica da Europa estava comnosco, e que especialmente da Hespanha e da França nos chegavam os mais vehementes pro-

testos de adhesão; entretanto o governo do rei D. Carlos submetteu-se inepta e covardemente a todas as imposições da Inglaterra, ainda ás mais degradantes. Faltar-lhe-ia o appoio moral da nação?... Não. A nação reclamava resistencia, embora á custa de sacrificios. Mas, quando se abriu a subscripção nacional e que a camara municipal de Lisboa subscreveu patrioticamente para ella, o governo, em castigo, dissolveu a camara de Lisboa; quando o povo se manifestava nas ruas saudando enthusiasticamente aquella bandeira que os inglezes enxovalhavam na Africa, o governo mandava dissolver as manifestações ás espadeiradas da guarda municipal; e, quando os nossos navios de guerra se deviam encher de soldados que seguissem em defesa dos territorios ameaçados pela garra do leopardo britannico, o governo fel-os encher dos patriotas presos, equiparados aos mais despreziveis dos criminosos.

Se depois de tanta infamia se não tivesse produzido um facto revolucionario, o povo portuguez teria affirmado perante a Historia que era o povo mais indigno do mundo. Salvou-nos d'essa vergonha a insurreição de janeiro.

Perdoemos-lhe os seus erros, a sua precipitação, tudo, por gratidão para com tão assignalado serviço.

FIM

ERRATA

Pag. 173, linha 18, onde se lê: «As revoluções não peoram», leia-se «As revoluções não peroram».

DO MESMO AUCTOR

NO PRELO

O SOCIALISMO NA HISTORIA